

# A REPRESENTAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA JUSTA (LISBOA) NOS RÓIS DE CONFESSADOS (1693-1702)

**Delminda Maria Miguéns Rijo**

---

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica do  
Professor Doutor João Alves Dias

**SETEMBRO, 2011**



*Aos meus Pais, sempre presentes,*

*José e Celeste*

## **AGRADECIMENTOS**

Muitos foram os contributos para a concretização deste trabalho.

Por isso os meus agradecimentos ao Professor João Alves Dias pelo apoio, aconselhamento e orientação.

Ao Gabinete de Estudos Olisiponenses, pela disponibilização dos dados e aos meus colegas Ana Catarina Cadete, Ana Patrícia Veríssimo, Fátima Aragonez e Francisco Moreira, que tanto contribuíram na recolha de fontes e à Eunice Relvas, pelo incentivo permanente.

Ao Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, à Dra. Teresa Ponces, pelo apoio e disponibilidade.

À Professora Norberta Amorim, pelo exemplo e palavras de ânimo, bem como à Professora Carlota Santos, ao NEPS – Núcleo de Estudos População e Sociedade, da Universidade do Minho, pelo apoio técnico no tratamento dos dados.

À minha família, pelo incentivo e compreensão.

## **RESUMO**

### **A REPRESENTAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA JUSTA EM LISBOA NOS RÓIS DE CONFESSADOS (1693-1702)**

**PALAVRAS-CHAVE:** Rol de Confessados, Registos Paroquiais, História de Lisboa, Demografia Histórica

A análise da estrutura populacional e social da freguesia de Santa Justa, de Lisboa, teve por base a documentação eclesiástica produzida na transição do séculos XVII para o XVIII e assentou, particularmente, no estudo sistemático dos róis de confessados de 1693 e 1702 e na paróquia reconstituída com os registos paroquiais de casamento e óbito. Foi o ponto de partida para traçar a evolução demográfica da paróquia mais populosa da cidade de Lisboa, muito marcada pela mobilidade; e avaliar em que medida os fenómenos observados afectaram as estruturas económicas, sociais e culturais da freguesia, que integra uma das áreas de implantação económica e institucional mais influentes da Lisboa Moderna, o Rossio.

## **[ABSTRACT]**

### **THE REPRESENTATION OF SANTA JUSTA'S PARISH IN LISBON IN CONFESSED LIST (1693-1702)**

**KEYWORDS:** Confessed List, Parish Records, Historical Demography, Lisbon's History

To analyze the social and population structure of the Santa Justa's parish, Lisbon, from ecclesiastical documents produced in the transition the XVII to the XVIII centuries, based particularly on the systematic study of the roles of confessed and reconstituted with the parish church records of marriage and death. Starting point to trace the demographic development of the Lisbon's most populous parish, very marked by mobility; and evaluate how the observed phenomena affected the economic, social and cultural structure of the parish, within one of the most economical and institutional influent areas of deployment on Modern Lisbon, the Rossio.

## ÍNDICE

Introdução .....	1
Capítulo I: Fontes e Metodologia.....	4
I. 1. Fontes .....	4
I. 1.1. Rol de Confessados .....	4
I. 1.2. Registos Paroquiais .....	6
I. 1.3. Visitações do Arcebispado de Lisboa .....	7
I. 2. Metodologia .....	8
Capítulo II: Lisboa e a Freguesia de Santa Justa. Contextualização Geográfica e Urbana, Política, Religiosa e Social na Transição do Século XVII para o XVIII .....	10
II. 1. Configuração Espacial de Lisboa no Final do Século XVII .....	12
II. 2. Enquadramento histórico-geográfico, urbanística da Freguesia de Santa Justa. ....	13
II. 3. O Governo da Cidade. ....	15
II. 4. Saúde Pública e Saneamento. ....	17
II. 5. Os Problemas de Abastecimento Alimentar de Lisboa e as Crises de Mortalidade do Final do Século XVII. ....	20
II. 6. Abastecimento de Água, Policiamento e Combate a Incêndios....	25
II. 7. D. Pedro II e a Defesa de Lisboa.....	28
II. 8. Muita Devoção e Algum Lazer .....	30
Capítulo III: Demografia: A Freguesia em Números .....	34
III. 1. Evolução Global da População segundo os Róis de Confessados	34
III. 2. Dados Demográficos 1693-1702 .....	36

III. 3. Mortalidade.....	36
III. 4. Nupcialidade.....	37
III. 5. Mobilidade.....	40
Capítulo IV: Roteiro das Ruas e Edifícios Notáveis da Santa Justa de Lisboa nos Róis de Confessados (1693-1702).....	42
Capítulo V: Aproximação à População e Organização Social de Santa Justa	97
V. 1. Tipos de Fogos e Estruturas Familiares Predominantes .....	97
V. 2. Modelos de Habitação: espaços de representação, de acolhimento e laboral e produtivo .....	98
V. 3. Dinâmicas Residenciais e Sociais e Modelos de Transmissão Patrimonial.....	110
V. 4. Organização Sócio – Profissional .....	115
Conclusão.....	120
Glossário .....	124
Fontes .....	125
Bibliografia .....	126

## **Lista de Abreviaturas**

ADL – Arquivo Distrital de Lisboa

AF-CML – Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

AHPL – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

ALPM – Arquivo Luís Pastor de Macedo

GEO-CML – Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

## Introdução

O presente projecto consiste num estudo de micro-análise histórica no recorte cronológico de 1693 a 1702 que pretende determinar em que medida os fenómenos históricos, demográficos e sociais observados influenciaram ou não, no decurso desta década, a estrutura da populosa e comercial freguesia de Santa Justa de Lisboa.

A compilação de dados assentou sobretudo em fontes de cariz religioso, tendo como fonte primária e basilar para a caracterização da estrutura populacional um conjunto documental de grande importância histórica e demográfica - o recenseamento paroquial anual dos Róis de Confessados do Arcebispado de Lisboa relativos à freguesia. Aliado a estes, valorizando o ponto de vista biográfico, com enumeração dos actos vitais em encadeamento genealógico e sempre que possível agrupados por famílias, seguindo a *Metodologia de Reconstituição de Paróquias*,<sup>1</sup> foi criada uma base de dados contendo todos os registos paroquiais dos casamentos e óbitos ocorridos na freguesia entre 1690 e 1702.

Procedemos à análise da evolução populacional, desenvolvida no terceiro capítulo, inicialmente numa perspectiva global quantitativa a partir dos quadros populacionais intercalares dos Róis de Confessados (1693, 1695, 1702). De seguida, tratámos os dados demográficos, também quantitativos e caracterizadores da paróquia reconstituída (1690-1702), ainda que limitados na percepção da dinâmica populacional na medida em que estavam excluídos parâmetros como o movimento de nascimentos, a idade média do casamento, o estudo da fecundidade, a ilegitimidade. Não invalidaram, no entanto, outros grandes vectores de estudo das populações do passado: casar, migrar, morrer e a captura do vigor social da comunidade neste espaço temporal, podendo-se extrair linhas definidoras, ainda que gerais, deste importante núcleo urbano.

A evolução ou retracção de qualquer população depende das variáveis demográficas que, neste caso por ausência de registos de baptismo, se limita à mortalidade, nupcialidade e mobilidade cuja variação foi determinada pelas crises de mortalidade ou pela intensidade dos movimentos migratórios que, sendo este um espaço de intensa passagem, permite demarcar as principais linhas de origem e destino dos fluxos migratórios, e ainda de que modo estes indicadores contribuíram para as alterações e permanências no tecido social e do edificado da freguesia.

De facto, o período estudado está plenamente integrado na transição denominada de “viragem atlântica”, o momento em que o Atlântico se torna o principal foco de interesse dos portugueses, não só do poder e grupos privilegiados, mas exercendo uma forte atracção para todos os

---

<sup>1</sup> AMORIM, 1991.



portugueses pelas [...] fontes de receita advindas do Brasil, em especial o ouro, na mesma medida em que o Estado da Índia perde importância económica e territorial.<sup>2</sup>

As Visitações do Arcebispado de 1683 e 1702 e a documentação notarial do 15º cartório notarial de Lisboa do mesmo período, acompanharam todo o trabalho contribuindo ou sustentando algumas das proposições desenvolvidas. A informação qualitativa das primeiras quando cruzada, ainda que pontualmente, com a informação da base de dados nominal e com o rol de confessados, perfila-nos excertos das sociabilidades desenvolvidas no domínio mais privado, sobretudo de cariz amoroso e sexual, mas também de incumprimento de preceitos religiosos e sociais, os delitos mais frequentes, e do papel que assumiam no espaço público, na vizinhança e no espaço laboral, abrindo-nos a possibilidade de abordar a representatividade dos comportamentos ilícitos mais típicos da população de Santa Justa.

Qual a imagem da cidade e da freguesia, a sua evolução histórica e urbanística, quais as questões mais presentes na legislação municipal neste período e com as quais a edilidade continuamente se debateu para o governo da cidade, questões urbanísticas como o estado de conservação de ruas e pavimentos, quais as medidas preventivas na saúde pública, os problemas de abastecimento provisional da cidade, resultante das sucessivas crises alimentares que assolaram toda a década de noventa, sobretudo cerealíferas, mas também de palha, essencial às áreas dos transportes e actividades laborais movidas a força animal. Directamente relacionados com a implantação espacial e transversais a toda a Modernidade, a limpeza da cidade e o precário sistema de canos, capazes de potenciar as crises de mortalidade, a iluminação nocturna e o policiamento, os problemas de abastecimento de água. Já no limiar do século XVIII foram os esforços na defesa da capital, decorrentes do conflito eminente pela sucessão ao trono castelhano por morte de Carlos II, que dominaram as preocupações do rei e dos órgãos de gestão da cidade, quais as medidas que D. Pedro II tomou pela defesa da capital, culminando com alguns apontamentos sobre manifestações colectivas de veneração e espaço de oportunidades mais lúdicas.

No seu conjunto e dispondo de recursos informáticos, foi possível uma análise abrangente, capaz de processar informação serial quantitativa, que no âmbito deste trabalho se justificou com um cruzamento seleccionado e direccionado dos indivíduos presentes nas duas bases de dados. Foi o tema principal do IV capítulo, o *Roteiro das Ruas e Edifícios Notáveis de Santa Justa de Lisboa nos Róis de Confessados (1693-1702)*. Além dos indivíduos e de particularidades ou exemplos que personificaram, expõe a implantação espacial e características relevantes de ruas e edificado, a evolução urbanística patente no surgimento de novos fogos e suprimento de outros, mas também a localização de estruturas colectivas que enformavam o quotidiano. As religiosas, como igrejas,

---

<sup>2</sup> SANTOS, 2010:13.

capelas, conventos, presépios; de ensino, como escolas de meninos e casas onde se ensinavam meninas ou escolas de esgrima; comerciais e lazer como tavernas, estalagens, teatros, boticas, tendas, oficinas; mas também estruturas ilegais como casas de tabulação ou tavolagem e de alcoice. A multiplicidade de profissões que abarcavam todas as áreas, da primeira necessidade, como a alimentação, a higiene, à doença e as práticas de cura, a segurança, o conforto e o luxo. A presença de grupos profissionais organizados a partir de esferas de influência como a Casa Cadaval e de plataformas de agregação populacional como o Rossio, Hospital Real, Inquisição.

Culminamos com a “Aproximação à População e Organização Social de Santa Justa” que reduz a escala de observação à casa e agregado doméstico, abordando os modelos de habitação e de transmissão patrimonial, as dinâmicas residenciais e a organização sócio – profissional, vectores orientadores essenciais para traçar a linha mestra, a abordagem ao espaço, que partindo da cidade se desenvolveu em várias escalas até perspectivar as vivências e comportamentos desta importante comunidade da Lisboa Moderna.

## Capítulo I

### Fontes e Metodologia

#### I. 1. Fontes

##### I. 1.1. Rol de Confessados

O rol de confessados é uma fonte histórica fundamental para a apreensão da sociedade em períodos pré-censitários pois fornece a lista anual de moradores, excluindo os menores de 7 anos, organizada por ruas e fogos. A partir dela podemos determinar a estrutura e composição dos agregados, classificados por tipo, hierarquizados em função do cabeça de fogo, incluindo todos os residentes do fogo, a mulher, pais, filhos, netos, avós, cunhados, sobrinhos, criados, escravos, oficiais, aprendizes e outros; anotava características pessoais e deficiências físicas. Dela podemos ainda extrair elementos caracterizadores da configuração estrutural da freguesia como a localização de espaços institucionais e vivenciais, os grupos sócio-profissionais dominantes, o estatuto social dos moradores, a toponímia, relações de masculinidade, número e tipo de famílias, entre outros.

A obrigatoriedade de confissão e comunhão dos fiéis pelo menos uma vez por ano emanou do IV Concílio de Latrão (1215) e foi fixada no Concílio de Trento (1545-1563). A confissão e comunhão pascal e o assento nos *Libri Status Animarum*, foi instituída pelo *Rituale Romanum* (1614).

As paróquias de Lisboa regiam-se na segunda metade do século XVII pelas *Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa*, saídas do sínodo diocesano presidido pelo arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, em 1640 e que foram publicadas em 1656.

Abordar os róis de desobriga da cidade de Lisboa é uma tarefa tão aliciante quanto morosa dada a condição de centro urbano e capital do país, cosmopolita, densamente habitada e local de passagem anual de milhares de indivíduos, provenientes das redes de migração interna e intercontinentais.

Em Lisboa, esta documentação está na posse de arquivos paroquiais e dispersa por arquivos públicos e privados, ou perdeu-se por acção das vicissitudes do tempo. Os livros respeitantes a Santa Justa encontram-se no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, em séries descontínuas e por vezes em mau estado de conservação.<sup>3</sup>

O sacramento da confissão e da comunhão previsto no I capítulo das *Constituições do Arcebispado* era ministrado pelo menos uma vez por ano, por ocasião da Páscoa, pelo pároco da freguesia, embora a sua obrigatoriedade se estendesse a outras ocasiões com provável perigo de

---

<sup>3</sup> Estão também à guarda do AHPL os livros das freguesias de N. Sra. da Encarnação, Santa Catarina do Monte Sinai, N. Sra. das Mercês, Charneca do Lumiar, N. S. do Amparo de Benfica e S. Vicente de Fora. O mais antigo remonta a 1668 (N. S. das Mercês) e o mais recente a 1918 (N. Senhora da Encarnação).

morte, como em caso de doença, participação numa batalha, efectuar uma perigosa navegação no mar, ou a proximidade ao parto.

Todos os anos após a *Dominga* da Septuagésima priores, reitores, vigários e curas estavam obrigados a fazer o rol onde assentavam todos os fregueses por nomes, sobrenomes e ruas onde viviam, separando casa a casa e cada pessoa que nela vivia, declarando se era de confissão e comunhão ou somente de confissão.

O procedimento deveria estar concluído até quarta-feira de cinzas e executado entre os domingos da septuagésima e da quinquagésima do calendário eucarístico, podendo proceder-se ao seu cumprimento até ao domingo de Pascoela. Em caso de incumprimento, seguia-se a excomunhão *ipso facto*, com assento no rol.

O capítulo III determinava que todos os maiores de sete anos de idade eram obrigados à confissão, enquanto a comunhão passava a ser obrigatória também às raparigas maiores de 12 e aos rapazes de 14 anos. A simbologia “cc” inscrita nos róis de desobriga consoante se tratasse de um ou dois, significava o cumprimento da obrigação de confissão ou de confissão e comunhão, sendo por isso um indicador diferencial de género para maiores de 7 anos, mas menores de 12 ou 14.

O capítulo V tratava dos ausentes das suas paróquias por ocasião da Quaresma, com causa ou justo impedimento. Aquando do regresso, dispunham de 15 dias para satisfazer o preceito, resultando do seu incumprimento a excomunhão *ipso facto* e dois arráteis de cera.<sup>4</sup> Tinham ainda a possibilidade de “dar satisfação” aos párocos das paróquias para onde se deslocavam, feita a confissão preliminarmente, com certidões autenticadas e juradas dos párocos que as fizessem.

O domingo seguinte à *Dominica in Albis* era a ocasião para os párocos declararem publicamente os excomungados *mayor ipso facto*, com força de carta declaratória para serem evitados por excomungados. A mesma declaratória era feita para os *absentes* ou impedidos.

Tendo em conta o período de produção, a importância do local e o estado de conservação dos manuscritos, a nossa escolha recaiu sobretudo nos róis de confessados de Santa Justa de 1693, 1695 e 1702 integrados numa série descontínua que, à excepção do ano de 1694, apresenta boas condições de preservação. O livro de 1693 tem 115 fólios, o de 1695 tem 129 fólios e o de 1702 tem 134 fólios, todos numerados.

Os três manuscritos são encadernados em pergaminho, nenhum tem termo de abertura, mas todos apresentam inscrição de termo de encerramento. Os dois últimos encerram com certificado de cumprimento do preceito e lista de *reveis* com excomunhão.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> *Livro Primeiro das Constituições do Arcebispado de Lisboa*, Livro I, tit. 10, decr. 1, cap. 6, p. 66, 1656.

<sup>5</sup> AHPL, *Rol de Confessados de 1695 e 1702*. No rol de 1695, concluído em 17 de Abril de 1695, foram excomungadas doze pessoas. No rol de declarados de 30 de Abril de 1702, foi excomungado como *revel* José Rodrigues, morador na Rua de Mestre Gonçalo, por não constar ter satisfeito o preceito quaresmal.

Os róis de 1693 e de 1695 são da autoria do cura Luís Dias. Este chefiava o agregado nº 30 da Rua da Tarouca, do qual faziam parte o seu pai, Aleixo Colaço, a irmã, Margarida Colaço e o criado José. Faleceu em 12 de Fevereiro de 1696 e foi sepultado na igreja de Santa Justa.

O Rol de Confessados de 1702 foi elaborado pelo cura Cipriano Pereira Leitão, morador no fogo nº 9 das Escadas de Santa Justa. O cabeça de fogo era o seu pai, o mestre sapateiro António Rodrigues, a cujo agregado pertenciam a mãe, Mariana de Abreu, a irmã, Antónia Maria e o marido, Luís João, a viúva Marcelina de Sousa, uma criada, dois oficiais, um aprendiz e um soldado.

Cipriano Pereira Leitão nasceu na rua das Escadas de Santa Justa a 16 de Fevereiro de 1670. Segundo a pronúncia do doutor Sebastião Monteiro Davide, vigário geral, para promoção *extratempora*,<sup>6</sup> reunia condições pois era cristão velho por seus pais e avós paternos e maternos e tinha ciência para ser provido a todas as ordens sacras que pretendia. Era fama publica de que era pessoa de boa vida e costumes, sem crime nem impedimento algum e andava há mais de três anos com hábitos clericais, pelo que foi autorizado a tomar todas as ordens.<sup>7</sup> Em 1699 era já cura na igreja paroquial de Santa Justa, tinha então 29 anos.

### **I.1.2. Registos Paroquiais**

A obrigatoriedade de assento de baptismos e óbitos averbados em livro depositado na igreja foi emanada das *Constituições Diocesanas*, aprovadas no Sínodo de 1536, reguladas pelo arcebispo de Lisboa, o cardeal Infante D. Afonso, acrescentando-lhe em 1563, por disposição do Concílio de Trento,<sup>8</sup> a extensão aos actos matrimoniais.

O grupo documental dos registos paroquiais de Santa Justa consta de 228 livros, produzidos entre 1572 e 1901. Os primeiros registos paroquiais são de baptismo, datando o primeiro de 27 de Junho de 1572,<sup>9</sup> o primeiro assento de casamento data de 14 de Fevereiro de 1594 e foi realizado “*a porta de Nossa Senhora da Escada*” e o primeiro assento de óbito data de 16 de Janeiro de 1633.

Procedeu-se à reconstituição da paróquia de Santa Justa entre 1690 a 1702, período em que foi prior o Dr. Manuel Álvares da Costa e os curas Luís Dias e Cipriano Pereira Leitão.

---

<sup>6</sup> AHPL, *Expediente*. 15-02-1698. Com apresentação de um breve apostólico de dispensa, passado por Roma.

<sup>7</sup> D. Pedro de Foyos, bispo de Bona mandou que o pároco de Santa Justa junto com um clérigo de missa, inquirissem duas testemunhas sobre o comportamento do proponente, devendo depois o sumário ser “*cerrado e remetido e entregue ao escrivão da câmara que o sobrescreveu*.” De facto, sob juramento declararam cada um de per si como se chamava, o ofício, onde morava e de que idade e se conhecia o justificante Cipriano Pereira Leitão clérigo *in minoribus* se era filho legítimo, de quem e se era pessoa de boa vida e costumes manso pacífico ameno e temente a Deus e frequente no serviço da igreja. A 25 de Agosto, o prior de Santa Justa e o padre Lucas de Araújo, eleito para escrivão da inquirição, receberam como testemunhas o mestre serieiro Urbano de Araújo, morador na Travessa de Santa Justa, de 40 anos e António da Costa, oficial de sapateiro, morador na Rua das Escadas, de 28 anos, dizendo ambos que o conheciam muito bem, ser de boa vida e costumes, quieto, pacífico, temente a Deus e frequentava as igrejas, sabendo-o por o conhecer de seu nascimento e ser seu vizinho.

<sup>8</sup> PRESTAGE e D’AZEVEDO, 1913:XIV.

<sup>9</sup> ADL, Registos Paroquiais, *Santa Justa*, Livro I de Baptismos, fl 1.

Os registos paroquiais eram para a igreja um mecanismo de controlo que desde o nascimento compilava os actos vitais individuais e vigiava as existências colectivas. A entrada do indivíduo na igreja e existência efectiva na comunidade fazia-se pelo baptismo, que deveria ocorrer nos primeiros sete dias de vida. O seu assento incluía o nome, data de baptismo e a filiação, que no caso de crianças nascidas em situação irregular ficavam averbadas, normalmente, só com o nome da progenitora.<sup>10</sup> Os assentos de crianças expostas referia por vezes o local onde fora encontrado e mais raramente, algum sinal distintivo que a acompanhava.

Quando as crianças eram baptizadas em casa por necessidade, o cerimonial só se concluía com a imposição dos santos óleos na igreja. Por norma, os padrinhos eram dois, embora o padre cura de Santa Justa em 1702, Cipriano Pereira Leitão, tenha declarado que ao sacramento do baptismo só admitia um padrinho.<sup>11</sup>

### **I.1.3. Visitações do Arcebispado de Lisboa**

Uma fonte que se revelou de grande valor para o estudo do quotidiano e vivências familiares, laborais e sociais de Santa Justa, foi o conjunto documental das Visitações do Arcebispado.

O Concílio de Trento ao estipular a obrigatoriedade de todos os bispos efectuarem uma visita anual às freguesias do bispado e reforçar a jurisdição episcopal sobre os leigos quanto aos pecados públicos e aplicação de punições temporais, concebeu um meio de fiscalização directa da população católica capaz de combater eficazmente os desvios comportamentais e de doutrina. A deslocação às igrejas paroquiais era orientada pelo Visitador, preferentemente o Bispo, ou um seu delegado.

As freguesias do arcebispado de Lisboa foram periodicamente visitadas, com maior assiduidade no século XVII, por uma comitiva de clérigos que durante meses avaliavam o cumprimento das disposições da igreja católica e com intuitos exemplares e reguladores aplicavam penas temporais, de prisão, degredo e pecuniárias.

Recorremos, sobretudo, às Visitações da paróquia de Santa Justa de 1683 e 1702, embora tenhamos procedido a um levantamento mais abrangente que vai do início do século XVII até 1707 e a cujo conteúdo recorremos pontualmente.

O anúncio da visita era enviado ao pároco, que devia publicar o edital e publicitá-lo no domingo ou dia santo imediato, enumerando todos os delitos e exortando os paroquianos a participar.

A Visitação dividia-se em vários actos, sendo o primeiro a inspecção das igrejas e capelas, dos paramentos e objectos de prédica e culto e dos livros paroquiais. Nestes eram anotados além da data da Visita, sempre que se justificasse, as recomendações sobre a conservação e limpeza dos

---

<sup>10</sup> Quando a criança era levada a baptizar pela parteira ou outros, figurava no assento “pais incógnitos” ou o nome dos pais e a condição de solteiros ou simplesmente ilegítimos.

<sup>11</sup> AHPL, *Visitação de Santa Justa*, ms. 14, 1702.

templos, contendo descrições dos próprios templos, as normas sobre a redacção dos registos paroquiais e ainda as penalizações e multas sobre os párocos. Após este procedimento seguia-se a devassa, iniciada com os depoimentos dos párocos sobre os pecados públicos, seguido da comunidade, incidindo numa amostra de fregueses apurada no rol confessados.

Na inquirição recolhiam-se e eram anotados no livro da devassa pelo escrivão da Visitação todos os testemunhos e denúncias que incidissem sobre os comportamentos ilícitos na comunidade, como práticas de judaísmo, alcovitice e alcoice, má prática por eclesiásticos, bigamia, amancebamento, incesto, adultério, lenocínio, feitiçaria, ódios, usuras, tavolagem, abuso de vinho, trabalho em domingos e dias santos, falta de confissão, cônjuges separados, perjúrio, etc. Após conclusão da devassa, elaborava-se o roteiro dos culpados, com descrição dos réus, dos crimes e das penas e multas aplicadas.

## **I.2. Metodologia**

A base metodológica assentou na exploração sistemática dos Róis de Confessados da Paróquia de Santa Justa, dos anos de 1693 e 1702, com recurso pontual ao de 1695, procedendo-se à inventariação de todas as ruas, com atribuição de número de fogo e indicação dos moradores, encimados pelos chefes e restantes indivíduos hierarquizados em função dele.

Paralelamente, fizemos a reconstituição da paróquia de Santa Justa entre 1690 e 1702, que foi organizada a partir do cruzamento nominal dos registos paroquiais de casamento e óbito, lacunares nos baptismos, congregados em ficheiros biográficos e de família em encadeamento genealógico. Os benefícios desta metodologia, assumindo as lacunas existentes, resultaram numa abordagem à evolução da população, nas variáveis de nupcialidade, mobilidade e mortalidade, de modo a perspectivar na dinâmica evolutiva, a ruptura ou a continuidade das estruturas demográficas<sup>12</sup> que, tratando-se dos comportamentos demográficos de uma paróquia urbana, quando relacionados com a conjuntura vigente, podem resultar num valioso contributo para a caracterização populacional da comunidade.

O volume de informação compilada ultrapassou as expectativas e o âmbito deste estudo, com possibilidade de cruzamento nominal entre o rol de confessados e a paróquia reconstituída de um universo de 5.483 indivíduos em 1693 e de 5.662, em 1702. Limitámos por isso a abordagem à exploração sistemática dos róis de confessados integralmente transcritos e ao cruzamento por amostra com a integração da Rua das Arcas e ao cruzamento pontual com a informação biográfica da base de dados sempre que se justificou acompanhar um percurso individual.

---

<sup>12</sup> NEPS, Boletim 0, Março de 1988.

Assim, não só acompanhámos na íntegra a permanência dos indivíduos numa das ruas com maior densidade demográfica, agrupando por fogo indivíduos que na base de dados não tinham qualquer relação familiar, laboral, ou outra, hierarquizando-os em unidades residenciais, como objectivamos alcançar um ponto das abordagens desenvolvidas, a exposição de estudos de caso. Para isso delineámos o acompanhamento de percursos vitais individuais e a sua integração familiar, a partir do elenco da filiação, naturalidade, o estabelecimento de relações familiares com o casamento, para muitos o meio de entrada na paróquia, a inclusão de progenitura e a data de óbito, quando ocorreu no período de observação, mas também avaliar a permanência de agregados num determinado espaço e as mutações que se verificaram na sua constituição.

A integração de informação das “Visitações e Devassas” de Santa Justa (séculos XVII e XVIII), particularmente dos anos mais próximos ao estudo, de 1683 e 1702, contribuiu para alguma caracterização do cenário mental e social, na consolidação do discurso histórico e compreensão do quotidiano, dos espaços vivenciais, público e privado, favorecendo a identificação de indivíduos e famílias nos aspectos relacionais, mas também a distribuição espacial e a configuração de espaços interiores.

As linhas que seguimos foram ainda enriquecidas com informação dos livros de notas do 15º cartório notarial de Lisboa, produzidos entre 1690 e 1702.



## Capítulo II

### **Lisboa e a Freguesia de Santa Justa. Contextualização Geográfica e Urbana, Política, Religiosa e Social na Transição do Século XVII para o XVIII**

#### **II.1. Configuração Espacial de Lisboa no Final do Século XVII**

Lisboa era a maior cidade do reino, o centro de poder político e económico e tinha o mais importante porto do país, o que atraía massas populacionais provenientes de todo o reino. Estas circunstâncias foram determinantes para que três pontos fundamentais consubstanciassem a imagem urbana da cidade no final do século XVII: a progressão urbanística fizera-se em função de contingências demográficas; à excepção de pouco mais que o Bairro Alto de S. Roque, expandira-se sem planeamento, com o preenchimento de espaços vagos muito estruturados na órbita de edifícios conventuais, igrejas e palácios. Esta ordenação permitiu a proliferação de pequenos aglomerados e nas zonas mais centrais, onde o crescimento populacional tornou os espaços mais exíguos, verificou-se um acréscimo do edificado e ampliação das estruturas habitacionais.<sup>13</sup>

Chegados ao século XVII a cidade era um núcleo urbano com elevada densidade urbana e humana, concentrado entre o Vale da Baixa e colinas adjacentes, no Rossio e Terreiro do Paço, Sé e Alfama, com limite urbano na Colina do Castelo e na Graça. Para ocidente, nas colinas de S. Francisco e de S. Roque, onde se implantou o Bairro Alto. Do confronto da planta de Lisboa da autoria de João Nunes Tinoco (1650) com as fontes descritivas e iconográficas de que dispomos para o final do século XVII, constatamos que o largo ainda irregular do Rossio, emoldurado pelos conjuntos arquitectónicos do convento de São Domingos, Palácio da Inquisição e Hospital Real, à excepção do fértil e alagadiço Valverde, a norte, onde hortas e oficinas de correeiros ocupavam o local onde um século mais tarde seria projectado o Passeio Público, já não constituía o limite da zona urbanizada da cidade.

No exterior das portas de Santo Antão, que permanecia uma das mais importantes de acesso ao Termo, a freguesia de São José era já uma zona intermédia com algum desenvolvimento urbano, com implantação de casas nobres, como a do conde da Ericeira D. Fernando de Menezes que aí vivia, junto à igreja da Anunciada, em 1698.<sup>14</sup>

A freguesia era atravessada pelo ancestral caminho que passando pela Anunciada ligava ao Andaluz, este já na campestre freguesia de São Sebastião da Pedreira dominada por pequenos

---

<sup>13</sup> MURTEIRA, 2004: 69.

<sup>14</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 424, fl. 3 v.

aglomerados populacionais, quintas, hortas, casas senhoriais e de famílias abastadas numa extensa área que abarcava o Campo Pequeno, Campolide, Palhavã, Sete Rios e Vale de Alcântara.

Para o desenvolvimento urbano da Colina de Santana, outra área contígua à freguesia de Santa Justa, foi fundamental a localização estratégica e a fixação do Convento de Santana. A situação geográfica de alguma proximidade, a elevação do terreno que funcionava como barreira e o arejamento próprio das zonas mais elevadas propiciou a fixação na colina de importantes infra-estruturas de gestão da cidade mas das quais se procurava distanciamento, devido ao intenso odor e por serem potenciais focos de doença, razões pelas quais já aí se fundara o Hospital de São Lázaro. Trata-se do Curral, onde se recolhia e era abatido o gado para abastecimento de Lisboa, na contiguidade do qual se localizava o lagar de azeite dos religiosos de São Domingos e o cemitério de Santana, um dos locais de inumação da população desfavorecida da cidade, sagrado adro em 1566, após aquisição pela câmara de Lisboa para enterramento dos pobres.

Não obstante, no final do século XVII residiam na colina de Santana destacadas figuras da corte, como a condessa de Pombeiro, Dona Luísa Ponte de León, o embaixador de Castela,<sup>15</sup> o Marquês do Castelo dos Rios e membros do oficialato régio e eclesiástico como o inquisidor Sebastião Diniz Velho, do conselho do rei e do geral do santo ofício que, pelo menos entre 1693 e 1695, viveu no palácio da inquisição, mas passou em 1698 a viver na calçada de Santana.<sup>16</sup>

O cenário mais comum nesta zona da cidade, extensível à maioria das zonas de cercadura e mesmo no interior do núcleo urbano como podemos comprovar em inúmeros documentos legais que contêm descrições de imóveis, compunha-se de palácios e conventos, casas de habitação e pequenos prédios de rendimento a que se anexavam hortas, “pardieiros” e poços.<sup>17</sup>

Outra importante zona de passagem ao Termo era a Porta da Mouraria, em cujo exterior se localizava a freguesia de N. Senhora do Socorro. Era atravessada por um eixo viário que cruzava as ruas da Palma e do Boi Formoso, donde se dispersava o povoamento até à igreja dos Anjos onde já existia uma área habitacional bem consolidada, também devido à fixação dos conventos do Desterro, dos Capuchos e de algumas quintas senhoriais. Seguia-se uma extensa fatia, também de ocupação dispersa, com hortas, quintas, prados, olivais e vinhas até ao lugar de Arroios.<sup>18</sup>

Noutra frente de expansão, a ocidente, ligada ao Bairro Alto mas direccionada para São Bento junto do eixo estruturante da Calçada do Combro em ligação à estrada de Santos que seguia até Belém e em estreita associação à fundação dos conventos de N. S. de Jesus, N. S. da Conceição dos Cardais e vários palácios, foi fundada na primeira metade do século XVII a freguesia das Mercês.

<sup>15</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 419, fl. 35 v.

<sup>16</sup> IDEM, *Ibidem*, ms. 423.

<sup>17</sup> IDEM, *Ibidem*, ms. 426, fl. 29. Na rua de S. Lázaro, a casa onde vivia o mestre-escola e deputado do Santo Ofício Estêvão de Fojos Pereira, tinha umas hortas alugadas a um hortelão.

<sup>18</sup> GEO, CML, 2011.

Progridiu no sentido das freguesias ribeirinhas de São Paulo e Santos, a ocidente do Cais do Sodré, cujo povoamento foi também incentivado pela fixação de conventos, palácios e quintas que pontilhavam a orla ribeirinha e o caminho de ligação a Belém.

Em Santos, a implantação do Mosteiro das Comendadeiras de Santos, que depois de adaptado a palácio foi Paço Real; e no bairro de São Paulo, o Mosteiro do Corpo Santo e a igreja de São Paulo, foram os principais dinamizadores da urbanização desenvolvida por massas populares onde predominavam artesãos, homens do mar e escravos que se foram instalando em ruas e vielas, paralelamente ao rio, dando origem ao Mocambo, mais tarde bairro da Madragoa. Cenário muito semelhante na freguesia de São Paulo, constituindo um exemplo de ocupação social heterogénea mas muito vocacionada para as actividades marítimas.

O desenvolvimento do amplo território no prolongamento da linha do Tejo até Belém esteve muito ligado à praia do Restelo, ao Mosteiro dos Jerónimos e Torre de S. Vicente. Aqui localizava-se a casa de saúde, de paragem obrigatória para os barcos sujeitos a medidas sanitárias impostas por regimento. Nas colinas sobranceiras ao Vale de Alcântara foram as muitas quintas, alguns palácios, conventos e ermidas que estiveram igualmente na génese da ocupação e urbanização que já se fazia sentir.

Para Oriente, Santa Engrácia, os Vales de Xabregas e Chelas, existiam alguns dos cais de apoio ao comércio fluvial interno, como o do carvão, da madeira, dos soldados e equipamentos como um matadouro, explorações de fornos de cal, mais conventos, alguns palácios e muitas quintas, moinhos, olivais e pomares.

Das novas linhas de expansão que se desenhavam neste período, o eixo de circulação entre a Bemposta e a Rua da Palma e a zona entre a Cotovia e o Rato, ainda pouco urbanizada e dominada por moinhos de vento, terras de pão e olivais, local onde o Conde de Tarouca, morador na freguesia de Santa Justa na Rua das Portas da Mouraria, era senhor e possuidor de umas terras, na Cotovia<sup>19</sup> para onde projectou e iniciou em 1698, a construção de um grande palácio, que nunca foi concluído.<sup>20</sup>

O conjunto de espaços intermédios entre o centro urbano e o termo rural, faziam uma espécie de anel em torno do núcleo cercado mas já com extensos panos de muralha demolidos por imposição do crescimento urbano ou encobertos por construções. Localizavam-se aí os principais equipamentos e infra-estruturas administrativas, políticas, económicas, comerciais, religiosas e assistenciais da

---

<sup>19</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 421, fl. 16. A extensão e qualidade das terras permitiu o arrendamento da área de terras de pão aos hortelãos Pedro Lopes e Francisco de Araújo, ambos moradores no Campo de Santa Bárbara, por 200 mil réis ano, durante 4 anos.

<sup>20</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 421, fl. 36. O rascunho era do arquitecto João Antunes ficando os mestres pedreiros Manuel da Silva, morador à Boavista, Vicente Rodrigues, a São José, Manuel João, na Carreira dos Cavalos e Carlos Baptista Garobo, morador aos Anjos obrigados por instrumento legal a fazer as casas em conformidade ao risco.

cidade, algumas em Santa Justa, como os símbolos de poder temporal e espiritual que eram o Hospital Real, Convento de São Domingos, Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício, dispersando-se pela cidade o Senado Municipal, Casa da Suplicação, cadeias, Sé, Paço da Ribeira, Casa da Índia, Alfândegas, mercados na Ribeira, o Castelo com os seus aquartelamentos, hospital de soldados e cadeia, destacando-se nas plantas do tempo, o Rossio e o Terreiro do Paço, as duas grandes praças da cidade.

Este cenário denso era a área de implantação das estruturas fundamentais da Lisboa após a Restauração sobre a qual viajantes estrangeiros testemunharam com detalhe, como Charles Dellon em 1688 acrescentando ainda que “ [...] o rei tem uma grande corte e os grandes do reino, que geralmente habitam em Lisboa [o que] contribui para o embelezamento da cidade.”<sup>21</sup>

## **II.2. Enquadramento histórico-geográfico, urbanística da Freguesia de Santa Justa**

A fundação da freguesia de Santa Justa e Rufina terá ocorrido pouco depois da tomada de Lisboa aos Mouros.<sup>22</sup> Localizada fora da cerca Velha, era uma freguesia de arrabalde compondo com as freguesias de S. Vicente e N. Sra. dos Mártires o núcleo paroquial extra-muros. Caracterizava-se, à semelhança da última e Santo Estêvão de Alfama pelo seu extenso território, justificado na necessidade de agrupar povoações do Termo, escassas em paroquianos e rendas e que deste modo se inseriam na organização administrativa da cidade. Fizeram por essa razão parte de Santa Justa até meados do século XVI, as áreas de generalizada feição rural pontilhada de quintas e hortas que correspondem actualmente a Campolide, S. Jorge de Arroios, Penha de França, N. Sra. da Graça e Mouraria.

O povoamento intensificou-se em torno de Santa Justa, que se expandiu como pode, carregando mudanças físicas e geográficas. A sua centralidade urbana tornou o Rossio num centro de influência que se emoldurou de construções, sede de importantes instituições. O Paço dos Estaús foi mandado edificar em 1449 pelo regente D. Pedro com o objectivo de servir de albergue a príncipes, embaixadores, nobres e clérigos poderosos, libertando assim a população do pesado dever de aposentadoria, engrandecendo o largo. Viria a titular-se da Inquisição e sede do Santo Ofício a partir de 1584, até à sua extinção em 1821.

Em 1492 foi a fundação por mando de D. João II, do Hospital Real de Todos os Santos, em terrenos do Mosteiro de S. Domingos, acrescentando monumentalidade espacial e afluência de população, traços que evidenciaram ainda mais o Rossio como espaço público por excelência.

---

<sup>21</sup> CHAVES, 1989:37.

<sup>22</sup> Vieira da Silva no *Estudo Histórico das Freguesias de Lisboa* cita o arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha e a sua *Historia Ecclesiastica*, que situa a fundação por D. Gilberto, o primeiro bispo e ainda que existam referências anteriores, a sua existência é atestada num documento do sínodo de Lisboa de 1191.

Incontornável foi também, enquanto facto que reforça o carácter central de Santa Justa, particularmente o Rossio, o massacre dos cristãos novos em Abril de 1506 que se desenrolou por toda a cidade mas teve em São Domingos e no Rossio o seu principal palco.

Como já vimos, novas razões de ordem demográfica ditaram a criação de novas paróquias, destacando-se do território de Santa Justa as freguesias dos Anjos (c. 1564), Santana, mais tarde N. S. Pena (c. 1564), S. José (1567), S. Sebastião da Mouraria, mais tarde Socorro (1596) e S. Sebastião da Pedreira (c. 1570). No período final do século XVII ainda continha território das futuras freguesias de Santa Isabel, Santa Joana (Coração de Jesus), S. Mamede, S. Jorge (Arroios), Campolide e N. S. Fátima.

Em 1693 era a freguesia mais populosa de Lisboa, com 5.483 fregueses em 1.551 fogos, dispersos por 54 vias entre ruas, becos, pátios, terreiros, travessas, arcos, adros e escadas, por entre hortas e poços, claramente implantadas sem plano, contactando com o espaço exterior à muralha através da Porta Nova, Porta da Mouraria e da importante Porta de Santo Antão, por onde afluía diariamente muita população do Termo.<sup>23</sup> Seis das suas ruas tinham mais de 200 moradores,<sup>24</sup> sobressaindo a populosa Rua das Arcas que congregava 16.5% da população total da freguesia.

O estatuto manteve-se nos dez anos de observação, com uma ligeira variação demográfica que se saldou num crescimento de cerca de 1%, predominando a característica de população aberta, com fluxos populacionais externos muito acentuados, o que também justifica a ligeira superioridade do elemento masculino. No parque habitacional observamos uma variação espacial assinalável nas Portas da Mouraria com um decréscimo de 26% em fogos habitados enquanto que na Rua da Praça da Palha o crescimento foi de c. de 23% e a configuração toponímica registou a inclusão de mais um beco, o do Bonete.

Esta é em traços gerais a freguesia que surpreendemos neste estudo e que com poucas alterações terá chegado às vésperas do terramoto de 1755, após o qual, à semelhança da cidade, teve que reerguer-se, adaptando-se a novas dinâmicas e construindo sobre o que o terramoto destruiu, senhora de um novo traçado e um novo mapa do qual foram obliteradas as ruas das Arcas, Betesga, Corredor, Crespa, Cutelaria, Lagar do Sebo ou Escudeiros, Mendanha, Mestre Gonçalo, Pocinho de Entre as Hortas, Praça da Palha e Valverde e os Becos da Comédia, da Crasta, das Cristaleiras, dos Frades e o Beco do Resende.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Segundo João Baptista de Castro em 1727, foi alargada e reformada c. 1509, que por ser muito estreita, foram-lhe arrancados os batentes.

<sup>24</sup> Sem aplicarmos o cálculo para os menores de 7 anos, o que alargaria o leque de ruas.

<sup>25</sup> FREIRE, 1939.

### II.3. O Governo da Cidade

Abordar a cidade num determinado momento é também avaliar o seu capital humano, ao menos realçar características únicas como a heterogeneidade populacional, tão marcante na Lisboa moderna, sobre a qual os estrangeiros que visitaram Portugal tanto disseram, por vezes com exuberância, sobre a população negra e mista, de “chinas”, índios do Brasil, índios da Índia, berberes, muitos, se não a maioria, com a condição de escravos, mas também um quadro com uma forte presença de pobres, mendigos, viandantes e ciganos, migrantes de todo o país, clero significativo, secular e regular, uma multidão de serviçais para todos os quadrantes sociais, dos artesãos, aos comerciantes ou aos nobres, sobre os quais escreveu Sausurre em 1730 *“os fidalgos ou grandes de Portugal, na sua maioria, não são muito ricos. Timbram, porém, na magnificência e grande número deles possui soberbos palácios, ricamente mobilados, numerosa criadagem, várias carruagens e muitos cavalos.”*<sup>26</sup>

A selecção de exemplos ilustrativos em áreas de actuação do governo da cidade, com particular enfoque em acontecimentos, acções e personagens de Santa Justa, visa sustentar a leitura e integração dos elementos quantitativos e qualitativos no espaço vivencial.

O jesuíta francês Dellon foi elucidativo em 1688 ao escrever que *“todas as ruas de Lisboa são estreitas, não podendo dar passagem a mais de um coche, obrigando as pessoas categorizadas a utilizarem habitualmente apenas a liteira. [...] Contudo, desde o reinado de D. João IV, muitas ruas têm sido alargadas e o uso dos coches tornou-se mais frequente.”*<sup>27</sup> De facto, as proporções físicas e demográficas que Lisboa atingiu exigiu dos órgãos de gestão um maior investimento nas infra-estruturas viárias, pois eram mal dimensionadas e entravadas por elementos arquitectónicos desajustados. Rasgaram-se novas ruas, alargaram-se outras e deste modo reajustaram-se as novas centralidades que já se impunham, como a Rua Nova do Almada que ligava a cidade baixa ao populoso e privilegiado Chiado, habitado por influentes figuras da corte como os Marqueses de Távora ou a Condessa da Atouguia, D. Margarida de Vilhena.

A configuração do centro urbano foi sendo aferida na medida em que se procedia ao alargamento e regularização de vias antigas, demolindo-se edifícios desalinhados e elementos arquitectónicos que impediam a circulação, como varandas ou balcões, partes da muralha e alteração de portas da cidade. Exemplo disso foi a queixa suscitada pela obstrução à passagem do palio do Santíssimo da igreja de São Julião aos enfermos, que tendo que passar pela estreita rua da Calcetaria, chocava *“num canto com sacadas de madeira que as casas tinham sobre a rua.”*<sup>28</sup> Bem diferente do projecto de grande dimensão do alargamento da rua dos Ourives do Ouro *“a mais pública e principal*

---

<sup>26</sup> FARIA, 1909.

<sup>27</sup> CHAVES, 1989:37.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 369.

da cidade,”<sup>29</sup> entre o Rossio e o Terreiro do Paço, cuja intervenção foi considerada desde 1686<sup>30</sup> por ser “*concurso de toda a cidade e por esta causa haver n’ella contendidas sobre a passagem por não caberem dois coches.*”<sup>31</sup> Levou mais de uma década a ser concretizado, passando por um moroso processo de avaliação, aquisição do património a particulares e demolições,<sup>32</sup> prosseguindo ainda em 1702.<sup>33</sup>

Outra preocupação dos órgãos de gestão eram as obras de manutenção das vias públicas, em terra batida, calçada ou ladrilho “*que os carros desconjuntam e destroem*” e que absorviam continuamente dinheiros públicos, sendo a sua manutenção assegurada só em parte com a administração da *renda dos carros que carreiam na cidade.*”<sup>34</sup>

A cidade deparou-se também com a necessidade de intervenção e alteração do traçado quase estanque por imposições institucionais ou por iniciativa e com investimento privado, por vezes com grandes intervenções em espaço público que alteraram a configuração urbanística.

Uma grande intervenção urbanística neste período na freguesia de Santa Justa ocorreu junto às Portas da Mouraria, uma das passagens mais públicas e contínuas da cidade, no palácio do Marquês de Alegrete. As obras de alargamento implicaram a intervenção em terreno público “*num canto entre as casas novas e as velhas, cuja frontaria corria até ao cunhal do arco que entrava para a Rua Nova da Palma, onde estava a imagem de N. Sra. [...] para ficarem com comodidade e regularmente edificadas [...] sem prejuízo do mesmo*”. As casas faziam limite com as do seu filho Nuno da Silva Teles “*onde havia maior largura que ficará com a mesma que tem a restante rua que ia para N. Sra. da Saúde.*” O marquês incluiu na petição o exemplo de aforamento de outro importante freguês de Santa Justa e que vira o seu projecto deferido, D. Lourenço de Almada, morador ao Rossio, junto à ermida de N. Sra. da Escada. O deferimento do Senado expressou como ponto essencial da posição não só a ausência de dano na serventia do público como, tratando-se de casas nobres, o aumento da “*formosura*” de Lisboa.<sup>35</sup>

---

<sup>29</sup> Consulta da câmara a el-rei de 22/09/1690.

<sup>30</sup> Consulta de Câmara a el-rei em 11 de Agosto de 1694.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 367.

<sup>32</sup> Consulta ao rei de 27 de Junho de 1687.

<sup>33</sup> Consulta de câmara a el-rei 27 de Outubro de 1702.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo I: 189. A postura referida na consulta da câmara a el-rei de 05/02/1693, datava de 1498, do reinado de D. Manuel I que determinou que o senado pagava a mão-de-obra e os proprietários de carros asseguravam o transporte dos materiais.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 346. Temos outro exemplo nas obras de alargamento da tribuna da igreja de Santa Justa, a fim de expor o Senhor “*com mais decência e veneração.*” Os irmãos da mesa do Santíssimo Sacramento, presidida pelo duque de Cadaval fizeram uma petição ao Senado para a cedência de cerca de 80 cm de chão. Após vistoria com indeferimento por prejuízo público, particularmente na passagem das carruagens, a obra acabou por ser licenciada desde que fosse em sacada, rebaixando-se a rua e alargando-se a passagem, para permitir a fluidez do trânsito de seges e coches que circulariam “*afastados da parede da igreja mais de seis palmos [c. de 1,20 m]*” e com capacidade para carruagens. Os condes de S. Vicente, de Atalaia, de Vale de Reis e o Marquês de Cascais,

Outros argumentos permitiram intervenções mais profundas no traçado urbano, como a degradação e a insalubridade por um lado e a utilidade pública por outro. Foi o argumento dos religiosos do colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus perante “*o monturo intolerável*” que existia na Travessa que vinha da Rua Direita de Santana “*da parte da igreja do colégio,*” junto ao muro e torres da igreja e que impedia a passagem e serventia da rua, propondo a abertura de uma rua que “*tornando-se muito útil para serventia dos estudantes e moradores do bairro, mas também de toda a cidade*”. A obra ficava a cargo do colégio, incluindo o encerramento da travessa do monturo e a limpeza da nova serventia, que teria capacidade para todas as carruagens, dependendo do colégio a demolição de três torres e o muro acima do Arco da Graça.<sup>36</sup>

#### II.4. Saúde Pública e Saneamento

No âmbito da saúde pública, o quotidiano da cidade ainda era muito afectado por crises de mortalidade de natureza epidémica, potenciadas pela precariedade dos sistemas de limpeza e saneamento, a que acrescia o desconhecimento de profilaxias, a rapidez de propagação e o pânico que geravam na cidade. Em cenários de crise, o senado endurecia as medidas tornando-as mais restritivas, sobretudo no acesso marítimo, o principal suspeito no deflagrar de crises de mortalidade em Lisboa.

O pelouro da saúde aplicava as medidas de prevenção, através de regimentos de saúde ou posturas pontuais, frequentemente demonstrativas do temor das doenças como o decreto de 30 de Janeiro de 1694 que declarava que só em casos excepcionais e precedendo consulta de câmara se dava prática a embarcação quando não trouxesse carta de saúde “*pelo prejuízo que de contrário poderia provir para o bem publico e conservação da saúde.*”<sup>37</sup>

O sistema de saneamento influenciava directamente a manutenção da saúde pública e é um elo importante na compreensão das vivências da Lisboa moderna. A rede de canalização vigente no final do século XVII estava quase inalterada desde o século XVI,<sup>38</sup> aparecendo esquematizada na *notícia dos canos antigos desta cidade*, mandada organizar em 1685 pelo desembargador e vereador das obras da cidade Francisco da Fonseca Sisnel. Architectava-se numa rede de canos que entroncavam no cano real.<sup>39</sup>

---

embargaram a obra alegando prejuízo devido ao congestionamento de carruagens, o que não impediu a conclusão do processo, com a realização da obra com ajustamento do edifício ao traçado.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 596-597.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 338. Também na consulta de Câmara de 25 de Agosto de 1679, no livro VI de cons. e decr. do príncipe D. Pedro, fl. 384, foi referido outro exemplo a seguir previsto no regimento de saúde que proibia a venda de roupas usadas por serem muito perigosas, podendo ter servido a tísicos, leprosos, lázaros ou a outros quaisquer doentes de males contagiosos.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo I: 553.

<sup>39</sup> sendo da responsabilidade da cidade a manutenção de vinte canos, através da conservação e limpeza pelos mestres pedreiros das obras da cidade, ficando a reparação de paredes a cargo dos donos das casas por onde passavam e a limpeza sempre que dispunham de secretas, o mesmo que latrinas.



Por Santa Justa passava o cano real de S. Sebastião da Pedreira que recolhia as águas do chafariz do Andaluz e Santa Marta, atravessava as hortas da Anunciada, entrava no núcleo urbano passando a cerca, passava por baixo do Palácio da Inquisição, rua do Valverde onde existiam onze bocas de canos que recebiam águas e ia entroncar no cano real da Rua dos Ourives do Ouro, seguindo para o Terreiro do Paço até ao mar.

Outro cano real que passava por Santa Justa veiculava as águas do chafariz de Arroios, passava pela igreja e chafariz dos Anjos, atravessava uma área de hortas até à Rua dos Canos, passava no interior do Mosteiro de S. Domingos, do hospital, seguindo pela Rua da Betesga e sob as casas da rua da Praça da Palha. Este cano tinha bocas de recolha de águas em todas as ruas. No Rossio existia uma boca direccionada para um poço que ligava ao cano real, onde se recolhiam as águas das enxurradas. Na rua das Arcas passava outro cano proveniente do Lagar do Mel.

O local junto às Portas de Santo Antão era propenso à concentração de águas superficiais sendo incumbência da cidade proceder à sua drenagem para o cano real, mas ultrapassado o perímetro urbano competia aos hortelãos essa tarefa, sob risco de alagamento das hortas sempre que chovia.

Segundo a mesma relação existiam ainda 18 canos particulares que eram da responsabilidade dos seus proprietários, alguns dos quais cruzavam e serviam a freguesia de Santa Justa, um dos quais atravessava a Calçada do Carmo e passava pela rua de Mestre Gonçalo onde se ligava ao cano real. Outro era o cano de serviço e despejos das secretas do Mosteiro da Rosa que passava pela rua de São Pedro Mártir, vindo sair no Largo do Poço do Borratém, de onde seguia para a rua dos Alemos até ao cano real.<sup>40</sup>

Outra das principais obrigações do governo político do Senado era a limpeza da cidade “*pela dependência que dela tinha a saúde publica,*” muito presente nas comunicação deste período com o rei, deliberando-se no sentido de erradicar as más práticas de moradores e vendedores. Desavenças originadas pela ineficácia, o incumprimento ou o desrespeito e desprestígio no exercício dos cargos que asseguravam o pelouro vislumbram algumas das irregularidades e constrangimentos com que o município tinha que lidar nesta matéria.

Em 1698 foi denunciada e proibida pelo Senado a venda de peixe e marisco, sem autorização, nas principais ruas e praças da cidade, o que transtornava não só o trânsito, como a limpeza, deixando as imundícies pelo chão.<sup>41</sup>

Numa petição<sup>42</sup> do mesmo ano, o almotacé das execuções da limpeza da repartição da Rua Nova, Manuel Oliveira Pinto apresentou uma queixa contra o juiz do crime do Bairro de Alfama<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo I: 558-559.

<sup>41</sup> IDEM, 1898, Tomo X: 520.

por trato incorrecto numa noite em que “*se vinha recolhendo para sua casa, depois de correr as ruas do seu distrito, para as vigiar e se evitar se lancem n’ellas immundicias*”. Da agressão resultou ofensa pela ostentação da vara vermelha de almotacé que o segundo quebrara por ser de noite e não ser ele oficial de justiça “*e que só era dos monturos*”.<sup>44</sup>

O almotacé era um juiz privativo nos casos da sua jurisdição, estando por lei obrigado a percorrer e vigiar as ruas de noite, com a vara do seu distrito, para evitar o lançamento de lixo, uma vez que as diligências da limpeza eram uma causa “*de maior cuidado da republica*.”<sup>45</sup>

As intempéries e enxurradas que sazonalmente assolavam Lisboa em associação às más práticas dos moradores causaram por vezes grandes estragos na cidade, como os ocorridos em 1701 com uma enxurrada que desceu do Bairro Alto e encheu a Rua Nova de imundícies, lodo e entulhos, tornando-a intransitável, de que resultou a obrigatoriedade de cada indivíduo manter as testadas limpas.<sup>46</sup>

Em Março do ano seguinte, em consulta do Senado ao Rei,<sup>47</sup> alertava-se uma vez mais para a utilidade da republica e o grave dano das imundícies na saúde pública pela “*corrupção de ares infeccionados que procediam da terra imunda*.”<sup>48</sup>

O pelouro tinha adstritas contribuições que além de insuficientes eram de difícil arrecadação pela dificuldade que muitos tinham em pagar e pelos inúmeros privilegiados, pelo que o senado propôs o lançamento de um tributo geral, um real de vinho e outro na carne, o realete, para a limpeza de Lisboa, que incluía Sacavém, Benfica, Lumiar, Loures e Belém, localidades do Termo, que em contrapartida viram melhorados e arrançados os caminhos e calçadas que as ligavam a Lisboa, pois “*todas se acham de maneira intratáveis que, se lhes retardar o remédio pronto, não terão uso e se segue que com qualquer invernada faltará na corte muita parte do sustento*.”<sup>49</sup>

Volvidos alguns meses<sup>50</sup> surgiu o problema do despejo das “*imundícies procedentes da limpeza*,” com avultada despesa em carretos, carros, bestas e os salários dos homens de trabalho, comprovando a insuficiência do tributo para a eficácia do processo, pois a eliminação dos resíduos,

---

<sup>42</sup> IDEM, 1898, Tomo IX: 513.

<sup>43</sup> José Soares de Azevedo.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 513.

<sup>45</sup> IDEM, 1898, Tomo IX: 514. pelo que a resolução régia foi “*ao desembargo do paço ordeno chame este juiz do crime e lhe estranhe este procedimento*.”

<sup>46</sup> Consulta de câmara ao rei de 26 de Outubro de 1701.

<sup>47</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X:120.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 101.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X, p. 105.

<sup>50</sup> Consulta da câmara ao rei de 24 de Novembro de 1702.

até aí lançados ao mar e nas praias, tornou-se inviável devido à construção da fortificação e limpeza dos baluartes do Tejo.<sup>51</sup>

A organização da limpeza da cidade estava em 1688 a cargo da vara de almotaçaria, por distritos e nestes por ruas, ficando as de Santa Justa divididas pelos distritos da Rua Nova, Rossio e Mouraria.<sup>52</sup> Cada grupo de dois homens de trabalho estava incumbido da limpeza de um determinado número de ruas. Os seus becos e travessas só eram limpos quando necessário ou solicitado. Era da responsabilidade do distrito do Rossio, além das ruas, a limpeza dos Arcos do Rossio e das cabanas da caça e fruta. No distrito da Mouraria incluía-se a limpeza das Escadas do Adro de São Domingos até à Porta da Inquisição e da Cruz de S. Domingos até à Porta de Santo Antão.

O comportamento dos cidadãos e a necessidade de aferir os meios de resolução levaram à imposição de deliberações e posturas extraordinárias, como a não isenção para seculares ou eclesiásticos, devendo todos concorrer para as despesas da limpeza, pelo que se procedeu a um tombo geral dos moradores.<sup>53</sup> Mas os entraves à boa administração da limpeza sucediam-se em questões como a execução da cobrança para pagamento dos homens que limpavam os bairros, assegurada em cada rua por dois homens do povo, que com frequência se escusaram ao seu cumprimento, por privilégios inerentes aos ofícios mecânicos.<sup>54</sup> Muitos moradores continuaram a subtrair-se ao pagamento a pretexto de isenções como D. Catarina de Távora na rua de Valverde ou o almotacémor no Rossio.<sup>55</sup>

## **II.5. Os Problemas de Abastecimento de Lisboa e as Crises de Mortalidade do Final do Século XVII**

Talvez o maior desafio que os órgãos de governação de Lisboa enfrentaram na década de noventa do século XVII foi o deficiente abastecimento de praticamente todos os géneros de alimentos e as sucessivas crises alimentares que entre outros efeitos, elevaram a mortalidade.

A conjuntura de crise radicou sobretudo na seca prolongada, maus anos agrícolas e especulação de preços. A escassez significou a oportunidade para a elevação de preços de produtos

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 160. De facto, projectou-se o encaminhamento das lamas por barco que seriam “lançadas na praia da outra banda do pontal de Cacilhas para dentro até ao Alfeite ou na praia de Lisboa entre o cais da Pedra até Xabregas.” Para as caliças destinaram-se além dos locais predefinidos, os baluartes da fortificação da cidade em Campolide, ainda por entulhar, não deixando o rei de assinalar que a situação resultava do abuso e liberdade dos moradores.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 40.

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Tomo IX: 361. Apresentando o vereador do pelouro um precatório ao vigário geral do arcebispado de Lisboa de modo a conseguir-se a limpeza de Lisboa “*tão precisa em utilidade e conservação da saúde publica*”.

<sup>54</sup> Consulta de câmara de 9 de Maio de 1694.

<sup>55</sup> Conforme denúncia na consulta de Câmara a el-rei de 9 de Maio de 1696, onde foi publicada uma lista de pessoas devedoras da contribuição da limpeza do ano anterior.

cerealíferos como o trigo, centeio, milho e a cevada, habitualmente sujeitos a regulamentação. Relatos coetâneos, como o do autor anónimo das *Memórias Históricas de Lisboa* são bem elucidativos de que quem tinha estes produtos “*se fechava com ele e o não queria vender esperando mais urgente fome.*”<sup>56</sup>

As más colheitas de 1692 tiveram logo repercussão nas dificuldades de aprovisionamento de pão em Lisboa, entravado em locais de passagem como Abrantes, entre barqueiros e negociadores que compravam o cereal no Alentejo.<sup>57</sup> O abastecimento de carne proveniente desta província e do Algarve começou a escassear devido à saída em grandes quantidades para Castela, elevando-se o seu preço na capital.<sup>58</sup>

O pão proveniente do Alentejo continuava a ficar retido pelo caminho<sup>59</sup> ou era armazenado por particulares “*para fazer passar trigo e pão de novidade pendente para guardar em celeiros que tinham e depois vender a preço elevado [...] tendo por exemplo a esterilidade do ano passado e que a novidade presente promete abundância intentam valer-se da oportunidade,*”<sup>60</sup> contando inclusive com o envolvimento de trabalhadores e negociantes do Terreiro.<sup>61</sup>

O autor contemporâneo anónimo já referido deixou uma lista dos alimentos mais consumidos pela população e a exorbitância dos preços praticados, referindo também o estado de deterioração em que muitos chegavam a Lisboa, como as misturas de centeio e milho que “*dizem que este pão causou muitas doenças.*”<sup>62</sup> Segundo ele, a escassez de carne devia-se também à mortandade do gado pelas mesmas razões, elevando-se os preços das galinhas, carneiro, vaca, toucinho, presunto, ovos, mas também de azeite, vinho e vinagre, feijões brancos, arroz, figos passados e passas e o açúcar que “*por ruim que fosse chegou a valer a 100 réis e qualquer casta de doce por 120 réis.*”

De facto, a escassez de carne em 1697 levou a que o rei alertasse que se devia evitar a falta de provimento no açougue, especialmente carneiro “*de que mais careciam os doentes para seu sustento*”<sup>63</sup> e porque em Lisboa “*incomparavelmente tem crescido n’ella muita gente, além de inumeráveis estrangeiros de várias nações que habitam n’esta corte.*”<sup>64</sup>

---

<sup>56</sup> Associação de Arqueólogos Portugueses, 1947-1948: 12. Espécie de compilação de factos sobre a família real e determinações régias, cataclismos naturais, autos de fé. O memorialista começou a sua obra a 7 de Novembro de 1696, reportando-se a 1680. Da data de início em diante, terá escrito diariamente até 1716.

<sup>57</sup> Consulta da câmara a el-rei 04/03/1692.

<sup>58</sup> Consulta da câmara a el-rei 15/04/1693.

<sup>59</sup> IDEM, Tomo IX: 352.

<sup>60</sup> IDEM, Tomo IX: 390. Consulta de Câmara a el-rei em 22 de Junho de 1695.

<sup>61</sup> IDEM, Tomo IX: 391.

<sup>62</sup> IDEM, Tomo IX: 12.

<sup>63</sup> IDEM, Tomo IX: 495.

<sup>64</sup> IDEM, Tomo IX: 496.

O ano de 1698 assistiu a uma das mais penosas crises alimentares do período, saindo a 14 de Junho<sup>65</sup> o decreto de que o juiz do Terreiro deveria repartir equitativamente pelos “*tabuleiros quanto baste para se dar aviamento ao povo,*” proibição contrariada pela venda dos bens em casas particulares por preços mais elevados,<sup>66</sup> negócio que teve tanta participação de poderosos e eclesiásticos que exigiu a intervenção régia.<sup>67</sup> Vários indivíduos da freguesia de Santa Justa contribuíram para esta conjuntura, através de negócios marginais, mas também como representantes do poder, por meio de arrendamentos e assentos.

Percebemo-lo ao traçar o perfil biográfico e expressão negocial de Manuel Gonçalves Prego, despenseiro dos cárceres secretos da Inquisição que nos conturbados anos de 1698-99 tomou parte activa na aquisição de cereais para abastecimento da cidade, desempenhando um papel decisivo no cenário de crise e instabilidade, do qual soube retirar avultados proventos. Para isso investiu num assento com os armazéns reais e arrendou os dízimos da mitra do cardeal D. João de Sousa, usufruindo dos proventos do património da jurisdição do arcebispado, contando entre os benefícios com as miunças, quatropeas ou as terças pontificiais, rendas das igrejas que faziam parte do sustento dos bispos, relativos a igrejas e terras do arcebispado de Lisboa, que trespassou a numerosos arrendatários por períodos de três ou quatro anos, sobretudo a partir de Maio do difícil ano de 1698.

Este homem que pertencia ao oficialato da inquisição de Lisboa era já neste período detentor de uma capacidade económica relevante, figurando entre os seus bens uma quinta em São Sebastião da Pedreira, junto ao Chafariz do Andaluz, onde mandara edificar a ermida de N. Sra. do Cabo, dotada “*enquanto o mundo durar*” com dez mil réis de renda anuais, a retirar dos rendimentos da quinta.<sup>68</sup>

Em 1693, já viúvo, habitava no fogo nº 6 da rua da Inquisição, junto ao palácio do Santo Ofício que partilhava com oito escravos; a única alteração no fogo no rol de confessados de 1695 foi a inclusão de um criado, mantendo-se o mesmo número de ocupantes, constituído sobretudo por serviçais.

Na maior parte dos actos notariais em que tomou parte, além do valor espacial dos benefícios, variável, agregou às condições de arrendamento bens de consumo da produção local. No contrato

---

<sup>65</sup> IDEM, Tomo X: 511.

<sup>66</sup> Consulta de câmara a el-rei em 7 de Abril de 1699.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, 1898, Tombo IX: 538. Esta resolução surgiu “[...] *para remediar o miserável povo em apertos, que se experimentava na falta que já se sentia de pão no Terreiro, por causa do tempo, que pessoas poderosas e eclesiásticas o vendiam publicamente em suas casas por excessivos preços, em fraude das leis e do bando.*”

<sup>68</sup> AHPL, Livro 18º do Registo das Colações das Igrejas e benefícios do arcebispado de Lisboa 1703, Ms. 412. A 29-07-1694 num instrumento de dote e obrigação, realizado na sua casa tendo como testemunhas Pedro Álvares Vilaça e Salvador Pereira, ambos assistentes em sua casa e que figuram no rol de confessados do ano anterior como escravos da casa. A 21 de Agosto de 1704, após vistoria que considerou a ermida da Quinta do Chafariz de Andaluz decentemente ornamentada, com porta patente para a rua e campanário com sino e dotada com suficiente dote para a sua fábrica sem prejuízo dos direitos paroquiais, foi-lhe passada a provisão para se dizer missa na ermida.

estabelecido com Luís da Fonseca, da Chamusca, que excluiu qualquer género de pão, azeite, milho ou coisa de alqueire, que reservou para si, além do valor das terças das miunças<sup>69</sup> e quatro peas da igreja de Sta. Maria do Pinheiro impôs a entrega de dez dúzias de melancias e 20 dúzias de melões postas na Ribeira de Lisboa à custa do rendeiro.<sup>70</sup> Com a agudização do problema de abastecimento cerealífero contemplou em vários contratos o seu fornecimento, como o de 9 de Junho com Francisco Álvares, de Avis, que alugou as duas massas da mitra pontifical e das terças de Montargil, em cujo pagamento incluiu uma arroba de cera por cada 100 mil réis, em “*pam amarelo*.”<sup>71</sup> Do contrato de 20 de Junho com Diogo Gomes dos Santos, de Muge, almoxarife da fábrica do duque [de Cadaval], as duas massas da mitra pontifical consistiam na terça das miunças quadropeas de Muge, em cujo contrato incluiu quatro marrãs boas a receber em cada Natal.<sup>72</sup> Também os actos notariais relativamente a Unhos, Tancos, Alcanede, S. Tiago de Tremes só para nomear alguns, incluíram além do rendimento, arrobas de cera em pam amarelo, podendo ser substituídos por dinheiro e seis perus e seis peruas por dia de Natal, entregues em sua casa,<sup>73</sup> ou incluindo a propina de quatro carneiros pela Páscoa, ou 12 tostões por cada um.<sup>74</sup> Com um lavrador do lugar de Budel, em São João da Talha, pelo arrendamento das duas massas da mitra pontifical das terças da igreja de São João da Talha e seus limites, além dos 120 mil réis ano, estabeleceu ainda quatro almudes de vinho bom.<sup>75</sup> A 5 de Setembro fez uma obrigação e trespasse com Manuel de Oliveira, um mercador de vinhos da Rua da Rosa das Partilhas, em Lisboa, a quem arrendou as terças dos vinhos que pertenciam à mitra pontifical em todas as igrejas de ramo de Alenquer, por três anos, pela quantia de um conto e trezentos mil réis por ano, recebendo todo o vinho que coubesse à mitra.<sup>76</sup> Em finais de Setembro surgiu em dois avultados empréstimos de dinheiro ao juro de 6 ¼% ao ano.<sup>77</sup>

Ao abrigo do assento com os armazéns reais assinou um contrato a 25 de Maio de 1698 com o lavrador Francisco Manuel de Soure, de Portel, para comprar até 100 moios de pão, entregando-lhe para início de negociações 2.000 cruzados para compras de trigo no Alentejo “*do que achar e do melhor que houver para o dito seu assento*.”<sup>78</sup> O processamento da entrega deveria ser simultânea à aquisição “*enviará com urgencia para a cidade sendo por sua conta toda a despesa e risco que ouver*.” A 23 de Julho verificou-se um reforço de 600 mil réis, perfazendo a entrega de 6 contos e a

---

<sup>69</sup> Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia de Ciências de Lisboa, da editorial Verbo, trata-se de um antigo imposto pago pelos rendeiros de casais pertencentes ao património real e também de soutos, leiras e campos.

<sup>70</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 420, fl. 105. De 7 de Junho de 1698. Arrendados por 76 mil réis ano.

<sup>71</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 420, fl. 120. Arrendada por 325 mil réis por ano.

<sup>72</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 420, fl. 136. O que rendeu 16.660 réis por ano.

<sup>73</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 421, fl. 41.

<sup>74</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 421, fl. 65 v.

<sup>75</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 421, fl. 67 v.

<sup>76</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 427, fl. 84.

<sup>77</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 422, fl. 62.

<sup>78</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms. 420, fl. 70.

10 de Fevereiro de 1699 o comprador assinou uma declaração segundo a qual recebera oito mil cruzados para o assento que fizera nos armazéns e outros empréstimos perfazendo um total de 19 mil cruzados.<sup>79</sup>

Manuel Gonçalves Prego continuava em 1702 a ocupar o cargo de despenseiro dos cárceres secretos, partilhando o seu fogo com oito indivíduos, incluindo um padre, um criado e um escravo. O seu poder aquisitivo e a apreciável rede de relacionamentos resultaram, pelo que foi apurado neste cerca de ano e meio de produção de actos notariais, em avultados rendimentos provenientes de empréstimos a juro e pelo arrendamento dos benefícios eclesiásticos das massas da mitra pontifical do cardeal D. João de Sousa e do assento com os armazéns reais que geriu de forma muito lucrativa.

A acção de Manuel Gonçalves Prego integra certamente o número dos que motivaram a queixa do senado ao rei segundo a qual a maior parte da carestia não se devia à esterilidade mas a *“industria e avareza d’aquelles que, tomando por arrendamento todas as rendas seculares e eclesiásticas e recolhendo em si a maior parte do pão que produziam as terras, se fechavam com ele e o vendiam por preços exorbitantes, daí a razão de em poucos anos essas rendas terem crescido de forma extraordinária.”*<sup>80</sup> A falta de mantimentos provenientes do Termo era agravada pela aquisição dos bens resultantes da intercessão dos vendedores na estrada, mesmo por compradores de fidalgos que chegavam a ir à origem, junto de caseiros e lavradores. Por isso o senado, além da proposta de aplicação de uma taxa do trigo da terra, como as taxas do vinho e da palha, para prevenir a actividade de atravessadores e rendeiros das rendas eclesiásticas, de que resultava um *“monopolio muito prejudicial,”* propôs a promulgação de alvarás e posturas de impedimento de compra dos mantimentos nos caminhos e estradas antes de chegarem a Lisboa. Para a sua eficácia foi necessário reforçar a vigilância das estradas e promover acções judiciais contra os infractores, *“mesmo que fossem criados de pessoas grandes, poderosas e eclesiasticas,”*<sup>81</sup> contando-se entre as medidas de coacção penas de degredo para Angola e Brasil.<sup>82</sup>

Em Junho de 1699, segundo o autor anónimo já referido, houve grande abundância de fruta de caroço como as ameixas, cereja, ginja, damasco, pêra *“dando-se quase de graça estando o cabaz ou cesto que antes custava 300, a 80 ou 60 [...] vinham carros carregados de fruta ao Rossio couza*

---

<sup>79</sup> IANTT, 15<sup>o</sup> cartório notarial, ms. 424, fl. 69.

<sup>80</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 544-547.

<sup>81</sup> IDEM, 1898, Tomo IX: 541. O armazenamento e a venda ilegal de cereais já motivara a intervenção do cardeal arcebispo, com jurisdição sobre os eclesiásticos e dos juizes e corregedores do crime, pelo pregão de 13 de Abril de 1699 para que *“nenhuma pessoa venda ou mande vender em casa ou outra, qualquer pão que não seja no terreiro desta cidade. Fazendo-o perdiam todo o pão que lhes achasse, a terça parte para o denunciador, e as outras duas para o Hospital de Todos os Santos, para os enjeitados e outra para as prisões”*. Apesar dos rigores deste pregão até 8 de Maio de 1699 ainda não tinham dado entrada no Terreiro mais do que treze moios de cevada, pertencentes a um clérigo.

<sup>82</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 544-547.

*que nunca se vio.*”<sup>83</sup> O mesmo não se passou com outros mantimentos, pois em 1700 permaneceu a escassez de galinhas, frangões, ovos, caças e outras que se vendiam nos alpendres, sugerindo o senado a anulação das taxas de modo a alterar essa situação.

Entre 1699 e 1700, a escassez de palha e consequente falta de combustível nas cavalariações veio agravar as preocupações do Senado, pois punha em causa áreas como o abastecimento da cidade, a limpeza urbana, os transportes, a produção, por exemplo em oficinas de atafonas, que envolviam força animal, a deslocação de aguadeiros e almocreves. A solução desta crise surgiu da imposição de fornecimento de palha pelos lavradores das lezírias ribatejanas, ao qual se furtavam devido às elevadas taxas aplicadas nas transacções e que foi logo restabelecido após a anulação das mesmas.<sup>84</sup>

## **II.6. Abastecimento de Água, Policiamento e Combate a Incêndios**

O Senado debatia-se com grandes problemas de saneamento e circulação urbana, particularmente entre o Rossio e o Terreiro do Paço como já vimos, mas outros problemas afectaram o seu quotidiano, uns mais estruturais que outros e que motivaram profusa comunicação entre a autoridade municipal e o Rei.

Focalizando em ocorrências na freguesia de Santa Justa, alguns factos ilustram problemas como o abastecimento de água, policiamento ou incêndios. O abastecimento de água que afectava toda a cidade envolveu infracções mesmo dos locais mais insuspeitos, como comprova uma queixa apresentada pelas religiosas capuchas descalças do mosteiro da Madre de Deus que pretendendo um registo para serventia do cenóbio desviaram caudal do chafariz público, justificando-se com procedimentos similares de particulares como o secretário de estado Luís Teixeira de Carvalho, que entre outros, tinha registo com acesso ao cano do chafariz do Rossio.<sup>85</sup> O senado não só negou, como invocou a apertada vigilância sobre os “*ocasionais descaminhos*” dando o exemplo da ermida de N. Sra. da Escada, cuja infracção foi descoberta devido a obras de reparação do cano e minas de água no muro da ermida, onde encontraram um registo que abastecia a sacristia, que foi logo cortado e tapado.<sup>86</sup>

Entre os projectos que surgiram para solucionar o abastecimento de água, destaca-se o plano de investimento apresentado em 1700 pelo francês Teófilo Dupineaut que visava a condução das

---

<sup>83</sup> Associação de Arqueólogos Portugueses, 1947-1948:45.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Tomo X: 28.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Tomo X: 358.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Tomo X: 359. Informou o senado nesta consulta que nas casas junto à passagem do cano, mandara construir portas para uma limpeza mais eficaz, permaneciam com os oficiais.



águas e abastecimento a Lisboa,<sup>87</sup> abastecimento eficaz que só veio a ser concretizado no reinado de D. João V, após a construção do aqueduto das Águas Livres.

Na área da segurança e policiamento, a manutenção da ordem estava dependente da administração da justiça e eficácia da segurança pública que actuava no combate à delinquência e detenção de criminosos. A estrutura que assegurava essa função estava, à semelhança da limpeza urbana, organizada por bairros, com grupos de quadrilheiros seleccionados pelo Senado, que com a colaboração dos juízes e corregedores do crime que averiguavam da idoneidade das pessoas, seleccionavam os mais “*capazes de acudir às pendencias e apartarem e prenderem os delinquentes.*”<sup>88</sup>

Este era um problema recorrente como se pode avaliar na carta que o secretário de estado Mendo de Foyos Pereira enviou ao presidente do Senado da Câmara, ao considerar como mais adequado e eficaz o regimento dos quadrilheiros de D. Afonso IV, devendo ordenar-se a “*alguns juizes do crime que façam quadrilheiros porque está a cidade muito falta deles.*”<sup>89</sup>

De facto, a imagem negativa do quadrilheiro, muito associada a negligência e a precária actuação do mecanismo de segurança na prevenção e resolução de conflitos, estão no cerne de diversas consultas do Senado junto do Rei nas quais a câmara propôs o fomento de um vínculo mais firme e que resultaria da concessão de isenções enquanto estivessem no exercício, como a suspensão do pagamento das bandeiras dos ofícios, da assistência aos alardos e exercícios militares e a possibilidade de admissão aos ofícios da Casa dos 24.<sup>90</sup>

A insegurança e a precária iluminação permitiam o adensar da criminalidade em Lisboa, acobertando todo o tipo de infracções de ajustes de contas, violações e homicídios, muito frequentes em locais como o Rossio. Foi também palco de episódios como o litígio que em 1702 opôs o Senado ao Hospital Real e que implicou a demolição do oratório a Vera Cruz, debaixo dos Arcos do Rossio.<sup>91</sup> Fora motivado por queixas de que o oratório iluminado com “lâmpadas” para evitar “*danos de noite por ser escuro e solitario, como para andar sempre limpo de imundícies,*” não só impedia a passagem como era alvo de abusos e insolências, transformando-se de noite em local de “negociação,” o mesmo sucedendo noutros dois oratórios e nos balcões e tendas de vendedores. O Senado deliberou a demolição da casa e oratórios, o que não obteve a concordância do Hospital Real,

---

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Tomo X: 8. com 40 anéis [cerca de 26.500 litros] para alimentação dos chafarizes da Rua Larga de São Roque, Esperança, S. Paulo, Terreiro do Paço e São José seguido, meses mais tarde, de outra proposta para abastecimento do Bairro Alto, ambos sem prossecução

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Tomo IX: 422.

<sup>89</sup> OLIVEIRA, Tomo IX: 492.

<sup>90</sup> Consulta de Câmara a el-rei em 13 de Março de 1696. Que no entanto, não foram suficientes para cativar os seleccionados, continuando os requerimentos de escusa a pretexto de privilégios, por doença ou ainda porque pertenciam a ofícios sem a dignidade exigida para o provimento de ofícios da casa dos 24, como os atafoneiros, pasteiros ou taverneiros.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 111.

criando-se um impasse na demolição. No entanto, a decisão da câmara prevaleceu pois o Senado era “ [...] *um tribunal a quem os senhores reis [...] concederem toda a autoridade e jurisdição sobre o governo economico [...] e utilidade da republica.*”<sup>92</sup>

Fazia parte das suas competências a execução de prisão por ordem dos juízes do crime, alguns resultantes de actos menos usuais, como uma ocorrência de prisão em 1700 dos capatazes do trigo por não terem acudido ao incêndio nas casas do linho, como estavam obrigados, agravando o perigo dos navios que estavam no porto a carregar pão.<sup>93</sup> Ou situações como a protagonizada pelo juiz do crime do Bairro Alto, António Pereira de Quadros e Almendra, que indo numa diligência ao Rossio e dada a recente lei pragmática<sup>94</sup> sobre vestuário, ao deparar-se com dois indivíduos trajando com ostentação sem ter condição social para tal, um com chapéu debruado com passamane e trancelim ou galão de ouro e uma espada comprida; e um sargento, que vestia uma casaca de duas abotoaduras “*que sobrepunha adiante uma parte sobre a outra com duas ordens de casas,*” prendeu-os na noite de 1 de Agosto de 1701.<sup>95</sup>

O mesmo juiz do crime foi um feroz perseguidor dos “descaminhos” do tabaco, sendo a sua venda praticada em locais tão improváveis como uma das capelas do mosteiro de São Domingos. Indo em diligência “*a capela e mandando abrir a porta da fabrica dela achara um pouco de tabaco do rolo e pó que mandara ao estanco e a esta diligencia se seguira prender o andador da dita capela por consentir e a Manuel da Silva dono do dito tabaco.*”<sup>96</sup>

Lisboa era um espaço que continuava em franco crescimento urbano e demográfico, que continha vários níveis agregacionais pouco orgânicos, capazes de potenciar crises súbitas e devastadoras ao nível do edificado o que exigia dos órgãos de poder municipal uma maior vigilância em matérias como os incêndios, necessariamente coadjuvadas por imposições legislativas. Particularmente na segunda metade do século XVII, o Senado ficou mais atento às novas construções e à manutenção do espaço público<sup>97</sup> e mais sensível à segurança contra incêndios, encontrando-se entre as disposições directamente associadas à sua prevenção os incentivos à construção em alvenaria e tijolo.

O decreto real de 24 de Outubro de 1681 estipulara a organização do combate aos incêndios. Os juízes deviam elaborar uma lista de indivíduos que incluísse pedreiros, carpinteiros, calceteiros, serradores e trabalhadores, e os respectivos instrumentos de combate, machados, picaretas, enxadas,

---

<sup>92</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 113.

<sup>93</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 53.

<sup>94</sup> Saída das Cortes de 1697-98. Imposição de pragmáticas e promulgação de leis em Junho e Novembro de 1698.

<sup>95</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 145.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 145. Um dos locais de tráfico de tabaco era no Castelo, constando estes relatos num relatório do Marquês de Minas, presidente da junta do tabaco, onde manifestava o desvelo nas diligências do juiz do crime do Bairro Alto, António Pereira de Quadros e Almendra.

<sup>97</sup> MURTEIRA, 1994.

alavancas, baldes, lanternas consoante o ofício mecânico.<sup>98</sup> Em caso de incêndio, os dois cabos, que eram os dois oficiais mais idóneos do grupo, ficavam responsáveis por reunir as pessoas da sua quadrilha.

Este sistema, à semelhança da limpeza urbana e segurança pública, era organizado territorialmente em repartição que dispunha de duas casas onde guardavam os esguichos, escadas, marrões e outros apetrechos de combate aos incêndios da sua área. Devido à sua centralidade era na freguesia de Santa Justa, detrás do Convento de São Domingos, que se situava a casa com bombas e correntes para serviço de toda a cidade, para que “*sem embaraço se possa levar as bombas para os incendios.*”<sup>99</sup>

Como exemplo do flagelo e da capacidade destrutiva dos incêndios em meio urbano, a freguesia de Santa Justa foi palco em 1697 de um incêndio de grandes dimensões na Rua das Arcas e que arrasou o famoso Pátio das Comédias.<sup>100</sup> Nesta estrutura coberta predominava a madeira o que terá contribuído para alastrar às casas circunvizinhas, só debelado junto à porta da igreja de Santa Justa.<sup>101</sup> A proximidade de tabernas e adegas com reservas de vinhos, aguardente, azeite e manteigas, intensificaram o fogo de que resultaram “[...] *muitas perdas materiais, muito prata em moeda e peças [...] os móveis estragados estavam lançados pelas ruas, lançados pelas janelas.*”<sup>102</sup> Na reconstrução do famoso pátio das comédias, pouco tempo depois, já se encontra a aplicação de normas de construção preventivas quanto à segurança e aproveitamento racional do espaço.

## **II.7. D. Pedro II e a Defesa de Lisboa**

Da documentação camarária deste período transparece a premência da edilidade junto do Rei sobre questões de abastecimento, segurança e saneamento. Já a iniciativa régia direccionou-se mais para a dotação da cidade em infra-estruturas de defesa, melhoria do provimento, no embelezamento e na expressão pública de magnificência através da festa.

Entre 15 de Novembro de 1697 e 3 de Abril de 1698 decorreram em Lisboa as últimas cortes do período moderno convocadas para formalização da sucessão do príncipe D. João como herdeiro da coroa,<sup>103</sup> sendo um dos procuradores por Lisboa, o Marquês de Alegrete, Manuel Teles da

---

<sup>98</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 54.

<sup>99</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 66.

<sup>100</sup> a 10 de Dezembro de 1697. Terá sido após a representação da comédia “La mor hidalga hermosura,” e o clarão do fogo avistava-se da casa do memorialista Manuel de Almeida, morador na Bica de Duarte Belo.

<sup>101</sup> Era aqui uma das portas de entrada no Pátio, junto às casas do Marquês de Cascais e onde o incêndio terá sido violento.

<sup>102</sup> Associação de Arqueólogos Portugueses, 1947-1948:42.

<sup>103</sup> Foi jurado solenemente no primeiro acto a 1 de Dezembro, na Sala dos Tudescos do Paço Real da Ribeira, perante os procuradores de todas as comarcas e cidades, vilas, lugares do reino, com formação dos terços da ordenança no Terreiro do Paço.

Silva.<sup>104</sup> No cerne da convocação de cortes esteve o pedido de contribuição de 600.000 cruzados muito necessários a Portugal, que despendia avultadas somas com a manutenção da paz, assegurada através de missões diplomáticas nas principais potências europeias e na segurança interna com a aquisição de material de guerra e o aumento do corpo militar de cavalaria e infantaria, sem esquecer o auxílio “às conquistas.”<sup>105</sup>

Noutro âmbito, o cenário de grave crise económica trouxe às cortes questões como a rentabilização de recursos com benefício para o estado, como o estanque do tabaco.<sup>106</sup>

Numa das sessões, antevendo a grave crise alimentar de 1698, o presidente do Senado da Câmara de Lisboa e capitão da guarda real, D. Francisco de Sousa chamou a atenção para a “*decadência e definhamento em que cada vez mais se sentia debater o paiz, em virtude dos exorbitantes preços a que haviam chegado todos os géneros necessários, quer para alimentação, quer para vestuário.*”<sup>107</sup> Lançou o debate do desajustamento com repercussão directa no tecido social, dos elevados salários dos oficiais mecânicos e preço das manufacturas, o que lhes permitia luxos impróprios “*rompendo galas, gastando ballonas de renda, chapeus de castor [...] que não se coadunavam com a natureza do seu nascimento*”<sup>108</sup> daí resultando pragmáticas sobre o excesso dos trajas e jogos de parar, com consequências como já vimos, de prisão dos infractores.<sup>109</sup>

Nos conturbados anos finais do século XVII, D. Pedro II teve que lidar com a questão de maior importância na política externa de Portugal, a eminência de guerra, dando prioridade ao planeamento da defesa de Lisboa e a necessidade de mais dinheiro para o provimento de armas e para pagamento da gente de guerra.<sup>110</sup>

O conflito que mais tarde se tornou bélico, teve origem na sucessão ao trono de Espanha, por morte sem sucessores, em 1700, do rei Carlos II. A 4 de Março de 1701 Portugal assinou um tratado de aliança ofensiva e defensiva com a França, temendo-se a ofensiva dos holandeses, aliados da Inglaterra e da Áustria, defensores da sucessão do arquiduque Carlos de Áustria. Num dos artigos do tratado que assegurava a sucessão de Filipe V, as forças portuguesas seriam auxiliadas por uma

---

<sup>104</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 492. Eleitos a 17 de Outubro de 1697 na casa de Santo António e jurados a 13 de Novembro de 1697. Pertencia aos conselhos de Estado e Guerra, gentil homem da câmara do Rei e vedor da Fazenda.

<sup>105</sup> Carta régia de 23 de Dezembro de 1701. No entanto, a sua concessão solucionou só pontualmente a situação, surgindo novas exigências e o aumento das despesas com o conflito europeu, sendo o rei obrigado a manter a cobrança de contribuições ao povo, agravados com os direitos de entrada e consumo no reino de que é exemplo a crise de abastecimento de palha já relatada.

<sup>106</sup> Carta régia de 21 de Junho de 1700. Até então era arrendado, deixou de o ser, mas só até 1700 quando o estanque foi extinto, retomando o contrato e arrendamento, embora com nova forma de administração da responsabilidade da fazenda real.

<sup>107</sup> OLIVEIRA, 1868, Tomo IX: 490.

<sup>108</sup> OLIVEIRA, 1868, Tomo IX: 491.

<sup>109</sup> O mesmo que a dinheiro. Leis promulgadas em Junho e Novembro de 1698.

<sup>110</sup> Carta régia de 14 de Novembro de 1699.

armada na defesa de Lisboa, em caso de agressão inimiga, daí que uma das medidas foi o posicionamento em Cascais de uma esquadra francesa, a 21 de Setembro de 1701.

Outra medida defensiva foi a construção de uma linha de fortificação nos cais e orla marítima, numa grande intervenção no espaço urbano envolvente. Mandou fortificar em 1701 todas as praias em Lisboa, tendo sido construído um muro do cais dos Mouros até à Boavista, com colocação de peças de artilharia em pontos chave. O projecto não foi concluído por falta de financiamento, mas o espaço ribeirinho sofreu algum reordenamento, com demolição de barracões, tavernas, casas de habitação e das estâncias das madeiras e lenha de apoio à Ribeira do Peixe.

Sucederam-se decretos reais<sup>111</sup> procurando soluções duradouras noutras áreas de gestão da cidade,<sup>112</sup> como já vimos com o impedimento de despejos das imundícies nas praias e na corrente do rio, de modo a evitar “*o que custa tanta despesa na limpeza das trincheiras e fortes da marinha que eram então inúteis na defesa manda não se lance mais nas praias.*”

No aspecto militar mas também logístico, todos os Terços e tropas de praças raianas regressaram a Lisboa, significando um acréscimo populacional considerável, passando aos domingos de tarde, de Agosto a Novembro, a fazer exercício na Junqueira, escrevendo o memorialista já citado que “*bem pizado foi o areal da senhora Junqueira e todas as ruas de Lisboa.*”<sup>113</sup> O guarnecimento de Lisboa de infantaria e cavalaria foi dividido por comandos, ficando a cargo do Marquês de Alegrete, o comando da Ribeira até à Boavista. Este cenário implicou para o Senado da Câmara o agravar de preocupações<sup>114</sup> tendo que assegurar os mantimentos e água necessários nas guarnições das trincheiras.

No entanto, a esquadra inimiga não apareceu e as milícias regressaram às fronteiras, retirando-se os franceses a 20 de Outubro de 1701<sup>115</sup> e alterando-se a estratégia de D. Pedro II que passou a alinhar com a outra facção do conflito.

## **II.8. Muita Devoção e Algum Lazer**

O respeito pelo divino e o temor dos homens perante as calamidades fluiu em procissões e principais festas litúrgicas, actos que ainda que revestidos de solenidade, eram um dos meios de escape à seriedade do quotidiano, num misto de festejo e entretenimento, por vezes encarado como excessivo e rompendo cânones. Um dos momentos altos das festividades anuais era a procissão do

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, 1868, Tomo X: 86-87.

<sup>112</sup> Carta do secretário de estado Roque Monteiro Paim ao presidente do senado da câmara datada de 13 de Setembro de 1701

<sup>113</sup> Associação de Arqueólogos Portugueses, 1947-1948: 50.

<sup>114</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 86-87.

<sup>115</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo X: 87.

Corpo de Deus,<sup>116</sup> cujos encargos cenográficos eram suportados pela Câmara e pelas ruas, algumas delas importantes vias de circulação da freguesia de Santa Justa por onde a procissão passava. Saía da Sé Patriarcal<sup>117</sup> em direcção ao Rossio, onde voltava pela rua das Arcas, detrás da igreja de S. Nicolau, Correaria, Ourives da Prata, voltava pela Rua Nova, Arco dos Pregos e recolhia pelo Terreiro do Paço à Patriarcal. Além de limpas, com punição de quem as sujasse, todas estas ruas deveriam estar engalanadas, ter as portas, janelas e paredes armadas com exposição das bandeiras dos ofícios.

A intensa afluência e assistência procurava a variedade das exhibições de pantominas, as coreografias e o luxo. O exotismo dos cavaleiros africanos que transportavam o palio, o andor com nicho envidraçado, os mesteirais dos ofícios que animavam a parte mais apelativa com as suas construções, cenários e bandeiras, distintos por ofícios, através da representação dos santos patronos ou por insígnias. Um dos mais fabulosos era a representação dos sapateiros que ostentavam o dragão, os alfaiates a *serpe*, os carpinteiros e calafates a nau e galé. Tudo isto era acompanhado pela representação de autos e peças, com participação de muitas figuras, das mais quotidianas às mitológicas e impressionantes como a figura de S. Jorge a cavalo introduzida por D. João I em 1387, com uma devoção tão abrangente que ia dos soldados, aos pais com filhos problemáticos, que alimentavam o cavalo a fava e palha para que o santo os amansasse.<sup>118</sup> O colorido e a variedade provocaram no frade Dellon, não a apreciação, mas a estupefacção, apontando as irregularidades da procissão do Corpo de Deus onde *“aparecem mulheres ricamente vestidas que ao som de guitarras e castanholas dançam e cantam canções profanas com mil atitudes indecentes e impúdicas, que teriam mais lugar nos sítios públicos que nas igrejas que são casas de oração.”*<sup>119</sup>

Reacção contrária foi expressa pelo marquês Filipe Corsini que acompanhou o príncipe Cosme III de Médicis a Lisboa em 1669 e que relatou o pitoresco e a exuberância da procissão realizada nesse ano pelo nascimento da princesa Isabel de Bragança, filha do regente D. Pedro e de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, onde se incluía um grupo de vendedoras de frutas, tão abundantes em Santa Justa, que dançavam e transportavam arcos ornados de flores e frutas de cera, *“no cimo dos quais colocam um santo em pe no meio da laçaria.”*<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Foi instituída em 1264 pelo papa Urbano IV e celebrava-se na primeira quinta-feira depois da oitava de Pentecostes. Foi gradualmente transformada num espectáculo sujeito a regras protocolares e de precedência.

<sup>117</sup> OLIVEIRA, 1868, Tomo IX: 192. Passava pelas Ruas da Campainha, Tanoaria, Calcetaria, rua dos Ourives, Douradores, Escudeiros, Rossio.

<sup>118</sup> Dias, 1940.

<sup>119</sup> CHAVES, 1989: 37.

<sup>120</sup> MADHAIL, 1942: 61.

A procissão de N. Sra. da Saúde<sup>121</sup> era outro grande evento anual, nela participando a Câmara, cidadãos, oficiais, mestres, clero e contingentes de tropas dos corpos da guarnição, transportando as relíquias de Santa Ana e de S. Sebastião, acompanhada de sermão, pelas charamelas do rei e à semelhança das outras, por danças, mostra de invenções, representações, autos e momices.

Além destas procissões anuais que mobilizavam a população de Lisboa, sempre que se justificou realizaram-se outras, como sucedeu no contexto da seca de 1694 e das estações chuvosas de 1695. Esta solene e grandiosa procissão de graças que saiu da Sé e se recolheu a S. Roque teve grande participação das bandeiras e cruzeiros dos ofícios com as suas insígnias, dos párocos de todas as freguesias da cidade, do cabido da sé e da capela real “*com muitas festas, e folias e danças de regateiras, e festas da cidade.*”<sup>122</sup>

Ainda em 1695, após 23 anos, foi decretado o resgate geral por carta régia de 2 de Janeiro, devido ao elevado número de cativos portugueses em Argel, escravizados na decorrência de captura na guerra ou apresados pelos piratas da Barbária e pelos turcos.<sup>123</sup> Não dispondo o cofre dos cativos de tão elevada quantia, o rei mandou às câmaras, misericórdias e prelados do reino o pedido de obra pia para o resgate, cujo dinheiro deveria ser remetido à secretaria de estado das esmolas, ao tesoureiro do cofre dos cativos.<sup>124</sup>

Esta campanha contou com larga colaboração, incluindo a fidalguia que “*andaram publicamente tirando com os padres redentores,*” os frades da Trindade. O seu padre provincial foi a Argel em Junho resgatando 260 cativos que chegaram em Outubro “*entre grandes e pequenos, pretos e brancos,*” e na sua decorrência realizou-se uma procissão pela Misericórdia, de onde saíram com os religiosos da Santíssima Trindade e daqui para suas casas.<sup>125</sup>

As romarias, também muito populares e procuradas pelo povo, realizavam-se anualmente em torno de capelinhas de grande devoção e fama milagreira, no Termo ou proximidades de Lisboa. Eram famosas as romarias às ermidas de N. Sra. dos Prazeres e das Necessidades, locais que deram origem a novos focos de urbanização em Lisboa a partir do século XVIII, ou ainda mais distantes como Santa Bárbara, do Senhor da Serra<sup>126</sup> ou os Círios a N. Sra. da Atalaia.

As deslocações em carruagens implicavam a permanência por mais de um dia, ocorrendo danças, cantares, galhofas, merendas, propícias a práticas irregulares. É o que se pode constatar em episódios como o da Visitação a Santa Justa de 1683, na qual um morador de São Cristóvão, Pedro

---

<sup>121</sup> A primeira procissão de graças a Nosso Senhor fora ordenada ao Senado por D. Manuel I, após ter sido debelada a grande peste de 1569, realizando-se a 20 de Abril de 1570.

<sup>122</sup> Decorreu a 20 de Abril de 1695 cf. P. 33 Idem, *ibidem*.

<sup>123</sup> A arrecadação das esmolas para o resgate dos cativos foi cedida à coroa pela ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos por alvará de 10 de Março de 1562. OLIVEIRA, tomo IX, pp. 377-378.

<sup>124</sup> OLIVEIRA, Tomo IX: 377-378.

<sup>125</sup> OLIVEIRA, Tomo IX: 36.

<sup>126</sup> Dias, 1940.

da Rocha, escrivão da Contadoria-Geral, acusou o padre ecónomo da dita igreja de estar em casa de uma mulher casada “*o que dava grande escândalo,*” tendo ambos ido a uma romaria onde estiveram dois dias, com consentimento do marido que ficou em casa. O clérigo defendeu-se dizendo que a proximidade vinha do facto de ela fazer “*as contas do priostado que ele serve e que são boas porque as faz muito bem.*”<sup>127</sup>

Completa-se assim o quadro urbano com as principais ocorrências que em linhas gerais caracterizaram Lisboa e condicionaram o quotidiano da cidade, realçando ainda no âmbito da celebração um evento que marcou Lisboa neste período e foi ocasião de festejos na cidade. O regresso a 20 de Janeiro de 1693, após quase 23 anos em Inglaterra, de D. Catarina, rainha de Inglaterra, que viria ainda a assumir um importante papel na política portuguesa especialmente pelo exercício da regência do reino em 1704, quando D. Pedro II acompanhou o pretendente ao trono de Espanha à Beira Alta, o arquiduque D. Carlos de Borbon.<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> AHPL, Ms. 14, de 11 de Outubro de 1683.

<sup>128</sup> ANDERSEN, 1940.



## Capítulo III

### Demografia: a Freguesia em Números

#### III.1. Evolução Global da População nos Róis de Confessados Santa Justa (1693-1702)

Os róis de confessados constituem listas de residentes maiores de sete anos, agrupados por ruas em unidades residenciais,<sup>129</sup> relacionados por laços de parentesco, profissional ou desconhecida, relativamente ao cabeça de fogo.

Da sua avaliação preliminar podemos determinar aspectos sócio-demográficos como os quantitativos populacionais diferenciais (com excepção dos menores de sete anos) e características estruturais como relações de masculinidade, caracterização social, estrutura sócio-profissional e força de trabalho dominante, entre outras.

O país foi marcado no final do século XVII e com prolongamento em termos de dinâmicas demográficas pelo início da centúria seguinte por um crescimento demográfico muito reduzido. O aumento dos níveis de mortalidade e uma ligeira diminuição da natalidade traduz-se na inversão pontual da vantagem da vida sobre a morte.<sup>130</sup>

No entanto, a análise serial do estado anual de uma população aberta e muito sujeita a movimentos migratórios, se por um lado permite avaliar com segurança a evolução do parque habitacional, quando se trata da evolução populacional, implica o distanciamento do crescimento demográfico natural, que é a diferença entre nascimentos e óbitos, pois não dispomos de registos de nascimento, propondo-se a análise evolutiva de “estado da população” por comparação de sucessivos quadros espacio-temporais fortemente marcados pela migração.

Quadro I - População Maior de Sete Anos 1693-1702

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Indeterminado</b>	<b>Total Anual</b>
<b>1693</b>	2802	2681	34	5483
<b>1695</b>	2752	2603	0	5355
<b>1702</b>	3014	2648	38	5662

Rol de Confessados (1693, 1695, 1702)

A evolução global da população caracterizou-se por um movimento de retracção em 1695, com perda de 2,5% da população, seguido de crescimento e retoma em 1702, confirmando-se a tendência de maioria de homens para todo o período de observação. A relação de masculinidade em 1693 era de 104, aumentando para 105 em 1702.

O parque habitacional distribuído por 56 serventias aumentou c. 5,5% em consonância com o crescimento populacional.

<sup>129</sup> O mesmo que fogo civil.

<sup>130</sup> RODRIGUES, 2010:40-41.

A densidade de ocupação dos fogos de Santa Justa ilustra bem a macrocefalia da capital, com seis das suas ruas a registarem entre 191 e 307 moradores em 1693, embora a ocupação média dos fogos por maiores de sete anos não ultrapassasse os 3,8% em 1693 e os 3,7% em 1702. Assinalou um decréscimo ligeiro, com uma ocupação média dos fogos por maiores de sete anos de 3,8% em 1693 para 3,7% em 1702. No entanto, esta avaliação deve ser feita caso a caso, atendendo às particularidades da ocupação. O Hospital Real, por exemplo, uma estrutura de fogo de tipo indeterminado, registou um decréscimo de 1%, passando de 4,7% para 3,7%, o mesmo sucedendo na Rua de Mestre Gonçalo, dominada pelo palácio Cadaval, que decresceu de 5,8% para 4,9%. Na populosa rua das Portas de Santo Antão, passou de 3,9% em 1693, para 3,6% em 1702, ao mesmo tempo que registou um aumento do número de fogos de agregado familiar alargado. Outro exemplo, o Poço do Borratém, que em 1693 tinha um índice de ocupação de 4,5%, passou em 1702 para um índice de 5,6%, o mesmo se passando com o Beco da Comédia, ou com o do Alemo, com crescimento das taxas de ocupação em cerca de 1%.

A rua mais populosa era a das Arcas, sem fogos devolutos, que acolhia 307 moradores distribuídos por 72 fogos, com uma densidade ocupacional média de 4,2 indivíduos e que desceu para 3,9% em 1702. Em nove anos esta serventia ganhou dois fogos, mas perdeu 41 moradores, ascendendo à condição de rua mais populosa a vizinha Praça da Palha, cuja população contabilizava em 1702, 290 habitantes em 70 fogos, não se afastando a densidade ocupacional dos fogos da média da freguesia e registando um crescimento populacional de c.14%.

A percentagem de fogos isolados, liderados por viúvos, indivíduos solteiros e de situação indeterminada, rondou os 4,5%, sem grandes oscilações ao longo da observação.

Os menores de confissão eram 43 em 1693 e ascenderam a 102 no levantamento de 1702, o que pode ser explicado por uma mortalidade infantil mais suave nos anos precedentes, com taxas de sobrevivência juvenil mais elevadas, mas sobretudo pelo acréscimo de jovens criados e aprendizes deslocados, os últimos a situar-se nos 32%.

Outros aspectos qualitativos que podem ser apreendidos nas anotações dos párocos, embora com alguma irregularidade, são a raça, se era preto, mulato, índio, mouro; a condição perante a freguesia e a origem, se era peregrino, hóspede ou ilhéu; se estava ausente, preso ou era enjeitado; a condição social e física, se era pobre, doente, se estava entrevado, cego, mentecapto ou demente. Algumas destas condições justificaram a visita pela Misericórdia, estando 38 indivíduos nessa situação em 1693, dos quais 13 eram doentes com auxílio domiciliário; em 1702 eram 37 incluindo oito cegos e um demente, mais 12 doentes.

### III.2. Dados demográficos 1693-1702

Esta análise assenta nos dados extraídos dos registos paroquiais de óbito e casamento da urbana e cosmopolita freguesia de Santa Justa, pelo que foram diversas as limitações na percepção da dinâmica populacional, estando excluída a análise de parâmetros como o movimento de nascimentos, a idade média do casamento, o estudo da fecundidade, a ilegitimidade. Restrições que, no entanto, não invalidaram a abordagem aos outros grandes vectores de estudo das populações do passado: casar, migrar, morrer e a observação do seu vigor demográfico e social, possibilitando a determinação de algumas linhas definidoras deste importante núcleo urbano.

### III.3. A Mortalidade

O estudo da mortalidade a partir dos registos paroquiais tem uma abrangência que vai da determinação de taxas brutas em conjugação com outros indicadores demográficos, impossibilitado neste caso pela ausência de registos de baptismo e de registo sistemático comprovado de óbitos de menores, o que não invalidou o estudo da variável nos aspectos diferenciais da mortalidade normal e a de crise e a sazonalidade por género e estado.

Ainda que de forma mais atenuada que nos séculos precedentes, menos marcado pela influência dos habituais devastadores da população e sem conflitos bélicos em curso,<sup>131</sup> as crises de mortalidade decorreram, particularmente, de crises alimentares, integradas em ciclos que já abordámos anteriormente, de maus anos agrícolas, subida de preços e fome, elevando a vulnerabilidade dos organismos perante as doenças e consequentemente, o número de óbitos. Os surtos epidémicos identificados como de tifo foram, de facto, coincidentes com dificuldades de aprovisionamento alimentar em Lisboa<sup>132</sup> e desenvolveram-se num cenário já habitual de más condições urbanísticas e sanitárias, muito potenciado por milhares de residentes e população flutuante que diariamente percorria a freguesia, onde desenvolviam actividades comerciais, tratavam em torno das grandes instituições de assistência e dos locais de poder, circulavam pelas suas ruas e becos, pelas estalagens e tavernas, tendas de pequeno comércio, oficinas de toda a ordem, teatro, casas de alcouce e tavolagem, locais quase frequentes de óbitos de forasteiros e transeuntes.

De facto, o “*miserável estado a que chegaram os mantimentos, alto preço e intolerável fome que houve em todo o reino,*”<sup>133</sup> está na génese deste ciclo nefasto de crises alimentares e surtos epidémicos, com repercussão na elevação da mortalidade, que no segmento infantil foi mais intensa entre 1692 e 1695, resultando num total de 2.054 óbitos entre 1690 e 1702. O ciclo em subida

---

<sup>131</sup> Só após 1702 a campanha e envolvimento na guerra da sucessão de Espanha.

<sup>132</sup> Em 1692, 1694-95 e 1698-99 Cf. RODRIGUES, 1987:110.

<sup>133</sup> Idem, *ibidem*, p. 34.

iniciou-se a partir de 1692, com ligeiro decréscimo até 1694, mais acentuado em 1696, em ascensão até 1698, atingindo o máximo do período em 1700.

Para todo o período de observação, morreram mais mulheres<sup>134</sup> que homens, atingindo no seu conjunto mais os solteiros. O período do ano mais nefasto foi o verão e o outono, particularmente nos meses de Agosto/Setembro e Novembro/Dezembro. As condições climáticas do período final do verão e a transição para o Inverno, no “cair da folha” exercem uma forte influência nos níveis de sobrevivência da população, sobretudo nos grupos etários e sociais mais expostos ao rigor do clima, crianças e idosos e estratos sociais mais baixos.<sup>135</sup>

A maioria dos indivíduos foi sepultada na Igreja paroquial<sup>136</sup> e *ab intestato*, à excepção de 152 indivíduos, correspondendo a um perfil de indivíduos casados, de ambos os sexos, equitativamente, embora as mulheres tenham testado mais em 1701 e 1702, anos que se seguiram ao pico mais elevado de mortalidade. A condição social e profissional dos testadores, num grupo de 26 ocorrências, indicia que foi uma prática transversal, mas com destaque para os eclesiásticos, homens de ofícios e militares.

#### **III.4. A Nupcialidade**

Os registos de casamento permitem-nos não só aceder ao estudo da nupcialidade e à determinação de valores globais e diferenciais como a sazonalidade, idade média ao casamento, celibato definitivo, fecundidade, mas também, a partir do seu cruzamento com outras fontes, aprofundar o estudo da família, formas de união e reprodução social, práticas e protocolos segundo os grupos sociais, estabelecimento do dote, as alternativas ao mesmo, ou ainda a posse de casa própria ou partilha da familiar, o mobiliário, o enxoval e vestuário, os objectos de quotidiano, analisados com algum detalhe no capítulo “Modelos de Habitação”.

Apesar da apertada vigilância da moral alheia por parte da vizinhança, é possível estudar Santa Justa do ponto de vista da transgressão, que dadas as características sobejamente relatadas de comunidade densa e móvel, social e profissionalmente diversa facilitava, e de certo modo encobria, todo o tipo de relações ilegítimas. Em 1702 foram relatados 28 casos de amancebamento dispersos pela freguesia, embora com maior incidência nas Ruas dos Alemos e de S. Pedro Mártir, ruas muito associadas a prostituição, sobretudo em casas de alcoice, mas também no beco das Comédias, Poço do Borratém e Rua das Arcas.

---

<sup>134</sup> 1.101mulheres, 953 homens, 1.129 solteiros de ambos os sexos.

<sup>135</sup> SOLÉ, 2001:247.

<sup>136</sup> 1.654: 69 no cemitério da igreja, 77 nos carneiros dos Irmãos de Santa Catarina, de S. Gregório, de S. Marçal, de S. Valentim, dos Beneficiados e dos Irmãos do Senhor. Foi também expressiva a escolha de outros conventos e igrejas para última morada, estando entre os mais populares, o Convento do Carmo, com 90 inumações, S. Francisco da Cidade, com 60, o vizinho convento de S. Domingos, com 37 e finalmente, o convento de S. Roque, com 14.

Foram presos no Aljube logo após a denúncia e antes da aplicação definitiva de pena, oito indivíduos, por culpa de amancebamento com pessoas casadas, alcoiceiras e pais que incitaram as filhas a “*usar mal de si*”. A pretexto de promessa de casamento estavam sete mulheres amancebadas, de cujas denúncias resultaram três casamentos. Para todo o período de observação a paróquia reconstituída incluiu 46 casais em situação de ilegitimidade.<sup>137</sup> Este tipo de desvio foi o mais denunciado e socialmente transversal incidindo sobre artesãos, serviçais, ligados ao comércio, ao oficialato régio e do senado, eclesiásticos e homens titulados.<sup>138</sup>

Foram as relações extra-matrimoniais e uniões ilegítimas as mais recorrentes no desafio às leis da igreja e constituições sinodais. Penas como prisão e degredo não foram aplicadas em 1702, ainda que as acusações remetessem a vários lapsos, resultando em penas pecuniárias e leves, dada a pobreza da maioria dos infractores.

Mas a punição pelas autoridades eclesiásticas não impediu a reincidência. Após a passagem da Visitação, alguns casais retomavam a relação ou, em busca de anonimato, mudavam de freguesia. A eficácia destes mecanismos de vigilância e controle não foi suficiente para a manutenção da moral não só pela dimensão da comunidade, mas pelas profundas diferenças sociais e económicas que grassavam no seu seio e faziam da transgressão uma alternativa à sobrevivência e realização de aspirações pessoais.

Assim, ainda que nem sempre tenham originado ligações legítimas, a denúncia por mulheres envolvidas nestas uniões ou de pessoas que lhes eram próximas, funcionou como forma de pressão. Um desses exemplos foi protagonizado pelo cirurgião Clemente de Oliveira, morador no Beco das Comédias. Tendo enviuvado em 1700, surgiu no rol de 1702 a viver com dois oficiais, quando de facto, segundo a Visitação desse ano,<sup>139</sup> estava “*amancebado de portas adentro*” com Catarina de Oliveira, a quem retirara do convento de Santa Clara “*para casar com ela.*” Situação que a Visitação não poderia admitir até “*tomar estado com ela.*”

Como exemplo de mobilidade residencial e de mecanismo de defesa no encobrimento destas situações, a denúncia do atafoneiro Bento de Araújo do Beco das Farinhas, contra uma moça solteira, por alcunha a Agarra, que vendia no Rossio e que tinha vindo pelo S. João da freguesia de Santana para o Beco das Farinhas do Pocinho de Entre as Hortas e que estava “*amancebada de portas adentro com um soldado, do qual não sabia o nome, nem a companhia e que a sua mãe tinha*

---

<sup>137</sup> Resultando o conhecimento dos mesmos de óbitos de crianças, nos quais o pároco mencionou ou omitiu a condição dos pais. Este foi um facto relevante, porque era rigoroso e sistemático nos elementos que incluía nos registos, nomeadamente a expressão “sua mulher”.

<sup>138</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14. Segundo denúncia do torneiro Francisco Rodrigues, morador na Porta Nova, a viúva Maria Madalena que vivia no Beco do Bonete dava casa de alcoice e via entrar na sua casa o conde de Vilar Maior, o velho, numa liteira e também o desembargador Manuel Lopes de oliveira e [...] e no mesmo tempo entram mulheres casadas e solteiras.

<sup>139</sup> AHPL, ms. 54. Dia 4 de Julho de 1702.

*conhecimento. Ouvira ainda que o soldado lhe tinha passado escrito de casamento, sabendo de tudo isto por ser seu vizinho e ser publica vox*<sup>140</sup>.

O escrito de casamento foi também o argumento para a oficialização que partiu da denúncia de Joana da Silva contra o trabalhador António Pereira, morador na Cutelaria. Viviam ambos de portas adentro, como marido e mulher e a própria apresentou ao Visitador um escrito de promessa de casamento, corroborado pelo juramento de testemunhas.

De facto, segundo o termo e apresentação do escrito e promessa de casamento ao arcebispo Visitador constava um escrito com o seguinte teor “ *digo eu António Pereira que eu prometo a Deus Nosso Senhor de não jurar outra senão a Joana da Silva = digo eu Joanna da Silva de não jurar outro marido senão a António Pereira*”. Serviram de testemunhas Bernardo Álvares, Domingos Dias, Crespina Francisca, Bernarda Monteiro, que juraram a veracidade do documento.<sup>141</sup>

A continuidade do processo elucida sobre os procedimentos a tomar. Constava a informação integral de António Pereira, morador na Cutelaria, no Beco do Pinho, que era natural de S. Martinho de Fornelos, Lamego e que Joana da Silva, do Beco da Tarouca, era natural de Braga, de onde viera menina de poucos anos e “*se obriga dentro em quinze dias a recorrer a juiz ordem para provar que veio menor para esta terra e dentro de um mês a ter os seus banhos corridos e porque António Pereira veio de maior idade da sua terra se lhe dá por termo até todo o mes de Setembro para ter os seus papeis correntes.*”<sup>142</sup> Casaram na igreja de Santa Justa a 28 de Setembro de 1702.<sup>143</sup>

As práticas e condicionalismos que envolviam o casamento eram semelhantes aos praticados no país, sujeitando-se aos ritmos sazonais impostos pela igreja – os tempos de abstinência do Advento e Quaresma.<sup>144</sup>

De facto, há um abaixamento abrupto nos meses respectivos, sendo Janeiro o mês mais procurado para a sua realização, sobretudo aos sábados, segundas-feiras e domingos, com clara excepção das terças e sextas-feiras, dias culturalmente negativos para consórcios matrimoniais. Os ritmos laborais não parecem, à partida, exercer influência nas escolhas dos nubentes.

Entre 1690 e 1702, realizaram-se na freguesia de Santa Justa 689 casamentos, numa média de 53 casamentos/ano, sendo que o ano de mais uniões foi o de 1698, com 60 matrimónios. O período do dia preferencial para a sua realização foi de tarde e o local escolhido foi sobretudo na igreja

---

<sup>140</sup> AHPL, *Visitação de São Julião 1707*, Ms. 56, fl. 232. 08-10-1707.

<sup>141</sup> AHPL, ms. 54. Decorreu no dia 9 de Agosto de 1702 no auto de visita na freguesia da Vitória.

<sup>142</sup> AHPL, *Livro de termos da cidade de 1702*, ms. 404.

<sup>143</sup> Outras linhas de investigação que podiam ser seguidas, a análise do indicador na perspectiva do grupo profissional, pelo consórcio entre indivíduos ligados ao mesmo ofício ou casa, filhas do mestre com oficiais e aprendizes, destes com criadas, entre outras possibilidades, devido à proximidade e partilha da unidade lar/oficina/tenda, gerando casamentos estreitamente associados à casa e ofício.

<sup>144</sup> O primeiro domingo do Advento até depois do Natal e depois 4ª feira de cinzas até ao domingo de Páscoa.

paroquial, mas também decorreram no Hospital Real de Todos os Santos, nos oratórios de casas nobres e ainda, por impossibilidade dos nubentes, em casa.

A taxa de segundos casamentos situou-se nos 36%,<sup>145</sup> numa relação equilibrada entre os sexos<sup>146</sup>, sendo que 6,6% dos mesmos foi entre viúvos.

### III.5. Mobilidade

Os movimentos migratórios são claramente identificados neste quadro feito de hóspedes de estalagens, homens de ganho e trabalhadores sazonais que vivendo em numerosos grupos, se esfumam de um ano para o outro, ou os movimentos do pessoal doméstico e aprendizes, as deslocações para os territórios ultramarinos, a maior causa dos maridos e filhos ausentes, muitos optando pela emigração, sobretudo para a América portuguesa, a viver neste período a euforia da descoberta de ouro e cujas trajectórias se tornam de difícil alcance. Destes, foram 48 os ausentes nos róis de 1693, com maior proveniência da Rua do Pocinho de Entre as Hortas e da Calçada de Santana e em 1702, foram 65, particularmente no Beco da Póvoa e nas Fontainhas. Em ambos os casos, eram ruas predominantemente habitacionais e que apresentavam baixos índices ou ausência de actividade laboral.

Mas a freguesia distinguia-se pelo acolhimento de indivíduos dos que para ela migravam. Do diversificado grupo de deslocados em mobilidade sazonal podemos tomar como exemplo, em função da relação com o espaço e da expectativa que geravam, os pátios de comédias, assegurados por companhias de teatro castelhanas, com temporadas no famoso Pátio das Comédias das Arcas ou da Bitesga, conforme escritura de uma obrigação, entre a Casa da Fazenda do Hospital Real de Todos os Santos e os comediantes madrilenos Carlos Leon e Gabriela Belard, que assistiam na Rua das Arcas, com os respectivos companheiros e criados e que por segurança se uniram para “*assistir na Companhia que vem para esta corte representar ou na que existir neles*”<sup>147</sup> ele como apontador e ela de quarta dama.

A abordagem mais comum ao indicador faz-se ao listar a naturalidade nos registos de casamento e óbito de pessoas não naturais da freguesia com origem documentada, de que resultaram 1.703 indivíduos, excluindo 722 naturais ou provavelmente naturais de Santa Justa,<sup>148</sup> sendo ainda

---

<sup>145</sup> 249 pessoas casaram segunda vez - 121 homens e 128 mulheres.

<sup>146</sup> 121 homens e 128 mulheres casaram segunda vez, 18,7% (129) de mulheres viúvas contraíram segundo casamento, contra 17,7% (122) dos homens.

<sup>147</sup> IANTT, 15º cartório notarial, ms 411, p. 70v. 22 de Fevereiro de 1695, antes da elaboração do rol, uma obrigação entre a instituição, representado pelo seu tesoureiro, Luís Francisco Correia Barem.

<sup>148</sup> 396 mulheres e 326 homens.

que 351 vieram das limítrofes freguesias de São Nicolau, São Julião ou N. Sra. Dos Anjos e do seu Termo alargado.<sup>149</sup>

Os casamentos transpareceram uma mobilidade muito abrangente, com grande associação ao norte do país, sinal da atracção que Lisboa e a freguesia de Santa Justa exerciam, sobretudo para naturais de Braga, Coimbra e Santarém. Também os estrangeiros, sobretudo castelhanos e franceses, mas também africanos, escravos, não se esgotando nestes os escravos que habitavam Santa Justa, cuja maioria teria já nascido na cidade.

Em jeito de conclusão, constam na base de dados genealógica de Santa Justa 9.390 indivíduos, com ligeira maioria de homens.<sup>150</sup> Morreram 2.054 indivíduos, mais mulheres que homens, com maior incidência de solteiros. Celebraram-se 689 casamentos, com uma taxa de segundos casamentos de c. 36%. Apenas 18% da população da freguesia neste período tem referência à naturalidade,<sup>151</sup> sendo a maioria natural de Lisboa e do seu concelho, sobretudo da freguesia. Era esta, em grandes linhas, a estrutura populacional da freguesia de Santa Justa na última década do século XVII e inícios do XVIII, seguindo-se uma escala mais aproximada à implantação territorial e respectivo tecido social.

---

<sup>149</sup> Naturais do Arcebispado – 33, incluindo as zonas de Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Alenquer, Torres Vedras, Sintra, Loures, Mafra, Oeiras, Cascais.

<sup>150</sup> 4.766 homens e 4.623 mulheres na Paróquia reconstituída entre 1690-1702.

<sup>151</sup> 1.703 indivíduos, a maioria dos quais (1.073) de Lisboa, com c. 722 de Santa Justa.



## Capítulo IV

### Roteiro das Ruas e Edifícios Notáveis da Santa Justa de Lisboa nos Róis de Confessados

A abordagem ao espaço físico assentou no percurso do rol de confessados, em périplo pelas ruas, sem a pretensão de uma “peregrinação,” mas visando contextualizar cada via, assinalar edifícios, pessoas, funções predominantes, que funcionam como uma amostragem da geografia social e simultaneamente do “resgate” de uma parte da cidade cuja existência é além da sua memória histórica, a própria espacialidade, onde estiveram implantados ruas, becos, pátios, escadas, poços, adros e terreiros, em espaços vivenciais imbricados e densamente habitados.

Um retrato com pouco mais de meia centena de vias que perfila múltiplas Santa Justa, a aristocrática, a popular, a boémia, a comercial, que confluem para uma identidade única, densa e no cerne do centro económico de Lisboa, por onde todos passavam e onde muitos se fixavam, ainda que temporariamente, e que acima de tudo reflectia a imagem da principal cidade do reino, com comércio variado, diversidade profissional, assistência abrangente, pela presença de órgãos de decisão, pela espiritualidade, pelo exotismo, pela transgressão e pela transição das gentes do império, ao sabor dos movimentos das monções, num quase incessante de cá para lá, de lá para cá.

Tudo isso foi abalado pela destruição do terramoto de 1755 e que significou para a freguesia a sua refundação e o quebrar da essência anterior, mercê da renovação urbana, do crescimento e dos novos conceitos político-económicos.

O rol de confessados inicia na **Rua de Mestre Gonçalo**, implantada no limiar da propriedade de Conde Santo, onde também se desenharam as ruas da Condessa e do Duque, que cindiram o extenso olival do Mosteiro de S. Roque. “*A rua que vai de Valverde para o Postigo do Conde, citada nos primeiros empraçamentos [...] passa a chamar-se Rua da Oliveira e a seguir de Mestre Gonçalo*”,<sup>152</sup> denominação que adveio da presença do antigo cirurgião-mor do reino, Mestre Gonçalo Mexia, nomeado em data muito próxima à fundação do hospital real.<sup>153</sup>

Dos 19 fogos aqui existentes em 1693, alguns pertenciam ao imponente palácio de vários pisos e estruturas anexas de enfermaria, cavalariças, jardim e pátio do duque de Cadaval, uma das figuras mais influentes do seu tempo, secretário de D. Pedro II que desempenhou um importante papel na governação de Portugal. Como veremos, liderava um agregado muito numeroso e socialmente representativo, com uma estrutura doméstica interna muito hierarquizada.

---

<sup>152</sup> SEQUEIRA, I: 253 -259.

<sup>153</sup> LOPES, 1890: 9.

O cenário sócio-profissional era dominado por servidores domésticos, muito associados à casa senhorial e prestadores de cuidados de saúde na enfermaria e hospital dos frades, mas também oficinas de marceneiro e confecção de vestuário, com dois alfaiates e sapateiro. Em 1702 há acréscimo de aprendizes e maior especialização do pessoal doméstico.

Seguia-se a **Rua de Valverde**, cuja primeira referência data de 1339 “ [...] *que a dita Confraria [dos Clérigos Ricos] há em Lisboa em Valverde.*”<sup>154</sup> Foi determinada pelo Senado, em 1673, como arruamento dos espingardeiros e arcabuzeiros. Eram 123 moradores em 1693, em cerca de quarenta fogos; existiam duas tavernas e predominava a manufatura do couro, o serviço doméstico, pessoal do hospital e eclesiásticos. A maior alteração registada em 1702 foi o surgimento, talvez pela proximidade dos correeiros, de oficinas de albardeiros, havendo manutenção do pessoal doméstico, mas os eclesiásticos quase desapareceram da serventia. A **Rua dos Carreiros** era habitada em 1693 por 151 indivíduos em 51 fogos, sem alterações significativas em 1702. As mulheres encabeçavam 40% dos agregados, alguns numerosos, liderados por viúvas, mas também mulheres com maridos ausentes e colarejas, vendedoras de frutas e legumes, uma actividade económica desempenhada por mulheres e muito marcante em Santa Justa. Mantinham agregados solitários ou monoparentais, com alguma autonomia, mas engrossando as camadas sociais mais baixas.

Existiu aqui uma casa de alcoice, defronte dos fogos 2 e 3. Era dirigida por Catarina Barbosa, que por isso foi presa havendo ainda, segundo o padre João de Seabra, outra companheira do mesmo trato e a denúncia partiu de um cabo de esquadra da companhia do duque.<sup>155</sup>

Significativos também os casos de maus tratos e de moradores envolvidos em ligações ilegítimas. A colareja Antónia do Ó, solteira, foi denunciada por vários vizinhos em 1683 de estar amancebada com um escudeiro casado e “*dele ter parido algumas vezes.*”<sup>156</sup> Em 1693 encabeçava o fogo 28 não existindo crianças referenciadas no seu agregado, ao qual apenas pertencia outra colareja. Também o barbeiro Francisco Pinto (fogo 50), que tinha vista privilegiada para a casa de Ana, moradora no edifício de onde saíam os degolados, com porta para o Rossio e janelas para Valverde, a quem denunciou de estar de “*portas adentro*” com um bacharel, facto confirmado por duas vizinhas e um marceneiro do Rossio.<sup>157</sup>

A **rua da Crespa** fazia no final do séc. XV a ligação entre o espaço urbano e o arrabalde agrícola “[...] *umas casas [...] que são em Valverde na derradeira rua que vai do Rossio para o*

---

<sup>154</sup> ALPM, GEO, Anais das Bibliotecas, 6: 24.

<sup>155</sup> AHPL, *Visitações de Santa Justa 1683*, ms. 14.

<sup>156</sup> AHPL, *Visitações de Santa Justa 1683*, ms. 14. segundo informação de Domingos Nogueira, cabo de esquadra da companhia do duque, morador por cima da Rua da Crespa.

<sup>157</sup> AHPL, *Visitações de Santa Justa 1683*, ms. 14. Era Francisco da Costa Ribeiro, corregedor nomeado para Évora, de quem tinha uma filha, vendo-os a ambos na mesma casa.

*Mosteiro do Carmo*.<sup>158</sup> Tinha em 1693 127 moradores em 40 fogos e o grupo profissional mais numeroso era o do pessoal doméstico, havendo ainda algumas colarejas e oficinas de ferrador e atafoneiro. Em dez anos, à exceção de acréscimo de fogos com criados e escravos, não registou alterações significativas.

A **rua Baltazar de Faria** também conhecida como **rua dos Frades de Belém** devido ao seu hospício, deve a primeira denominação ao desembargador do paço e embaixador nas Corte de D. João III e de D. Sebastião, que em 1551 participou na embaixada a Roma e negociou com o papa Paulo III a bula do Santo Ofício para fundar a inquisição em Portugal.

Os seus 16 fogos eram habitados por 54 pessoas. O primeiro acolhia o agregado de três franceses com três escravos. O cabeça de fogo, Henrique Davim, faleceu em 1694 e foi sepultado na ermida de S. Luís, não restando nenhum dos outros moradores em 1702.

No último fogo da rua vivia Inácio de Torres e sua mulher. Esta, por ausência do marido que não mais voltou, encabeçou o fogo a partir de 1695, que partilhava com uma escrava. Em 1702 surgiu com a indicação de colareja e partilhava a habitação com uma criada e um afilhado.

Inicialmente sem actividade laboral masculina, em 1702, além do grande aumento de colarejas, constatou-se a fixação de unidades laborais de ferrador, carpintaria e taverna.

Era aí morador em 1702, junto ao hospício indo do Valverde para a calçada do Duque do Cadaval, o médico da casa real Duarte Lopes Rosa (fogo 8), a sua segunda mulher, Joana da Paz e três filhos, um dos quais médico; tinham uma ama, três criadas, três criados e dois escravos, num total de quinze elementos. Comprara em 1699 ao cavaleiro professo da ordem de Cristo, Inácio Lopes de Moura, uma casa composta de sobrados, pátio, poço de água e outras pertenças, tendo de “*uma banda o hospício e da outra com a estalagem nova*.”<sup>159</sup> No fogo seguinte, habitava a filha do primeiro casamento do médico com Maria Nunes, Isabel Marques Rosa, casada com o doutor Miguel Lopes Rosa,<sup>160</sup> natural e morador em Beja, de onde a família era natural e que após o casamento, fixou residência em Lisboa.

A **rua do Corredor do Rossio e Estalagem Nova** fazia limite com a Inquisição e com o pátio do Duque<sup>161</sup> e albergava 89 indivíduos em 19 fogos. A estalagem era um elemento tão importante da serventia que acabou por integrar a própria designação. Agregava um grupo residencial múltiplo, constituído pela família do estalajadeiro, uma filha casada e o doutor Lucas da Fonseca com duas filhas, e ainda uma escrava e um criado. Aqui se hospedavam pessoas vindas de todo o país,

---

<sup>158</sup> ALPM, *Rua da Crespa*, GEO, Lisboa. Documento de 14 de Fevereiro de 1498.

<sup>159</sup> IAN/TT, *15º Cartório Notarial de Lisboa*, ms. 427, fl. 1. Aprazadas “em fatiota ao Marquês de Fontes”, pagava de foro 200 réis ano pelo preço de 5 mil cruzados e 200 mil réis forros de sisa.

<sup>160</sup> Era seu primo em 2º grau. Casaram na manhã de 19 de Janeiro de 1700 na igreja de Santa Justa e foram pais de Leonor a 25 de Setembro de 1701.

<sup>161</sup> ADL, *Santa Justa*, O, III, 46v .

como um mercador de pano de linho, de Sermilo, Viseu, que enquanto esteve em Lisboa em negócio assistiu na estalagem nova.<sup>162</sup>

Além das oficinas de ferrador e de cordoeiro, aí residia o pasteleiro da inquisição, João da Cruz que encabeçava um fogo de sete pessoas. Junto a ele vivia o capitão Domingos Rodrigues França, a sua família e dois escravos. Um dos seus filhos, o ajudante José Nunes França, casou com Josefa Quaresma no âmbito de um processo decorrente da Visitação de 1702.

No rol de 1702 surgiu uma nova taverna e a estalagem encontrava-se encerrada, tendo falecido o seu proprietário.<sup>163</sup>

As mutações do grupo residencial ganham visibilidade no acompanhamento de ciclos vitais dos próprios agregados. Um deles foi liderado pelo mestre ferreiro Manuel Dias (fogo 7). Era natural de S. Pedro, Coimbra e casou em 1690 com Isabel Nunes, de Colares. Em 1693 comprou a casa onde residia, com lojas e sobrados, à viscondessa da Asseca, D. Ângela de Melo. O seu agregado era então composto por seis pessoas, incluindo uma cunhada e dois aprendizes e em 1695 tinha um obreiro, um aprendiz e uma escrava. Em 1697 vendeu a casa por 270 mil réis <sup>164</sup> a outro ferreiro, António da Costa e passou a ocupar o fogo 9 da mesma rua. Em 1702, tinha ao seu serviço três oficiais, dois dos seus filhos já integravam o rol, sendo o rapaz menor de 14 anos.

A cunhada Ana Nunes, que viveu com o casal pelo menos desde 1693, casou em 1699 com outro ferreiro, Manuel Antunes, natural de Muge, constituindo um novo agregado que em 1702 vivia na rua Baltasar de Faria (fogo 5), onde laborava a oficina de ferreiro, com um aprendiz e dispondo de uma criada.

Em 1693, a **Rua do Rossio** tinha 21 fogos e 101 moradores, elevando-se o estatuto social, bem visível nos 22 serviçais que aí residiam, nas numerosas designações de dom e doutor e pela fixação de alguns estrangeiros, alguns com grande capacidade económica. Exemplo disso foi o homem de negócio Luís Maciel que com a esposa, Josefa Maria Peres dispunham de oito serviçais.<sup>165</sup> Em 1695 o seu pessoal doméstico foi reduzido para quatro escravas e surgiu um caixeiro. No trajecto desta família inclui-se o óbito de uma filha menor em 1697 e de outro em 1701, Nicolau, que foi sepultado no carneiro da capela de São Gregório, na igreja de Santa Justa.

O seu desempenho profissional, à semelhança de muitos outros homens de negócio de Santa Justa, foi muito diversificado, com exploração de várias áreas de investimento desde fundiários,

---

<sup>162</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 413, fl. 30 v.

<sup>163</sup> ADL, *Santa Justa*, O. Faleceu a 5 de Setembro de 1699.

<sup>164</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 418, fl. 40 v. 26-12-1697.

<sup>165</sup> Quatro criadas, três criados e uma escrava.

como a aquisição de uma propriedade em Linda-a-Velha, por 480 mil réis;<sup>166</sup> empréstimos a juros, como o celebrado com o fidalgo Pedro Barreto de Magalhães,<sup>167</sup> regressado do estado da Índia na nau N. S. do Cabo a quem emprestou 150 mil réis. De maior importância seriam os negócios de comércio de grande trato, com as possessões ultramarinas. Em 5 de Fevereiro de 1699<sup>168</sup> instituiu como procuradores homens de negócio em Goa, na Baía de Todos os Santos e no Rio de Janeiro, a fim de resgatar todas as suas dívidas de dinheiro, fazendas, encomendas, mercadorias, carregações, que deveriam remeter para Lisboa, incluindo papéis relativos a sentenças, testamentos, heranças, letras de cambio e de risco, contas correntes e fenecidas, cartas missivas e de crédito. No rol de 1702 o seu agregado já estava sediado numa casa (fogo 11) da Rua da Calçada de Sant'Ana.

O Tombo de 1573 refere a **rua da Inquisição** como indo do chafariz do Rossio para a Mancebia.<sup>169</sup> O antigo palácio dos Estaús era o edifício mais imponente da serventia, num conjunto composto pelo conselho geral da Inquisição, do tribunal do Santo Ofício e anexos, cuja volumetria ocupou parte da rua adjacente quando lhe acrescentaram os cárceres.

O cirurgião francês Charles Dellon que foi preso pela inquisição de Goa e condenado a cinco anos nas galés em Lisboa, escreveu que residia no palácio da inquisição, presidindo ao conselho supremo do Santo Ofício, D. José de Lencastre, o inquisidor geral, que ocupava magníficos aposentos.<sup>170</sup> Em 1693, viviam no palácio e aposentos anexos, entre os altos cargos e oficialato que servia a Inquisição,<sup>171</sup> 66 pessoas, das quais cerca de 27% eram escravos e criados ao serviço do cardeal, dos senhores do conselho, do promotor, do promotor fiscal, deputados auxiliares, qualificador, notário, escrivão, meirinho, solicitador, alcaide dos cárceres, guardas e porteiros, grupo de domésticos onde também se incluíam os cocheiros, amas e moços de cozinha.

Não se encontrou referência a encarcerados,<sup>172</sup> que podiam estar nos cárceres secretos e em situações consideradas menos graves nos cárceres da penitência, onde permaneciam por períodos

---

<sup>166</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 421, fl. 58. A 19 de Julho de 1698 comprou a Bernardo Luís, mestre tanoeiro de Carnaxide, um casal com terras, casas e moitas.

<sup>167</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 423, fl. 10. Era moço fidalgo da casa real e cavaleiro professo da ordem de Cristo, de Ponte de Lima. Pretendia desempenhar uma quantia que lhe emprestaram na Índia, pelo tempo de 2 meses.

<sup>168</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 424, fl. 44 v. Em Goa: Agostinho Carvalho da Costa, Agostinho Ribeiro Nicolau, Salvador do Couto e Manuel Fernandes da Rocha. Na Baía: João Lopes Fiúza, Diogo Barbosa Leitão e António Maciel Teixeira, no Rio de Janeiro: António Gonçalves de Matos, Simão Ribeiro Souto. Em Pernambuco: Francisco Miá de Irine, Inácio de Barros e Francisco Correia da Fonseca.

<sup>169</sup> ALPM, *Rua da Inquisição*, Tombo, 52 v., 56-58.

<sup>170</sup> CHAVES, 1989.

<sup>171</sup> De entre os cargos de promotor fiscal, deputados auxiliares, qualificador, notário (escrivão), meirinho, solicitador, alcaide dos cárceres, guardas e porteiros

<sup>172</sup> Em 1693 foram presos ou julgados 25 indivíduos, acusados de práticas de judaísmo, solicitação, anglicanismo, bigamia, bruxaria, sodomia, ou simples distúrbio. Das penas aplicadas, 15 incluíam auto-de-fé, a maioria privados, na sala de audiências ou nos claustros de S. Domingos. Os crimes de bigamia e feitiçaria incluíam penas públicas pelas ruas de Lisboa, com açoitamento sem derramamento de sangue, seguido de degredo para galés, Angola ou Castro Marim.

curtos, após os quais regressavam à mesa para repreensão e libertação ou para as prisões civis, o Limoeiro e a Galé, para cumprimento de pena.

Os agregados dos inquisidores João Moniz da Silva, Sebastião Diniz Velho e o Porteiro da Mesa Grande, Miguel da Paz eram compostos de indivíduos sem relação específica, criados e amas. O primeiro fogo era ocupado por um grupo indeterminado de dezanove indivíduos, incluindo seis padres, um arcediogo e três famílias nucleares com filhos.

Defronte do pátio da inquisição situava-se o palácio do Senhor de Baião, D. Cristóvão de Sousa Coutinho, um agregado múltiplo de 20 pessoas. Um dos seus criados e pajem da casa, Vicente Ferreira, protagonizou um processo inquisitorial que decorreu no mês de Agosto de 1693. Este era filho de um corrector de negros e envolvera-se numa questão com um dos homens de vara do meirinho dos presos, acabando por haver confronto com espada e adaga entre os dois no pátio do Santo Ofício. Foi preso, mas ao invés de ir para o cárcere da penitência por oito dias a que se seguiria áspera repreensão, foi enviado para o Limoeiro, ficando sujeito ao surto de febres malignas, argumento que serviu para ir novamente à presença dos inquisidores, 20 dias após os incidentes, que deliberaram a sua libertação atendendo ao requerimento de seu pai, que alegou imaturidade “*não sabendo ele o que fazia.*”<sup>173</sup>

Foram inúmeros os moradores e funcionários do palácio da inquisição envolvidos em transacções, permutas, procurações. Ao exemplo do despenseiro António Gonçalves Prego que tão envolvido esteve no abastecimento de cereais, juntam-se outros, de menor amplitude, mas que vislumbram bem as actividades que paralelamente desenvolviam para engrandecimento pessoal. O secretário da inquisição, o cónego Filipe Barbosa, cujos aposentos se situavam junto ao paço da inquisição (fogo 8) tinha a seu cargo a sobrinha Isabel Barbosa de Azevedo, viúva de um capitão mor do Cacheu, António da Silva e uma sua filha Mariana Josefa da Silva, sem estado e maior de 25 anos. A sobrinha passou a 15 de Março de 1697 uma procuração<sup>174</sup> a João Gonçalves e ao padre frei Manuel da Ascensão, inquisidores em Goa, a fim de cobrarem os bens pertencentes a seu marido. No mesmo dia fez doação da remuneração de uma vinha na Mourisca, em Almada “*por assim ser e ter muitas e grandes obrigações a seu tio, o cónego Filipe Barbosa por a ter em sua companhia acudindo-lhe com tudo o necessário como por lhe aver assistido em suas moléstias em que fez bastantes despesas.*”<sup>175</sup>

Em 1693 o cónego encabeçava um agregado de que faziam parte uma irmã, Isabel Barbosa, um indivíduo não identificado e duas escravas. Em 1695 já integravam o agregado 10 indivíduos,

---

<sup>173</sup> IAN/TT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, .

<sup>174</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial*, ms. 414, fl. 17.

<sup>175</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 414, fl. 18.

contando-se as sobrinhas entre eles. Em 1702 habitava na Rua de Mestre Gonçalo (fogo 17) com a família e quatro serviçais.

Outro secretário do Santo ofício, o cónego João Cardoso de Andrade, que em 1693 encabeçava o fogo 4 do palácio da inquisição, com 26 indivíduos, entre padres, arcediogo e criados, aí permanecendo em 1695, tendo agora à cabeça o inquisidor geral D. José de Alencastre, surgiu em 1697 a adquirir um laudémio<sup>176</sup> a Jorge Forte de Magalhães, que vivia de sua fazenda e que era nessa data morador na rua de Mestre Gonçalo, referente ao senhorio da sua casa, de dois pisos, com quintal e cisterna, na calçada de Santa Ana, junto ao postigo e cerca do convento de Santo Antão o Novo.

O meirinho da inquisição, João Rebelo de Andrade que em 1693 habitava o fogo 2 junto ao palácio, vivia com a sua mãe e quatro criados, agregado que pouco se alterou em 1695. Em 1697 arrendou ao cabido da Sé metropolitana as miunças de S. Pedro de Penafrim, em Sintra, por 220 mil réis anuais, por dois anos.<sup>177</sup> Em 1702 já se encontrava casado com D. Paula da Mata.

António José de Miranda Henriques, comendador da Ordem de Cristo, morador no Rossio junto ao Palácio da Inquisição, figurou ao longo da década de noventa em numerosos documentos notarias que transparecem a actividade de um membro de uma elite, que não pertencendo a alta nobreza, usufruiu de numerosas mercês que sustentaram o seu modo de vida.

Surge no rol de confessados de 1695 a liderar o fogo 30 da rua da Inquisição, habitando a sua casa além da família nuclear com a mulher, D. Helena Cristina de Rates, quinze elementos não discriminados, número que em 1702 chega aos 27, fazendo parte do agregado um homem de sua confiança, António Curvo Vassalo e a sua família de seis filhos, além de nove criados e um escravo.

O percurso de António Curvo Vassalo permite dilatar os marcos cronológicos que envolvem o percurso biográfico deste senhor, pois surgiu associado à casa de Manuel de Miranda Henriques, pai de António José de Miranda Henriques na Visitação de 1683. Tinha então 30 anos e era morador em casa do seu senhor. As suas declarações na mesa da visitação denotam um grande conhecimento dos membros do agregado, pois denunciou outros três homens do serviço do seu amo, um criado interno, de andar amancebado com uma mulher que morava para S. Roque, um criado de fora, de estar separado, vivendo de portas adentro com outra mulher e o padre Nicolau de Araújo, capelão da casa, que ouvira tinha uma mulher “*como se fora sua irmã*”, disso “*poderão saber os demais criados da casa.*”<sup>178</sup>

---

<sup>176</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 417, fl.34. 07-06. Venda e quitação. Na parte na rua por onde tinha serventia estavam apazadas com foro em fatiota ao mosteiro de que era administrador o conde de Santiago, pagando 1500 réis.

<sup>177</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 416, fl. 58. Em acto que incluiu o deão João de Vasconcelos e Sousa e o tesoureiro mor João Prego de Amorim, ambos padres do cabido.

<sup>178</sup> AHLP, *Visitação de Santa Justa de 1683*, ms. 14.

Em 1691 António Curvo Vassalo vivia com a sua família na Rua de São Pedro Mártir, quando enviuvou de Francisca de Azevedo a 1 de Setembro, foi sepultada no Carmo, local onde o próprio foi sepultado a 24 de Novembro de 1702, teria cerca de 49 anos.

A irmã de António José de Miranda Henriques, Francisca Xavier da Silveira, natural da freguesia de S. Paulo, casou em 1690 com D. Rodrigo de Castro, da freguesia de Santana, filho de Henrique Henriques de Miranda e de D. Ana de Castro, no oratório das casas de D. Madalena Antónia da Silveira, no Rossio, em presença do prior de Santa Justa, o Dr. Manuel Álvares da Costa e do deão da Sé, D. António de Vasconcelos, a 15-10-1690.<sup>179</sup>

Em 1694 foram numerosos os actos notariais em que esteve envolvido, incluindo procuração para cobrança de dívidas,<sup>180</sup> obrigações, arrendamento de bens,<sup>181</sup> com inclusão de pitanças na forma de bens como presuntos, queijos, galinhas.

Uma dessas obrigações foi feita a 22 de Julho de 1694,<sup>182</sup> com Domingos Rodrigues, contratador do pescado junto à igreja da Conceição, segundo a qual este lhe ficava obrigado a dar 100 mil réis de mesada para o gasto ordinário de sua casa, por mês, por um ano, com base nas rendas da comendas de Pursinas, Panóias, referente às casas do Rossio onde vivia o almotacé mor, de uma herdade em Casa Branca e rendimentos de outras herdades.

Quatro anos mais tarde, a 26 de Setembro de 1698,<sup>183</sup> surge uma nova obrigação entre os dois, estando então Domingos Rodrigues a viver na Ribeira no Arco de Jesus, pois havendo entre si varias contas que “*tem ajustado com miudeza por remate e obrigações delas,*” devendo António José de Miranda Henriques um conto e 71.860 réis, segunda a qual pretendia pagar com o rendimento da comenda de Panóias em 400 mil réis à razão de 6 ¼% juro ao ano.

Continuando pelo resto da observação a renovar arrendamentos e a fazer outros como o de uns moinhos de duas rodas de água, com engenhos de atafonas.<sup>184</sup>

Outro morador da rua da Inquisição foi o almotacé-mor do reino António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, outro exemplo dos que desempenharam cargos governativos ultramarinos e que

---

<sup>179</sup> ADL, *Registos Paroquiais*, Santa Justa, Casamentos, 174 c.

<sup>180</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 406, fl. 65. A 23 de Janeiro de 1694 António José de Miranda Henriques passou uma procuração ao padre frei António de Santa Teresa, prior das carmelitas descalças de Setúbal a fim de cobrar dívidas contraídas em 1665, no valor de 200 mil réis, valor da avaliação de uma sua horta e casa que foram demolidas aquando da fortificação da Praça de Setúbal

<sup>181</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 407, fl. 24. A 11 de Março de 1694, o arrendamento e obrigação sobre bens, rendas, frutos e rendimentos da alcaidaria mor de Vilar Maior e da comenda de Vilar Tropim, da Ordem de Cristo e o morgado da Guarda, dos Pinas, bem como o foro de várias casas, feito por um homem de negócio da Guarda, Luís Rodrigues Ferreira, por 6 anos, 850 mil réis e seis arrobas de “presuntos bons” a pagar pela Páscoa de cada ano. Conforme ms. 426, fl. 50 v novo emprazamento em três vidas e obrigação que em 1699 ficou a cargo de outro homem da Guarda, António Pinto da Fonseca, que vivia nas suas casas.

<sup>182</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 413, fl. 67v.

<sup>183</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 422, fl. 67.

<sup>184</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 424, fl. 88.



mantinham uma residência permanente em Lisboa, não obstante aí estanciar apenas breves temporadas.

Iniciou em 1689 a sua carreira ultramarina na direcção da capitania de Pernambuco, ascendeu a governador do Brasil, cargo que ocupou entre 1690 e 1694, atingindo entre 1698 e 1701 o vice-reinado da Índia. Permaneceu na residência de Lisboa, na Rua da Inquisição, apenas em 1696, na companhia dos seus três filhos, que o acompanharam em cargos subalternos de governação ultramarina. O filho mais velho era João Gonçalves da Câmara Coutinho, que foi capitão de infantaria na Baía e veio a casar em 1698 com D. Luísa de Menezes, filha de D. Lourenço de Almada, tornando-se fidalgo escudeiro da Casa Real.<sup>185</sup>

Pedro Gonçalves da Câmara Coutinho, que acompanhou sempre o pai nos serviços ultramarinos, continuou ao serviço da Coroa, servindo nas armadas e na Guerra da Sucessão, como coronel de cavalaria e ajudante general. Faziam ainda parte do agregado o filho mais novo, Luís Gonçalves da Câmara Coutinho e o capitão da guarda Luís Ferreira de Noronha, que em 1701 era secretário do Estado da Índia, mais seis criados e cinco escravos, que provavelmente seguiam o seu senhor pelo império.

O primeiro dos três fogos do **Beco das Damas** era encabeçado pelo mercador Henrique Nive e família, um caixeiro e um criado, agregado que em 1695 se transferiu para a Rua da Inquisição, já não pertencendo à freguesia em 1702.

O segundo fogo era ocupado por outro mercador, Abraham de Burem, a família, uma ama, duas criadas e um caixeiro, não havendo mais registo da sua presença após esta data. O último fogo era ocupado por um viúvo, dois filhos dependentes e outro indivíduo cuja relação é indeterminada.

Em 1702 os dois fogos do Beco eram ocupados pelo extenso agregado de D. Luís Baltasar da Silveira, alcaide mor de Viseu, composto de 27 indivíduos, a sua esposa, D. Luísa Bernarda, filha do Marquês de Minas, os seus cinco filhos, três escravas e os restantes sem condição inscrita.

No fogo nº 2, vivia António Rodrigues de Elvas, que em 1695 ocupava uma casa na Rua das Escolas Gerais. Este cavaleiro professo da ordem de Cristo era possuidor da livraria que pertencera ao jurista, o doutor António Mendes Arouca,<sup>186</sup> cujo agregado de doze pessoas residira no Poço de Nuno Álvares.

Atrás do tribunal do Santo Ofício, localizava-se a **rua das Escolas Gerais** onde funcionaria, sob a sua jurisdição, o local de recolhimento, penitência e reaprendizagem da doutrina católica dos

---

<sup>185</sup> SANTOS, 2008:7.

<sup>186</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 413, fl. 56 v. fez a 1 de Julho de 1694, por ordem do juízo dos órfãos arrematou em praça a livraria que fora do por 180 mil réis tendo já pago 48.336 réis a Leonor Maria da Silveira em virtude de sentença que alcançou contra a viúva e filhos do defunto. A restante fica em dívida a 1 ano a 6 ¼%. Falecera em Dezembro de 1694 e foi sepultado no mosteiro de S. Francisco da Cidade.

condenados pelo tribunal. Na primeira casa vivia o inquisidor Luís Álvares da Rocha com a família, a mãe, irmãos, sobrinhos e outros num total de 19 pessoas. Em 1702, o número de ocupantes reduziu para 13, restando da família do inquisidor este e o sobrinho Luís Pereira.

As unidades laborais e de negócio que aqui existiam em 1693 eram além de uma taverna, oficinas de ferrador e atafoneiro, estrutura sócio-profissional que foi acrescida em 1702 de uma forneira e um alfaiate com os respectivos oficiais.

Em 1694 vivia aqui a senhora de Femedo e Cabeçais, D. Mariana Francisca Pereira da Silva, viúva do fidalgo João Pinto Coelho, Senhor de Felgueiras e Vieira, que doou a seu filho António Luís Pedro Coelho, primogénito e herdeiro de sua casa, alguns dos seus bens.<sup>187</sup> Este, já na posse dos senhorios de Felgueiras, Vieira, Femedo e Cabeçais,<sup>188</sup> preparou o casamento com D. Ana Maria de Noronha, recolhida em Santos e que era filha do copeiro mor Luís de Sousa de Menezes.

Na **Rua das Portas de Santo Antão** situava-se a porta do mesmo nome que fora alargada e reformada em 1509.<sup>189</sup> A denominação ficou a dever-se à proximidade do convento da Anunciada, então pertencente aos monges agostinhos de Santo Antão Abade, designação antecedida por estrada da corredoura,<sup>190</sup> e no século XIV por carreira dos cavalos.

Além de porta principal da cidade era uma das ruas mais longas e povoadas de Santa Justa, que em 1693 tinha 66 fogos, ocupados por 246 pessoas. Possuía uma grande variedade de serviços, na área alimentar, com tavernas, estalagens, confeitores, pasteleiro, colarejas e no servir com muitos criados e escravos, mas também oficinas, hortas, casas de comerciantes, palácios de nobres como o dos Condes de Povolide ou de D. Francisco de Sousa, conselheiro de D. Pedro II, capitão da guarda alemã, presidente do Senado de Lisboa e Mesa da Consciência e Ordens.<sup>191</sup>

Era marcante a presença de ofícios ligados aos transportes como albardeiros, ferradores, correeiros e muitos aprendizes, o que não é de estranhar numa das mais importantes portas da cidade e local de negócio por excelência. Presença de algumas unidades manufactureiras que por motivos de segurança, incêndios sobretudo, não deviam laborar no centro urbano, como os cordoeiros e as “mulheres que vendem linho fora das portas de Santo Antão,”<sup>192</sup> devido à matéria-prima inflamável que ambos utilizavam.

A família Dique, vivendo todos de sua fazenda, marcou presença na Rua das Portas de Santo Antão ao longo do período de observação. Tomando como ponto de partida para a abordagem a esta

---

<sup>187</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 406, fl. 71 v.

<sup>188</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 404, fl. 65 v. o fez um contrato de dote e obrigação para casar com D. Ana Maria de Noronha, filha de Luís de Sousa de Menezes, copeiro mor, recolhida em Santos.

<sup>189</sup> segundo João Baptista de Castro em 1727.

<sup>190</sup> local próprio para justas e corridas equestres, foram doadas por D. Afonso III ao convento de S. Domingos

<sup>191</sup> IANTT, *15º Cartório Notarial*, ms. 293 fl 59.

<sup>192</sup> Consulta da Câmara a El Rei em 23/06/1677, em N°6, VIII – 213. Que, no entanto, era pouco respeitada, vivendo a maior parte dos cordoeiros na Praça da Palha.

família o processo de João Dique, condenado pelo Santo Ofício em 1712, ficamos a saber que era filho de Diogo Duarte de Sousa e de D. Catarina Dique. Foi mais um exemplo de trajetória que se desenrolou e enriqueceu nos territórios de conquista. Nascido na freguesia de Santa Justa, emigrou para o Brasil onde se tornou senhor de engenho no Rio de Janeiro. Era neto pelo lado materno de João Dique e de D. Ana de Palma, naturais de Anvers, na Flandres.

Existia na rua em 1693 o agregado (fogo 19) de D. Ventura de Magalhães e José Dique, cunhada e sobrinho de João Dique, a cujo agregado pertenciam quatro escravas. Tinha outros três filhos, todos eclesiásticos, um dos quais frei Manuel Dique, lente em São Domingos. Este agregado desaparece do rol a partir de 1695.

Vivia na rua outro irmão do condenado, Afonso Dique (fogo 26), que vivia com uma ama e seis escravos. Este homem solteiro que vivia de sua fazenda era pai de duas filhas ilegítimas que não figuram no rol de confessados, mas que surgem no processo inquisitorial, D. Francisca Dique, religiosa e D. Catarina Dique, solteira, vivendo ambas no convento de Odivelas.<sup>193</sup> O fogo permaneceu em 1695 com a mesma configuração e em 1702 passou a integrar outro sobrinho, João Dique, uma criada e quatro escravos.

O pasteleiro Gaspar dos Reis (fogo 41) vivia em 1693 com a mulher, um obreiro, um aprendiz e uma criada, contando em 1702 com mais dois aprendizes, mantendo-se a estrutura inicial. Nesta data já vivia noutra casa da mesma rua antes de chegar às Portas, que alugara<sup>194</sup> em 1699, com lojas de baixo e primeiro andar. Fora chamado a depor na visitação de 1683, na qual fez três denúncias e foi referenciado noutras, em situações de vigilância moral sobre a vizinhança, uma das quais sobre um amancebamento com consentimento dos progenitores, falta que significava prisão imediata dos infractores.

A **Rua de N. Sra. da Escada** situava-se junto à Ermida de Nossa Senhora da Escada ou da Purificação “*que conservava sua memória desde o Bispo D. Gilberto*”, contígua ao adro do Convento de S. Domingos e com tribuna régia para a sua igreja.<sup>195</sup> Aqui existia uma imagem muito venerada por D. Afonso III e pelos reis da 2ª dinastia, que com a extinção da ermida ficou em S. Domingos.<sup>196</sup>

A ermida tinha um colégio, instituído pela rainha D. Catarina e que em 1697 foi emprestado ao mosteiro de S. João Baptista de Setúbal, por deliberação do prior de São Domingos e de frei Francisco de São Domingos, o administrador dos bens do colégio.<sup>197</sup>

---

<sup>193</sup> PT-TT-TSO-IL-28-10139.

<sup>194</sup> IANTT, *15º Cartório Notarial*, ms. 423, fl. 84v. 01-01-1699, arrendamento e obrigação.

<sup>195</sup> CASTILHO, 1936, III: 188.

<sup>196</sup> IDEM, 1936, IV: 294 e 301.

<sup>197</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 417, fl. 46. Obrigação. 02-11-1697. Por um ano, a 4,5% de juro.

Defronte à ermida localizava-se o palácio Almada que em 1693 era liderado pelo 7º senhor de Pombalinho, D. Lourenço de Almada, com um agregado de 31 elementos, 50% dos quais eram domésticos, enquadrados numa estrutura laboral hierarquizada com escudeiros, pajens, criados, cozinheiro, mochilas, moços de estrebaria e escravos. D. Lourenço de Almada iniciou o processo de aforamento de parte do terreno no largo de S. Domingos e nas Portas de Santo Antão em 1682, de modo a poder «*endereitar as suas cazas sitas no Rocio desta cidade*», engrandecendo a sua casa com o restauro e ampliação do palácio, para o que obteve autorização de D. Pedro II em 1686,<sup>198</sup> embora a intervenção só tenha iniciado em 1713.

Este período temporal tão dilatado ficou a dever-se à ausência da família do palácio do Rossio antes da década de noventa e entre 1695 e 1698. Assim o impôs a sua trajectória no desempenho de cargos de governação ultramarina em que foi empossado. Outro motivo foi a cedência da sua casa para acolhimento do agregado do Conde de Redondo. Esta deslocação de agregados de uns palácios para outros deveu-se ao costume que D. Catarina de Bragança herdara de Inglaterra de mudança constante de residência, o que era tido como grande excentricidade em Portugal.<sup>199</sup> De facto, D. Catarina de Bragança e a sua comitiva, instalaram-se na quinta e palácio de Santa Marta, pertencentes ao 10º Conde de Redondo, D. Fernando de Sousa Castelo Branco Coutinho e Menezes que enquanto desempenhou o cargo de Provedor da Irmandade da Misericórdia e serviu o cargo de Provedor do Hospital Real, ocupou com o seu agregado, pelo menos em 1693, o fogo nº 1 do Hospital Real, provavelmente a Casa do Fidalgo, daí transitando para o palácio Almada, onde permaneceu pelo menos entre 1695 e 1698, mantendo uma estrutura igualmente numerosa e algo complexa, servido por numerosos domésticos.

Em 1698 os proprietários tinham regressado ao palácio, cujo agregado aparentava uma dinâmica muito semelhante a uma década atrás. Celebrou-se nessa data, no oratório do palácio, o casamento da filha, D. Luísa Maria de Meneses, com João Gonçalves da Câmara Coutinho, filho do 35º vice-rei da Índia e governador do Brasil.

O fidalgo D. Lourenço de Almada, era filho de D. Luís de Almada, senhor de Pombalinho e de D. Luísa de Menezes. Foi mestre sala de D. Pedro II e de D. João V, senhor de Pombalinho e dos reguengos dos lagares del rei, alcaide mor de Proença-a-Velha, comendador de S. Vicente, do Vimioso, Deputado da Junta dos Três Estados e governador da Ilha da Madeira. Foi nomeado para este cargo a 4 de Agosto de 1687 como governador e capitão general, cargo que ocupou até 1689. Depois deste governo D. Lourenço de Almada foi empossado a 20 de Novembro de 1705 como

---

<sup>198</sup> CAVALHEIRO e MACEDO, 2011:27.

<sup>199</sup> SOUSA, 1994:124. A rainha fez uma breve passagem pelo palácio de Alcântara, passando de Santa Marta para o palácio do Conde de Soure, no Bairro Alto e daí para o palácio que mandara construir na Anunciada.

governador de Angola, cargo que ocupou até 4 de Outubro de 1709, sendo ainda capitão geral do Brasil.

À semelhança da nobreza que desempenhou cargos ultramarinos, moveu-se muito bem pelo espaço do império, no qual desenvolveu negócios mais ou menos proveitosos. É disso exemplo a procuração que passou a 14 de Janeiro de 1693,<sup>200</sup> nos seus aposentos do Rossio, aos Tenente General Rodrigo da Costa, Tenente José Correia de Castro e Sargento Mor Estêvão Pereira Bacelar, moradores em Luanda, para cobrar os bens que carregou na ilha da Madeira, em 1690, cuja carregação foi entregue ao capitão Manuel Correia, que faleceu ficando todos os bens, por *abintestado*, à guarda do juiz dos defuntos e ausentes de Luanda, que a mantinha em depósito. Era procedimento da fidalguia fazer-se representar nos negócios por homens de sua confiança, nomeadamente em cobranças ou empréstimos a juro, conforme<sup>201</sup> o exemplo de um empréstimo de 5500 cruzados.

O agregado de outro fidalgo, o Doutor João de Andrade Leitão<sup>202</sup> (fogo nº 6) tinha onze elementos. Era irmão e herdeiro do também fidalgo da casa real Manuel Leitão de Andrade, que lhe transmitiu os bens com vínculo de morgado, deixando na mesma nota ao sobrinho Belchior de Andrade Leitão, ainda morador com o pai em 1702, a melhor colcha “que tenho em casa,” o que denota a importância que este tipo de apetrechos domésticos podiam ter. Já ao sobrinho Baltasar de Andrade Leitão, legou todos os serviços que tinha feito ao rei, na ocupação de escrivão dos filhamentos e na ausência do marquês de Gouveia, mordomo mor como em sua presença e no ofício de tesoureiro da casa.<sup>203</sup>

O perfil funcional desta rua manteve-se elevado em 1702, consonante com a percentagem elevada de pessoal doméstico.

A muralha fernandina, subia do jogo da pela pelo monturo do Colégio até à Calçada de Santa Ana, atravessando-a, onde se abria o postigo de Santa Ana, mandado derrubar por D. Pedro II, a pedido do Senado em 1676,<sup>204</sup> ficando a Porta de Santa Ana para baixo da igreja de Nossa Senhora da Pena. A freguesia de Santa Justa ligava-se a esta zona da cidade através da **rua da Calçada de Sant’Ana**. Estavam arrolados em 1693 nesta serventia 62 indivíduos, em 12 fogos, três dos quais de

---

<sup>200</sup> IAN/TT, *15º cartório notaria de Lisboa*, ms. 403, fl. 63. Contemplava o resgate do valor de 190 pipas de vinho, duas de tinto, 5 pipas e uma alquartela de aguardente.

<sup>201</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 410, fl. 36 v. A 23 de Outubro de 1694. Documento entre um seu assistente António do Couto e um seu vizinho Manuel Barreto de Figueiredo, morador junto à igreja de N. S. Saúde. Por um ano a 6 ¼% de juro.

<sup>202</sup> Era cavaleiro professo da ordem de Cristo, Corregedor do Crime da Corte e casa e audiência geral da gente de guerra da corte e extremadura e familiar do Santo Ofício. Por sua morte transitaria o direito ao outro irmão Diogo de Andrade Leitão, também fidalgo da casa real e conselheiro do conselho da fazenda. Só poderiam passar o direito de morgadio a seus descendentes legítimos e na falta destes aos naturais, desde que fossem cristãos velhos.

<sup>203</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 420, fl. 114-116, livros de notas.

<sup>204</sup> CASTILHO, 1936, IV: 253.

grandes dimensões. O primeiro era encabeçado por Jerónimo Serrão Pimentel, com dez indivíduos, incluindo o casal nuclear, estando outro fogo a cargo do seu escudeiro. Uma nota de tabelião de Maio de 1693, na qual surge como testemunha num acto de obrigação, tem a indicação de que era morador no Beco do Milagre, no princípio da Calçada de Sant'Ana.<sup>205</sup> À parte a aquisição de dois escravos, o agregado manteve-se com a mesma configuração em 1695, já não existindo na rua em 1702.

O fogo nº4 com doze pessoas, pertencia a António de Almeida, encontrando-se já vago em 1695 e desapareceu do rol de 1702.

O fogo nº 12 era do comendador da Ordem de Cristo, Fernando Rodrigues de Brito Pereira, pertencendo-lhe 14 indivíduos. Em 23-12-1692<sup>206</sup> arrendou os frutos da sua comenda de São Pedro, em Macedo de Cavaleiros, pão, azeite e vinhos a José Afonso Moredo, lavrador de Vale de Prados, em Bragança e assistente na estalagem da Bitesga. Este agregado já não existia no rol de 1695.

Dos equipamentos colectivos e serviços, existiam em 1693 duas tavernas, um atafoneiro e um barbeiro, que enquadravam algum pessoal profissional, aprendizes, obreiros e criados, cenário alterado após dois anos, passando para uma taverna, dirigida por outra mulher e um barbeiro, revelando um decréscimo considerável dos efectivos populacionais em apenas dois anos. Há uma ligeira retoma em 1702. No entanto, as famílias e agregados mais numerosos deixaram de morar na rua, surgindo outros em seu lugar. O nº 1, uma estrutura indeterminada, compunha-se de onze homens, incluindo um padre e no nº 11, o homem de negócio Luís Maciel, cujo percurso já traçámos e que em 1693 vivia na Rua do Rossio. Contavam-se duas tavernas e um barbeiro, substituídos por outros indivíduos e um peneireiro, mantendo a rua um perfil social misto, mas com acentuado decréscimo da qualidade social, saindo reforçado no âmbito oficial.

A rua que iniciava no Largo de S. Domingos e acabava na Travessa de Santa Ana, era a **da Barroca**, que apareceu em 1646 com a designação de *rua das barrochas*<sup>207</sup> ou como *barroca do Rocio*<sup>208</sup> diferenciando-se de outros topónimos iguais existentes na cidade.

Em todo o período de observação a ocupação habitacional e densidade populacional desta pequena rua situou-se nos 12 agregados, nunca ultrapassando os 30 indivíduos. O quadro de ofícios, inicialmente composto por um sapateiro e acrescido de um carpinteiro em 1695, resumia-se a um barbeiro em 1702.

---

<sup>205</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 404, fl. 37 v.

<sup>206</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 402, fl. 89 v.

<sup>207</sup> ADL, Registos Paroquiais, Santa Justa, Óbitos fl. 237v.

<sup>208</sup> Após o terramoto surgiu a “rua das Escadas do Largo da Relação” (1755) e depois as Escadinhas da Barroca ou as Escadinhas da Barroca do Rossio (1791) e também a Calçada ou a Calçadinha da Barroca (1817/27). A razão de se ter denominado Rua das Escadas do Largo da Relação foi porque o Tribunal da Relação, esteve depois do terramoto de 1755, instalado no Palácio da Restauração, e que deu por algum tempo o nome ao actual Largo de S. Domingos. Após o terramoto faz-se a sua descrição física “Calçada nova de tijolo que se fez na Barroca, por detraz da Casa da Relação.

O **pátio Sebastião da Gama** tinha cinco fogos no interior e nove no exterior, com um total de 56 indivíduos em 1693. O primeiro fogo era ocupado por Sebastião da Gama e outros dez indivíduos numa estrutura não parental. Houve uma redução significativa de efectivos populacionais em 1695, situando-se nos 39 e em 1702 tinha 44 indivíduos. Na geografia profissional além de dois padres e um taverneiro, só pessoal doméstico a servir em 5 fogos, predominando os agregados familiares, sem alterações em 1695 e em 1702 a fixação de um sapateiro.

Seguia-se o adro do **convento e igreja de São Domingos** onde se arrolou Francisco dos Reis em 1702, provavelmente moço dos frades. Neste cenóbio existia uma vasta e ricamente paramentada igreja, que segundo Corsini “*sobreleva todas as outras igrejas de Lisboa em vastidão e decoração.*”<sup>209</sup> Num misto de adoração e de temor, tinha permanentemente num dos seus altares, o Santíssimo Sacramento e, junto à porta, no interior, expunha as efígies, com anotação dos delitos, dos condenados ao fogo pelo santo ofício e executados nos autos públicos gerais da fé.<sup>210</sup> Em 1688 também Dellon relatou a vastidão e riqueza do templo, estando o Santíssimo numa capela vedada por uma grade de prata, onde se encontrava “*um crucifixo em vulto, no qual, na chaga do lado, está permanentemente exposta a sagrada hóstia, estando a capela iluminada, noite e dia, por seis círios de cera branca e grande quantidade de lampadários de prata.*”<sup>211</sup>

Os **Arcos do Rossio** localizavam-se sob o edifício do Hospital Real. Seriam 25 arcos de pedraria com abóbada que pertenciam ao Senado e ao Mosteiro de S. Domingos, ocupando toda a frente do Rossio, do adro do mosteiro até à rua da Betesga. Além de oratórios, da casa dos pedintes andantes, onde recebiam cama, água e fogo, existiam pontos de venda nas arcadas, no exterior e de manhã as frutas, em pontos fixos manufacturas, vestuário e acessórios, bem como em lojas e tendas portáteis, que segundo o *Mappa de Portugal* seriam quase duzentas, onde se vendiam panos de linho, chitas, colchas, meias, fitas, rendas, o que reforçava o papel da praça como lugar de feira.<sup>212</sup> Estas lojas eram recolhidas à noite para armazéns por “homens de ganhar”.<sup>213</sup>

De facto, foram aqui arrolados numerosos “homens de ganhar”, que eram trabalhadores deslocados que se uniam em agregados e que constituíram o grupo profissional dominante da rua. Eram 29 em 1693, reduziram para 22 no difícil ano de 1694, no ano seguinte eram 18, e 25 em 1702, sempre sedeados nos fogos 2, 5 e 7, poucos permanecendo de um ano para outro. Os doentes incuráveis que não eram admitidos no hospital, dispunham nos Arcos de uma estrutura hospitalar autónoma, também a cargo da Misericórdia,<sup>214</sup> com uma enfermeira e uma servente.

---

<sup>209</sup> MADAHIL, 1942: 50.

<sup>210</sup> IDEM, 1942: 63.

<sup>211</sup> DELLON, Charles, 1996:35.

<sup>212</sup> Biblioteca Nacional, 1983: 40.

<sup>213</sup> COSTA, 1712: 321.

<sup>214</sup> GUIMARÃES, 1872-1875.

Tinha 10 fogos em 1693 com 88 pessoas, decrescendo a sua população cerca de 45% passando para 8 fogos e 49 indivíduos em 1702. O Ajudante António Ferreira liderava o agregado com a mulher, três filhos, a mãe e um escravo, Benedito, presente em toda a observação. Em 1695 restava no agregado o filho Francisco Fernandes e surgiu mais um escravo. Este filho já não integrou o agregado em 1702, surgindo outros dois que atingiram a idade da confissão, Teresa de Jesus e João e ainda o acréscimo de um criado.

O fogo nº 3 foi sempre ocupado pelo licenciado António de Figueiredo, a mulher, três filhos e um escravo. Dois anos depois surge um criado e em 1702 saiu do agregado um filho e surgem dois que atingiram a idade de confissão, sendo a família então servida por três escravos.

Outros fogos eram ocupados pelo licenciado João da Fonseca, a mulher, quatro filhos e a sogra. No fogo seguinte o conhecido Doutor Hipólito Guido, cirurgião no hospital e médico na corte, que liderava um agregado não conjugal de 15 pessoas, sem alterações em 1695.

Tratava-se do francês Guy de Chauliac que ministrava lições a outros cirurgiões, decalcadas dos escritos de Avicena e Galeno, incluindo lições de anatomia, utilizando os corpos dos indigentes que faleciam no hospital ou dos condenados.<sup>215</sup>

A sua influência e capacidade económica manifestou-se em obrigações e empréstimos que estabeleceu directa ou indirectamente. Em 1693<sup>216</sup> fez um empréstimo de 3.000 cruzados a um assistente do Conde de Vale de Reis, D. Lourenço de Mendonça de Moura “*em sua honra [...] para cousas precisas que tinha em mãos*”, a 5% de juro; novo empréstimo no ano seguinte,<sup>217</sup> a um mercador da rua Nova dos Ferros, Fernando Gomes Raposo, a quem emprestou 600 mil réis a 6 ¼% e, transcorridos dois meses,<sup>218</sup> a avultada soma de 2.000 cruzados por um um ano a 6 ¼% de juro, a João Baptista do Laguer.

O doutor Guido faleceu a 27 de Novembro de 1698 e foi sepultado na igreja do Loreto.

O agregado do licenciado Domingos Gomes de Amorim, identificado desde 1693, era inicialmente composto pelo casal, cinco escravos e outro indivíduo. A esposa, Mariana Antónia da Mota, faleceu a 3 de Abril de 1694, passando o agregado para metade em 1695, incluindo a sogra e dois escravos. Em 1702 surgiram dois filhos maiores de 14 anos de idade, um sobrinho e três escravos, totalizando sete indivíduos, deixando de figurar a sogra.

Seguia-se no rol o **Hospital Real de Todos os Santos**. Esta instituição assistencial de grandes dimensões irá manter-se até 1770 como a estrutura básica da assistência hospitalar em Lisboa

---

<sup>215</sup> SANTOS, Rio de Janeiro, 46-60.

<sup>216</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 409, fl. 92 v. Com Francisco de Sousa Sotomaior, de 8 de Outubro de 1693.

<sup>217</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 412, fl. 36 v. A 28 de Junho de 1694.

<sup>218</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 413, fl. 48.



e Termo, com restauros e ampliação pontuais das instalações devido ao crescente afluxo de doentes de localidades cada vez mais distantes e o aumento do número de residentes da capital.<sup>219</sup>

O seu traçado arquitectónico que evocava uma “[...] *cruz de 4 braços iguais, com 4 claustros muito grandes lageados e com um poço no meio de cada um. Tem uma grande horta com muyta agua, & dous tanques, em que se lava a roupa dos enfermos. [...] Hum dos braços desta Cruz occupa huma fermosa, & grande Igreja, que ficando com a porta sobre o Rossio, se sobe para ella por huma famosa escada de pedra [...]*.”<sup>220</sup>

As intervenções arquitectónicas no edifício não alteraram o traço original, quer tenham sido profundas e impostas por acidentes, como incêndios,<sup>221</sup> ou alterações pontuais a pretexto de melhorar a sua função, como a abertura de uma simples porta de serviço para o Rossio, por baixo dos seus arcos. Este episódio denota a importância do equipamento e o seu impacto económico na envolvente, sobretudo com os poderes municipais, onde a fixação de vendedores o transformaram num grande pólo comercial da praça do Rossio. Neste caso o hospital ficava obrigado a ressarcir o Senado “*do dano que resultar da falta de tendas de que ficar privado e sucedendo que o hospital faça algumas tendas no seu pátio ficarão os tendeiros sujeitos a correição do senado.*”<sup>222</sup>

A instituição foi a partir de 1564 administrada pela Misericórdia<sup>223</sup> e servida por 128 irmãos, eleitos anualmente, entre nobres e oficiais, encabeçados pelo provedor da Misericórdia e pelo enfermeiro-mor que chegaram a ser coincidentes. Foram enfermeiros-mores e tesoureiros das rendas do hospital em 1693 Diogo Luís Ribeiro Soares, o almirante mor D. Francisco de Castro e Luís de Melo. Foram provedores em 1693, o conde de Redondo, Fernão de Sousa Castelo Branco Coutinho e Menezes e o conde de Alvor D. Francisco de Távora. Em 1702 como enfermeiro mor e tesoureiro das rendas do hospital, o conde da Ericeira e D. Nuno Álvares de Portugal. Como provedores serviram nesse ano D. Miguel Carlos, conde de S. Vicente e D. Francisco de Távora, conde de Alvor.

224

Uma descrição do incêndio de 1750, não obstante a distância temporal, dá-nos uma aproximação do que seria este grande edifício e repartições que o compunham. Ocupavam-no nessa data 723 doentes. Havia uma casa das tinhas, onde começou o incêndio. Aqui aqueciam-se as águas para o banho dos doentes. Era-lhe limítrofe a casa do irmão maior e a ermida dos enfermeiros. Seria do lado sul onde se localizavam também a casa dos mortos, a habitação dos feridos, da convalescença

---

<sup>219</sup> RODRIGUES, 2010:78.

<sup>220</sup> COSTA, 1712: 397.

<sup>221</sup> Incêndio de grandes dimensões a 27 de Outubro de 1601 e outro a 1º de Agosto de 1750, do qual pouco mais restou que as paredes, a fachada e escadas.

<sup>222</sup> OLIVEIRA, Tomo VI: 238.

<sup>223</sup> Carta régia de 28 de Junho de 1564, confirmada pelas de 16 de Janeiro de 1595 e de 14 de Agosto de 1665.

<sup>224</sup> SANTOS, 1918: 33 e 66.

e a casa de anatomia. As enfermarias especializadas deste lado designavam-se de S. Cosme e Damião, reservada aos feridos. Ainda no piso inferior situava-se a casa de doidos e as enfermarias de S. Pedro e de S. Lourenço. No andar superior, sobre a vivenda das amas dos enjeitados, situavam-se as enfermarias de S. João de Deus e S. Francisco de Sales. Neste ponto fora feito um novo corredor de acesso ao dormitório de S. Camilo de Lelis. Ainda no lado direito da igreja era a enfermaria de S. Vicente, reservado às “febres.” Perto seria a cozinha que separava as enfermarias de mulheres

Eram estas a de Santa Clara, reservada às feridas, a de Santa Joana às doidas e ainda a de Santa Maria Madalena, já próxima da biblioteca de S. Domingos. No andar superior sobre a sacristia da ermida de N. S. do Amparo, situavam-se as enfermarias de S. Jorge e de S. José. Junto a estas existia o refeitório dos enfermeiros e o corredor de S. Domingos, que ligava ao convento.

Este incêndio destruiu a casa dos enjeitados, parte da capela-mor da igreja, coro e as casas do Fidalgo e da Fazenda. No pátio deste lado, situavam-se e arderam a botica, as casas do cirurgião do banco, dos porteiros, dos padres tesoureiro e do secretário.<sup>225</sup> A Casa dos 24 era outro organismo que no século XVII reunia na casa das consultas do hospital real.

O elenco de servidores descrito na *Corografia Portuguesa*<sup>226</sup> tem, na generalidade, correspondência nos róis estudados. Serviam de “portas para dentro,” com direito a alimentação, salário e alojamento, os porteiros, o da porta grande e o da porta para a enfermaria, dez merceeiras, mais quatro pela Sé, da capela de D. Pedro, uma “mulher que lança as ajudas”, um mestre de tinhosos, duas visitadas da Misericórdia, três homens do esquife, um coveiro, um medidor do celeiro, um moço de bolsa, um dispenseiro, um cozinheiro e um trinchante. No pátio das crianças expostas, muitos deles enviados a amas do Termo, havia cinco amas e uma ama-seca “uma velha de confiança”. Havia ainda um carreiro que trazia a água do chafariz, dois físicos, três cirurgiões, um boticário e um sangrador. As lavadeiras dos feridos, de males, da sacristia e dos capuchos.

A evolução do serviço assistencial contemplou na horta das traseiras do hospital, uma enfermaria de capuchos com um vigário e cinco religiosos “para ajudarem a bem morrer os enfermos.” Seria a razão da permanência de um arrábido frei Daniel de Santo António, que passou procuração a um morador em Goa, também arrábido, a fim de tratar da arrecadação dos bens de um seu irmão falecido em Goa e pô-los em depósito por interesse de outro seu irmão, o padre Elói de Freitas, morador no sertão de Pernambuco.<sup>227</sup> Um bom exemplo das movimentações de portugueses pelas possessões e que neste caso podem ser avaliadas na perspectiva territorial, institucional e familiar.

---

<sup>225</sup> VITERBO, 1895.

<sup>226</sup> COSTA, 1712:398.

<sup>227</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 412; fl. 13v. 11 de Março de 1695.

Do pessoal administrativo, quatro homens tratavam da Fazenda, incluindo o solicitador, tesoureiro dos livros e dois sacadores de foros.

No rol de confessados de 1693 foram identificados 42 fogos. Os três fogos iniciais integravam o primeiro agregado encabeçado pelo conde de Redondo, D. Fernando de Sousa, Provedor da Irmandade da Misericórdia e Provedor do Hospital Real nesse ano, com a família nuclear e outros onze indivíduos da casa e catorze domésticos. Agregado que entre 1696 e 1698 residiu no palácio Almada.

Seguiam-se os agregados do porteiro do hospital, mulher e criados, bem como do cozinheiro, depois a secção de vinte enfermeiros, encabeçados pelo enfermeiro-mor e das cinco enfermeiras dependentes do agregado de Amaro de Sousa e sua família em 1693. Havia um fogo isolado, ocupado por uma beata e outras unidades não familiares, com padres e amas e agregados familiares simples com e sem domésticos, onde se incluíam os fogos do cirurgião do banco e do hortelão do hospital. O pátio dos enjeitados tinha à cabeça Maria do Sacramento, e outras 14 mulheres. Seguia-se o pátio das Merceeiras, outros fogos não conjugais, isolados ou familiares simples e finalmente o pátio dos Carreiros. Este conjunto de agregados de diversas tipologias resultaram num total de 185 indivíduos.

À semelhança da generalidade da freguesia, a estrutura foi abalada com a crise de mortalidade de 1694, afectando o pessoal hospitalar com situações de doença e morte que assumiram alguma visibilidade no rol desse ano.<sup>228</sup>

Em 1702 eram 189 moradores, integrados numa estruturação mais detalhada, com 33 fogos no corpo principal, no piso superior do edifício, nos pátios de Baixo eram dez fogos, o último pertencia aos homens do esquife, que procediam aos enterramentos, apenas um fogo na casa dos Enjeitados, o Pátio das Merceeiras tinha quatro e os Carreiros tinham três fogos num total de 50.

Dos inúmeros benefícios que auxiliavam ao sustento do hospital, contava-se o rendimento das comédias representadas em Lisboa. Este direito foi adquirido no período de dominação castelhana, por alvará de Filipe II,<sup>229</sup> no âmbito do qual foi contratado em 1591 com Fernão Dias de La Torre a construção de dois pátios em lugares convenientes “*os quais seriam cobertos, com suas varandas cobertas de telha e madeira, e com suas paredes de alvenaria e pedraria,*”<sup>230</sup> surgindo assim o famoso pátio das comédias da Rua das Arcas.

---

<sup>228</sup> AHPL, *rol de confessados de Santa Justa*, 1694.

<sup>229</sup> De 20 de Agosto de 1588. Era costume castelhano a aplicação aos estabelecimentos pios de parte do produto dos espectáculos públicos, ficando a cargo do provedor e oficiais do hospital a determinação dos lugares para a representação das comédias de modo a não serem prejudiciais aos bons costumes da republica. O proveito era em benefício dos doentes do hospital. Este sistema sofreu algumas alterações enquanto vigorou.

<sup>230</sup> NOGUEIRA, Tomo X: 387.

Foi sob esta jurisdição que Luís Francisco Correia Barém, tesoureiro do hospital, fez em 1695 uma obrigação com os comediantes madrilenos Carlos Leon e Gabriela Belard, “*ambos assistentes na Rua das Arcas*.”<sup>231</sup>

Sobre o seu corpo eclesiástico encontramos referências ao início do século XVII. Era constituído por seis capelões, dois ecónomos, um tesoureiro e um beneficiado, reforçando a missão evangelizadora complementar à assistencial, o que transparece dos termos da Visitação de 1606, que focou a má doutrinação como contrária aos princípios da instituição.

A igreja devia assegurar que os enfermos fossem ouvidos em confissão, absolvidos e consolados, tarefa dificultada pelo padre cura de Santa Justa, descrito como “agastado,” vociferando com escândalo por não obter resposta a questões de difícil compreensão pelos enfermos, gente “rústica”, negando-lhes a absolvição “de que muito se desconsolam”. Na confissão perguntava aos doentes “*cousas impertinentes como [...] mistério da santíssima trindade e dimensão das divinas pessoas, que os doentes não são obrigados a entender principalmente sendo ordinariamente rústicos e pobres*”. Segundo os moços de capela “*de agastado dava empurrões aos ditos doentes no acto da confissão*.”<sup>232</sup>

A criação de expostos era obrigação do Hospital Real, pois congregou todos os hospitais de Lisboa, incluindo os que criavam os enjeitados. A casa para seu recolhimento e criação integrava o conjunto arquitectónico do hospital mas funcionava de forma autónoma, sendo a sua manutenção assegurada pelo hospital e por rendas e legados deixados em testamento. As crianças que sobreviviam e eram criadas, aos rapazes ensinava-se um ofício e as raparigas eram dotadas e casavam ou seguiam ambos a vida religiosa.

A abadessa do convento de Santa Ana apresentou um requerimento a pedir uma certidão para que a noviça Helena Maria de São José pudesse professar, uma vez que acabara o ano de noviciado, onde constava que tinha sido enjeitada no Hospital Real de Todos os Santos, onde fora exposta em Julho de 1671.

Fazia parte do procedimento na recolha dos enjeitados a inscrição da entrada em livro próprio, conforme se depreende da inscrição no livro da mesa dos enjeitados das crianças expostas em 1671, com o assento “*em quatorze de Julho do dito ano à noite veyo pela roda huma menina envolta em dois cueiros de baeta encarnada já velhos e um de estamenha da terra parda atados com*

---

<sup>231</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 411; fl. 70v. A 22 de Fevereiro de 1695. Juntaram-se “para eles haverem de assistir na Companhia que vem para esta corte representar ou na que existir neles, a saber Carlos Leon de apontador ela Gabriela de quarta dama e para sua segurança outorgam esta escritura.”

<sup>232</sup> AHPL, *Visitação de 1606*, ms. 96. O padre capelão Nutel Pires, acusou-o de áspero e de falar alto e que lhe ouvira perguntar a um moço “se havia um destes santos deuses e se o dito daqui era igual ao da sua terra ou se era outro diferente e que isto fora na igreja junto à porta que vai para a Crasta e que era um moço bruto e lhe respondeu perturbado.”

*uma fita encarnada de seda e um escrito que dizia esta menina vai por baptizar por-lhe-ão por nome Ilena que se ha-de proucurar, baptizousse com o próprio nome, cria Páscoa da Silva em mesa 15 de Julho de seiscentos setenta e um.” Foi passado por Gastão José da Câmara.*<sup>233</sup>

As rendas eram insuficientes o que agravava a situação da criação destas crianças, o que por vezes deu origem a litígios entre os irmãos do hospital e o Senado.

De facto, a dimensão e função do Hospital gerou problemas de sustentabilidade, enquadradas em crises financeiras estruturais, acidentes ou escassez de esmolas, impulsionando propostas e medidas como a que em 1626 visava o acrescentamento da renda pela captação de esmolas e mercês para sustentação e cura dos enfermos “*pois dele depende a saúde da cidade e de todo o reino.*” Curiosamente, a mesma consulta referia a conveniência em mudá-lo para um sítio mais são,<sup>234</sup> num claro sinal do adensamento urbano e insalubridade da área envolvente.

No final do século as dificuldades económicas transparecem de ordens como a que foi motivada em 1692 pela crise e carestia dos mantimentos e mezinhas que se gastavam no hospital, impondo a obrigatoriedade de pagamento sempre que alguém se recolhesse em enfermaria para cura, incluindo escravos e pessoas que pudessem pagar o seu sustento, muito embora não descursasse a sua missão, isto é, desde “*que não fossem daqueles que por pobres e necessitados esteja o hospital obrigado a acudir e curar de piedade.*”<sup>235</sup>

Esta vocação acabou por impor quase que naturalmente a estratificação social, servindo sobretudo para tratamento e internamento de uma maioria de “gente rústica”, tratando-se os mais poderosos em ambulatório e ao domicílio.

Mas o hospital não estava preparado para todas as situações de assistência, conforme se comprovou em 1666 com um trabalhador do Terreiro, Gregório Manuel, que morreu no hospital de um carangueja ou caranjo que lhe nasceu no rosto, segundo uma testemunha que a tudo assistiu a partir de uma fresta, vendo-o morrer no hospital no pátio das merceiras e pelo muito fedor o não levaram para as enfermarias.<sup>236</sup>

Quanto às práticas curativas, entre as mais comuns estavam o purgar-se, tomar apózemas, cordiais, tisanas, soros, aplicar sangrias, sanguessugas, banhos, caldas, fontes, suores, aço.<sup>237</sup> O Hospital Real foi o primeiro instituto de ensino oficial de cirurgia em Lisboa, estabelecido em 1498

---

<sup>233</sup> AHPL, *Expediente*, 1698.

<sup>234</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo III:235. Carta régia de 16 de Julho de 1626.

<sup>235</sup> IAN/TT, HSJ, livro 941.

<sup>236</sup> AHPL, *Visitações do Arcebispo*, ms. 190, fl. 245. Relato de Domingas Ferreira, do Beco das Comédias.

<sup>237</sup> SEMEDO, 1695. Tratado 1, capítulo único, parágrafo 26. O duque de Cadaval por exemplo transportava ao pescoço como meio profiláctico uma pedra nefrítica para protecção da gota coral e de dores de pedra, metodologia veiculada por médicos.

por determinação de D. Manuel,<sup>238</sup> colocando a freguesia de Santa Justa como uma zona de excelência em matéria de assistência e prática médica. Mas esta não se limitou à institucionalização, potenciando uma vasta gama de abordagens exercidas por outros “profissionais” de saúde que funcionavam quer de forma autónoma, quer na execução das prescrições do hospital e outros médicos.

Esta importante função, nem sempre tinha o seu correspondente social, pois à excepção de algumas valências, como médicos ou boticários, a maioria dos executores da saúde eram pouco dignificados, sobretudo em práticas que envolviam o exercício de mãos, como os cirurgiões e barbeiros que executavam as sangrias.<sup>239</sup>

Foi marcante na freguesia a presença de barbeiros e cirurgiões, boticários, com menor importância as cristaleiras, que aplicavam os purgantes.<sup>240</sup> Em 1666 a cristaleira Andreia Ribeiro, de 40 anos, moradora na Betesga, estando o marido ausente, foi denunciada por uma vizinha do Beco das Cristaleiras, Maria Simoa, e pelo armador Agostinho Borges, que acrescentou a informação de que há uns anos vendia no Rossio, de ter ilícita conversação com um pedreiro, casado, que morava defronte do Duque do Cadaval.<sup>241</sup>

As parteiras, que ainda que fossem numerosas por toda a cidade, apenas encontramos referência à viúva Maria da Silva, que em 1693 habitava com um filho na Rua da Tarouca (fogo 5). Dar suores era outra prática curativa e que era exercida por Simão de Barros e Catarina de Góis, que em 1683 eram moradores na Praça da Palha,<sup>242</sup> técnica estudada pelo médico João Curvo Semedo que também se distinguiu como inventor de remédios que eram vendidos em boticas como a do padre boticário de São Domingos, em cuja composição chegou a utilizar as águas do Poço do Borratém, famosas devido às suas propriedades terapêuticas.<sup>243</sup>

---

<sup>238</sup> OLIVEIRA, Tomo VI: 238.

<sup>239</sup> Foi disso exemplo o almotacé Leonardo Dias avaliado com pouca dignidade para o cargo porque “[...] vive actualmente do ministério de curar lobinhos e alporcas, por salário, exercitando publicamente o ofício de cirurgião destes e outros achaques a qual parte da medicina, por consistir em obra de mãos, é reputada em direito por sórdida e mecânica e nem o título de cavaleiro da Ordem de Santiago e de São Bento lhe valeu, pois os “desta ordem se dão ordinariamente a sujeitos de inferior esfera em troca de serviços pessoais como o de ir com o óleo de ouro às campanhas. cf. OLIVEIRA, 1898, Tomo X:330. Consulta de Câmara de 5 de Outubro de 1692.

<sup>240</sup> ALPM, *Travessa das Cristaleiras*, s.d. A primeira referência em Santa Justa surgiu num registo de óbito de 1578 “estava na Rua da Tinturaria em casa de Apolónia Gonçalves cristaleira”. Ou em 1664, referente a uma Isabel Mendes, falecida em 11 de Setembro “que foi cristaleira”.

<sup>241</sup> AHPL, Visitação de 1666, Ms. 103, fl. 271 e 272 v.

<sup>242</sup> AHPL, Visitação de 1683, ms. 14. Esta prática muito comum era aplicada a patologias como convulsões, estupores, flatos e a problemas circulatórios, técnica enaltecida no ensaio *Polyanthea medicinal: noticias galénicas e chymicas* do médico João Curvo Semedo, sobretudo “os suores de salsa, pão santo das Antilhas e raiz de parreira brava” cf. SEMEDO, 1695, tratado 1, capítulo único, parágrafo 139.

<sup>243</sup> SEMEDO, 1695. Teria observado no fidalgo Pedro de Castilho, que não se curando de uma comichão leprosa com banhos de água do chafariz, tomou banho com água do Poço do Borratém e ficou com saúde. Em 11 de Outubro de 1688 curou de dores de estômago a uma sobrinha do capitão Jácome de Almeida e se curou com as pirolas do borratém, oito vezes tomadas.

As dinâmicas familiares, sociais e económicas resultantes da proximidade afectiva e espacial, circunscrita a unidades habitacionais e ou familiares, adquire maior legibilidade quando analisadas por selecção.

Tomando como modelo o espaço físico do Hospital Real, a divisão por agregados, familiares ou habitacionais e a enumeração dos habitantes, quando cruzados nominalmente ressaltam factos que de outro modo passariam despercebidos, como a constituição de famílias propiciada pela proximidade e convívio, ou o estabelecimento de interesses familiares pela colocação estratégica dos indivíduos. Mais que enveredar no domínio das relações pessoais, expressas nos relacionamentos, apreendemos as estratégias de sustento e sobrevivência, expressas no desempenho em áreas não consignadas à função, como a manutenção de negócios num meio inesperado. É exemplo disso as relações de uma família, todos moradores no Hospital Real, a partir do trajecto do trinchante do hospital, Manuel de Sousa (fogo 23), que estabeleceu com a sogra, Brígida Dinis e o segundo marido Pedro de Araújo (fogo 17), em presença do cunhado e genro da mesma, Pedro Falcão (fogo 32), o pagamento de uma dívida de 180 mil réis relativo a venda de fazenda de bufarinheiro, que ficara do seu sogro, Francisco Alberto, falecido em 1691.<sup>244</sup>

Brígida Dinis era viúva do carreiro do hospital, casou novamente em 1692 e substituiu o primeiro marido na função de carreiro, a que juntou outro negócio de carros de aluguer. Em 1693 terá tentando agrupar este ao privilégio da função, que incluía o pagamento de 60 mil réis e um barco de palha anual, furtando-se ao pagamento do contrato ao Senado, sob o pretexto de serem de serviço do hospital mas, segundo o Senado, apenas necessitava de um carro, excepto no Verão para carregar água para os banhos dos doidos e mais enfermos a que se mandam dar.<sup>245</sup>

Em 1702 o trinchante Manuel de Sousa já havia falecido e a esposa e dois filhos passaram a habitar o fogo nº 4 do pátio das merceiras. Pedro Falcão e a mulher Antónia Maria, vivem pelo menos até 1698 no Hospital Real, já não vivendo na freguesia em 1701. Brígida Dinis, sogra e mãe dos anteriores, surge no fogo nº 5 dos pátios de Baixo, onde o marido dirigia uma taverna, a cujo serviço mantinham cinco criados.

Mas outros moradores e trabalhadores do Hospital Real envolveram-se em negócios, acrescentando deste modo os seus rendimentos, sobretudo através de empréstimos, como o licenciado e cirurgião do hospital Luís Nunes (fogo 15 da rua da Bitesga) que emprestou à colareja Mariana dos Santos (fogo 24 da Rua dos Carreiros) 50 mil réis “para coisas precisas” a 6 ¼% de juro

---

<sup>244</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa. ms. 403, fl. 10 v; 14-01-1693. que a 14 de Janeiro de 1694, através de um instrumento de quitação e distrato

<sup>245</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 346. consulta da câmara a el-rei de 5 de Fevereiro de 1693.

por um ano.<sup>246</sup> Também o boticário Manuel da Cruz de Carvalho (fogo 2) emprestou a um mercador de Coimbra, 1000 réis “*para causas precisas*”.<sup>247</sup>

Defronte do hospital estendia-se o largo **do Rossio**, embelezado por alguns dos edifícios mais monumentais de Lisboa antes do terramoto de 1755. Estava no cerne da vivência quotidiana das gentes de Santa Justa e da população de Lisboa, tendo por isso a par da sua monumentalidade uma ocupação muito mundana, como entre outros contemporâneos bem ilustrou Charles Dellon, de que o Rossio era assim chamado “*por excelência de sua grandeza e formosura, com o qual se faz cada semana às terças-feiras uma muito grande feira, abundante de todas as coisas pertencentes ao uso da vida humana*”.<sup>248</sup>

Esta função da grande praça, de recinto semanal da feira a que se juntava a invasão diária de grupos de vendedores em tendas portáteis, levou à fixação, no decurso das crises de abastecimento de final do século XVIII, de um almotacé das execuções e seus oficiais, enquanto entidade reguladora das pessoas que vendiam mantimentos no rossio e arredores.<sup>249</sup> As cabanas eram ocupadas sobretudo por colarejas, galinheiras, peixeiras, floreiras, servindo até como referência espacial em registos paroquiais como o de baptismo de Catarina Josefa, em Setembro de 1705, filha do Dr. Manuel de Távora Correia, Promotor da Mesa da Consciência, moradores no Rossio defronte das cabanas das galinheiras.<sup>250</sup>

A par das suas funções monumental e comercial, a centralidade e dimensão faziam do Rossio um palco privilegiado para a afirmação de poder político, através de actos públicos que se pretendiam de grande impacto na população, quer fosse no sentido lúdico como no pedagógico, com enaltecimento da sua função punitiva e aplicação da pena capital. Numa dimensão de grande impacto, a realização dos autos de fé que aqui tiveram assento, embora escasseassem neste período; e enquanto elemento simbólico pela sua representatividade, que acabou por se fixar como referência toponímica, a casa de degolados, que nos meados do séc. XVI pertenciam a Domingos Souto, da Rua Nova, aforada à Câmara de Lisboa por 30 réis anuais “por umas casas que tem no Rossio da Feira, defronte do Hospital Real, as quais se chamam os Degolados, composta de loja e dois sobrados”<sup>251</sup> e que em 1683 é ainda mencionada.”<sup>252</sup>

---

<sup>246</sup> IDEM, ibidem, ms. 412, fl. 94. a 27 de Maio de 1694

<sup>247</sup> IDEM, ibidem, ms. 411, fl. 8v. A 30 de Dezembro de 1693.

<sup>248</sup> DELLON, Charles, 1996:167.

<sup>249</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo VIII:525. Assento de Vereação de 5 de Julho de 1684.

<sup>250</sup> ALPM, *Rossio*, s.d.

<sup>251</sup> ALPM, *Rossio*, s.d. Arquivo da Misericórdia de Lisboa, Segundo medição feita em 1570, partiam de norte com casas de Pedro Álvares de Paiva, provedor das capelas de D. Afonso; do levante com Rossio e praça pública; do sul com casas de Catarina [?] e outros, e de poente com a rua pública de Valverde.

<sup>252</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14. Segundo o testemunho do marceneiro Pedro Carvalho, morador ao Rossio, na casa de onde saíam os degolados, morava Francisco da Costa Ribeiro, corregedor nomeado para Évora e que estava amancebado com uma moça de quem tem um filho e sabe porque vê a dita casa



O percurso do rol de confessados seguia na **Rua dos Albardeiros**, profissionais que dispunham na freguesia de cinco oficinas em 1693 e treze em 1702, sobretudo nas ruas das Arcas, Portas de Santo Antão e da Praça da Palha, localizando-se apenas uma no arruamento.

A residência e oficina do albardeiro António Jorge tinha em 1693 nove elementos entre família nuclear com filhos e a unidade laboral que contava com um obreiro, um aprendiz e um homem de trabalho. Em 1695 incluíam-se no agregado cinco homens não especializados e em 1702 passou a existir a par da oficina, agora só com força de trabalho familiar, uma unidade laboral de barbeiro com o genro, o mestre José Ferreira, um oficial e um aprendiz do mesmo.

Nesta rua predominavam os agregados conjugais e familiares, com elevado índice de servidores domésticos e laborais, mas também com forte presença de estruturas colectivas, por vezes mistas, grupos domésticos co-residentes unidos por laços de parentesco, funcionais ou simplesmente espaciais, como as duas tavernas, numa das quais assistiam numerosos “homens de ganhar”, ou agregados como o do homem de negócio António Machado e a sua mulher (nº 16), com um elevado número de escravos, aí morador até 1695, data em que passou a residir no Rossio. Passou uma procuração em 1698 a dois homens de negócio de suas relações, moradores em Pernambuco, onde tinha negócios, “*para cobrar e haver tudo o que lhe ficou a dever António Francisco Lopes morador em Pernambuco de contas que constam dos seus livros.*”<sup>253</sup>

Entre os seus investimentos neste período contou-se ainda a aquisição de parte de uma herança de João Pereira de Sampaio, que vivia de seu fazenda e era capitão mor de Vila Pouca de Aguiar de uma quinta em Caspulima, Lisboa e umas casas em São Roque na travessa da guarda mor.<sup>254</sup> No mês seguinte, comprou a outra parte ao homem de negócio Mateus de Magalhães, sargento mor em Vila Pouca de Aguiar.<sup>255</sup>

Existiam outras unidades laborais na rua, como um lanceiro, um cirurgião e um ourives. Em 1695 houve acréscimo de um alfaiate, barbeiro e um surrador, cenário muito semelhante em 1702. No entanto, o grupo dos “homens de ganhar” que era composto por 8 indivíduos, passou para 28 dez anos depois, indiciando ser uma rua com alugueres mais acessíveis.

Localizava-se aqui o agregado do poderoso homem de negócios Domingos Maciel, comerciante de grosso trato que fazia investimentos nas mais variadas áreas e que a partir de Lisboa integrava, à semelhança de tantos outros, redes comerciais e pessoais com as possessões ultramarinas. O seu agregado tinha treze elementos em 1693, além do próprio e a esposa que faleceu no ano seguinte, três filhos, cinco escravos, um criado e um caixeiro, que auxiliava na administração dos

---

<sup>253</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 419, fl. 9 v. 04-02-1698. António de Almeida Vilanova e António Domingues.

<sup>254</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 421, 59 v. 19-07-1698. Venda quitação e obrigação.

<sup>255</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 421, 86. 07-08-1698. Venda quitação e obrigação

negócios. Em 1702 restava no agregado apenas o filho homónimo, tendo a filha Josefa casado em 1699 com o sobrinho Santos Mendes Maciel que entretanto sucedera na liderança da casa comercial de seu pai, João Maciel, outro grande comerciante de Lisboa, cuja família vivia nesta data numa casa nas Escadas de Santa Justa, como veremos adiante.

Dos negócios ou actos legais em que se envolveu neste período destacamos como exemplo de ligação à administração colonial e oficialato no Brasil, a condição de procurador de Francisco de Brito de Meireles, morador no Rio de Janeiro, que arrendou o ofício de provedor mor da fazenda real no Rio de Janeiro a Tomé de Sousa Correia, provedor da fazenda do estado da Índia.<sup>256</sup>

Com o poder eclesiástico fez uma nomeação de prazo a pretexto de ser “*muito obrigado e a quem deseja ser agradecido*” ao cônego e secretário do Santo Ofício, José Coelho, relativo a uma quinta com casas de dois pisos, pátio, pomar, vinhas, terras de pão e olivais que possuía junto ao Mosteiro de Chelas.<sup>257</sup> Mas eram variadas as formas de investimento, como a aplicação de capitais a juros e tenças conforme a aquisição de 7 mil réis de juros e tença anual ao capitão António Correia Saldanha, relativo a direitos na Alfândega de Lisboa pelo valor de 112 mil réis.<sup>258</sup>

No **Terreiro do Magalhães**, no início da rua das Arcas, viviam 57 pessoas em 15 fogos, aumentando para mais dez indivíduos e um fogo em 1702. O primeiro fogo da rua era o mais numeroso, onde se acolhia o agregado de Sebastião Gracia, que em 1693 era escrivão da irmandade do Senhor de Santa Justa. O seu pessoal doméstico era constituído por nove escravos e um criado, reduzido em 1695 para cinco escravos, desaparecendo o cabeça de fogo, após esta data.

As unidades artesanais resumiam-se a dois alfaiates com aprendiz. Das duas viúvas da rua uma era confeitadeira, Antónia da Silva, que vivia com as duas filhas, o genro, e dois criados, com um agregado que não sofreu alterações; e na casa seguinte, a taverneira Maria Mateus, vivia com dois filhos, e que passou, em 1695, a ocupar um fogo isolado.

Na **Rua da Tarouca** vivia em 1693 a única parteira do rol, a viúva Maria da Silva. O número de habitantes situou-se sempre próximo dos 120, em cerca de 40 agregados, maioritariamente familiares. Predominavam os serviçais e os eclesiásticos e havia um fiteiro. Em 1695 passam a residir aqui o cura Luís Dias e o beneficiado Nicolau Carvalho, surgindo ainda alguns soldados. Em 1702 ocorreram alterações significativas com a instalação de uma costureira, um aprendiz de cabeleireiro, um cirurgião e dois taverneiros.

---

<sup>256</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial, ms. 406, fl. 58. a 16 de Janeiro de 1694. Relativamente a um negócio de assentamento de ofício e obrigação.

<sup>257</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial, ms. 412, 22 v. 11 de Março de 1695. Em Montecoxo, Alfarrobeira.

<sup>258</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial, ms. 425; 105v. 14 de Maio de 1699. Instrumento de trespasse de juro quitação e obrigação.

A **Rua da Praça da Palha** era muito importante na configuração de Santa Justa, pois era uma das vias mais directas entre as duas praças mais importantes da cidade, sendo por isso passagem obrigatória de cortejos e procissões. Esta populosa rua surge na documentação como uma via de grande labor artesanal e ponto de fixação de profissões relacionadas com a prática medicinal e de espaços de sociabilidade como tavernas e casas de jogo ou tavolagem, já afamadas no reinado de D. João II.<sup>259</sup> A localização junto ao Rossio propiciava também a proliferação de estalagens, datando do séc. XV a famosa Estalagem da Égua, estabelecida numa casa foreira à Câmara de Lisboa.<sup>260</sup>

Numa descrição de 1558, havia um assento de casas na Rua da Praça da Palha constituído por casas com loja e sobrados, assentes em arcos de pedra, ficando por baixo os alpendres públicos, que partiam da Rua da Betesga.<sup>261</sup>

Registou um crescimento gradual no decurso da década situando-se respectivamente nos dois períodos de observação nos 249 indivíduos em 58 fogos, cinco dos quais vagos e nos 289 indivíduos em 70 fogos, com apenas dois fogos vagos. Dominada por agregados numerosos, estando 30% dos indivíduos referenciados com profissão, sobretudo artífices como seleiros, cordoeiros, albardeiros e ferradores, remendão, sombreireiro, torcedor, muitos aprendizes e obreiros, mas menos criados e escravos. Também se verificou uma forte presença de eclesiásticos. Em 1702, constata-se um acréscimo considerável de oficinas de cordoeiro, que passam para dezoito; surgiram os “homens de ganhar”, até aí inexistentes, bem como quatro oficinas de latoeiro e o grupo de criados, sobretudo mulheres perfez quase quatro dezenas, decrescendo o número de escravos, tendência que se vinha acentuando desde 1693.

Analisando o tecido social, na perspectiva das relações sociais, comerciais ou pessoais que envolveram e se destacaram enquanto espelho da sociedade que integravam, encontramos moradores da Praça da Palha como Patrício Nunes (fogo 57), cujos negócios se estendiam à irmandade do Senhor de Santa Justa,<sup>262</sup> devedora de 500 mil réis e, no ano seguinte<sup>263</sup> uma obrigação com a mesma irmandade na quantia de 200 mil réis de areias.

Envolvidos em questões legais relacionadas com resgate de herança<sup>264</sup> como o mestre cordoeiro Francisco Gomes Machado (fogo 40), que intentou junto do juízo das justificações ultramarinas a pertença de uma licença e bens que ficaram de Manuel Francisco, falecido sem testamento no Brasil, em Cabo Frio.

---

<sup>259</sup> ALPM, *Praça da Palha*, LEAL, IV:373. No dia 1 de Junho de 1490, na Praça da Palha vivia uma cavaleiro que dava casa de jogo “a qual era escandalosa pelas juras e blasfémias que nela diziam os jogadores, mandou lançá-lo fogo..

<sup>260</sup> ALPM, GEO, *Praça da Palha*, s.d.

<sup>261</sup> ALPM, GEO, *Praça da Palha*, s.d. *Prazos de Sta. Justa*, cx. 17/51

<sup>262</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 411, fl. 96 v. Instrumento de Distrate e quitação de 11-03-1693.

<sup>263</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 406, fl. 36 v. Obrigação de 18-03-1694. ao juro de 4%.

<sup>264</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 423, fl. 40. 24-11-1698.

Também exemplo do cruzamento de interesses entre moradores em Lisboa e familiares no Brasil, um processo<sup>265</sup> de herança que envolveu vários elementos da mesma família. António da Gama Nunes, morador na Baía, no Brasil, fez uma doação ao irmão Francisco da Gama Soeiro, morador na Praça da Palha, para exercer o direito de acção e pretensão a uma causa, conjuntamente com outro irmão de ambos, Manuel da Gama Pereira em causa judicial contra a Misericórdia de Lisboa.

Reportando a 1693, viviam todos no agregado do licenciado Diogo da Gama Pereira, na Praça da Palha, o qual viria a falecer em 1695.

Em 1694<sup>266</sup> Francisco da Gama Soeiro foi servido pelo rei e conselho da fazenda no ofício de escrivão da carga e descarga da alfândega da cidade de Faro. Casou em 25-05-1697, passando a liderar o agregado, restando dos moradores originais a sobrinha Inês e o escravo João Mendes, reduzindo para metade a composição do agregado.

Outro tipo de elementos que podemos captar é a fluidez de acção no sentido do ganho, não se limitando os indivíduos ao desempenho exclusivo da sua profissão ou não perdendo oportunidades de negócio, suporte para a ascensão social. É o que transparece da actividade de um mestre albardeiro José Jorge Pedroso<sup>267</sup> que fez uma obrigação com o sogro, Francisco Dias da Silva, moço da estribeira do rei, por um empréstimo de três mil cruzados que era o preço de ofício de meirinho da correição e ouvidoria da vila de Setúbal. Já em 1694 se verificara a sua participação noutros negócios lucrativos, usufruindo de uma grave período de abastecimento e especulação de preços, na venda de quinze alqueires de trigo.<sup>268</sup>

A **Rua das Arcas** tinha de comprimento segundo o Tombo de 1755, da Praça da Palha, desde o Rossio até ao largo da Praça da Palha quase 60 m.<sup>269</sup> Era a mais longa da freguesia e a mais povoada em 1693, tendo perdido ao longo da observação cerca de 14% da população inicial. Aqui predominavam os agregados familiares nucleares, frequentemente de feição indeterminada dada a contínua presença das unidades artesanais com o seu oficialato.

A sua designação permaneceu associada à função predominante de fabricação de caixas. Existiam 29 oficinas de caixeiros, fabricantes de arcas e caixas de madeira, com 20 obreiros e 30 aprendizes, vinte dos quais do ofício de caixeiro. Cenário que pouco se alterou uma década depois, tendo permanecido em laboração 25 oficinas de caixeiro, 14 oficiais e 38 aprendizes de ofícios como

---

<sup>265</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 414; fl. 23 v. 20-03-1697.

<sup>266</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 407, fls. 13 v. 03-03-1694.

<sup>267</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 423, fl. 72. Obrigação de 18-12-1698.

<sup>268</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 406, fl. 95 v, 20-02-1694. Instrumento de venda.

<sup>269</sup> ALPM, *Rua das Arcas*, s.d. *Tombo de 1755*, X - 63v / 68. 56,39 m (185 p.) e de largura pelo norte entrando o vão dos arcos 12,19 m (40 p.) e pelo sul 18,9 m (62 p.). O largo tinha de comprimento 20,12 m (66 p.) e de largura 19,81 m (65 p.). Neste ponto desembocava na Rua da Betesga. Prosseguindo na rua até ao largo detrás da capela-mor de S. Nicolau tinha 246,89 m (810 p.) de comprimento e de largura entre 4 e 7 m (13 e 23 p.).

albardeiros e cordoeiros que também aí tinham as suas unidades de laboração, havendo ainda a assinalar um latoeiro, um luveiro, um torcedor de seda e um tintureiro.

A importância da actividade laboral da rua transparece também na legislação e posturas como a promulgada em 1622 devido à presença do pátio das comédias e que era causa de transtornos em dia de espectáculos, considerando o Senado a importância de dar despacho aos comediantes para representarem no pátio, mas considerando o dano causado pelo “pejamento” da rua das Arcas.<sup>270</sup>

À entrada da Rua, a estalagem das Arcas pertencia a Manuel Gonçalves que aí assistia com a mulher, o padre Manuel Gonçalves, seu filho, uma sobrinha e um soldado. O agregado permaneceu em 1695, ano em que o padre Manuel Gonçalves<sup>271</sup> pediu 200 mil réis ao mestre ferrador Roque Martins, morador na rua da Praça da Palha (fogo 39), para aquisição de umas casas aos padres da companhia do colégio de S. Francisco Xavier de Alfama, desaparecendo a estalagem e ocupantes do rol de 1702.

No fogo 42 viviam o caixeiro Manuel Rodrigues, a sua família, incluindo a sogra, duas sobrinhas e quatro ou cinco oficiais e aprendizes ao longo da década. Em 1695 a sua mulher, Helena Maria, sendo sucessora dos bens e acções do padre João Teixeira, incluindo parte na promessa de um ofício de justiça ou fazenda aos quais renunciou porque *“tem muito amor e boa vontade a frei Leonardo dos Santos do Convento de Santíssima Trindade a quem desejam ver com alguma tença com que possa acudir às suas necessidades concedem-lhe a mercê da dita portaria e alvará.”*<sup>272</sup>

O mestre cordoeiro Agostinho dos Santos (fogo 22) pagou em 1699 a dívida de 210 mil réis que contraíra com o cavaleiro da ordem de Cristo António Ferreira da Cunha, morador numa quinta da Panasqueira, no limite de Benfica.<sup>273</sup>

Mas outras questões financeiras, relacionadas com litígios de âmbito mais pessoal envolveram moradores da rua das Arcas, como a causa de alimentos movida pelo soldado do Terço da Armada, Vicente de Aragão e sua esposa Joana Ribeiro, a D. Branca Manuel (fogo 70) ficando esta obrigada a contribuir com uma pensão de 4500 réis por mês enquanto Joana Ribeiro fosse viva, o que de facto foi cumprido por mão do Dr. Luís Rodrigues de Elvas, filho de D. Branca Manuel.<sup>274</sup> Este indivíduo pertencia ao agregado de sua mãe e envolveu-se noutros actos notariais, por exemplo

---

<sup>270</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo V: 51-54. Consulta da câmara de 21 de Novembro de 1622. Os oficiais arruados não podiam trabalhar, nem vender e dar expediente às suas obras no dia das representações, pelo impedimento da rua, passando com dificuldade cavaleiros, chegando a haver brigas. Referiu ainda o notável perigo de ruína do pátio, não suportando o peso de tanta gente, segundo relatório do vereador do pelouro das obras, architectos e técnicos da Câmara, o que acontecendo mataria e estropearia muita gente Não aconteceu então, mas foi dizimado pelo fogo 75 anos depois.

<sup>271</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 413, fl.22 v. 15-06-1694. Obrigação.

<sup>272</sup> IDEM, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 413, fl. 82. 07-08-1695. Renúncia.

<sup>273</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 426, fl. 79. 02-07-1699. obrigação.

<sup>274</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 410, fl. 63 v. 02-12-1694. instrumento de Quitação e Obrigação

como fiador de Manuel Leitão de Brito, cavaleiro professo da Ordem de S. Bento para o ofício de almoxarife de Vila Franca de Xira.<sup>275</sup>

A família de Pedro Lopes Henriques (fogo 69), um mercador cristão novo, de grande trato e ligações intercontinentais, foi severamente abalada no início do século XVIII com as perseguições do Santo Ofício que envolveram o encarceramento de numerosos indivíduos da freguesia de Santa Justa.

A **Rua da Crasta** foi uma das mais regulares na observação, mantendo cinco fogos com dezasseis moradores e as mesmas unidades laborais pertencentes ao caixeiro Domingos Vaz e ao atafoneiro Pedro Domingues, este substituído em 1702 por Manuel Gonçalves e o fogo nº 5 transitou para o agregado do ourives Francisco Rodrigues, que nesse ano estava preso.

No **Beco da Comédia** existia desde finais do séc. XVI o famoso teatro, na confluência da Rua das Arcas e dos Becos das Comédias e de Lopo Infante. Era o mais considerado pátio de comédias de Lisboa, também designado de pátio das Arcas, que em 1697 foi destruído por um grande incêndio e logo reedificado com maior dimensão e com uma construção regular.

Segundo uma descrição de 1707,<sup>276</sup> o beco das Comédias “*fica anterior ao dito pateo das Comedias, sem embargo de que para ahi tem porta.*” O teatro era em forma de meia laranja, com o palco encostado a norte e uma porta. Havia outra à face do beco das comédias por onde entravam os espectadores. Em forma de arco, tinha 20 varões de ferro, assentes num parapeito em torno do pátio, lajeado e onde assentavam 18 pequenos camarotes. Seguia-se outro nível de assentos, com quatro camarotes para homens e no lado oposto, três para mulheres. Finalmente, outro andar de 24 camarotes cercava todo o pátio, dois dos quais pertenciam ao marquês de Cascais por contrato que fez com a Misericórdia. Nas traseiras havia um corredor circundante com 3 portas. Sobre o primeiro andar de camarotes, havia outro com 21 camarotes, mas que não se alugava por ser do hospital, servindo para os fidalgos da sua casa da fazenda.<sup>277</sup>

Muito frequentado pela população de Lisboa devido ao teatro, era também muito procurada a estalagem por quem demandava negócios em Lisboa, indícios que encontramos por exemplo nos livros de óbitos, em situações repentinas<sup>278</sup> e de violência.<sup>279</sup> De facto, em Santa Justa abundavam as

---

<sup>275</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 408, fl. 27 v. 14-06-1694.

<sup>276</sup> NOGUEIRA, 1906: 389.

<sup>277</sup> NOGUEIRA, 1906: 390. O teatro tinha três entradas: uma para o beco das Comédias a sul; duas portas para a rua das Arcas, uma de entrada para os camarotes mais pequenos, palco e camarotes das senhoras e outra que servia de entrada dos camarotes e comunicação do pátio, tendo esta um corredor na entrada com patamar, subindo para uma escada de pedra. Este pátio onde se representavam as comédias era pintado, com capitéis de madeira sobre os pilares e varões de ferro, parecendo pedra fingida

<sup>278</sup> ALPM, *Beco da Comédia*, s.d. Como aconteceu em 24/04/1652 com o falecimento de D. Teodósio Coutinho de Bragança, marido de D. Brites de Chaves. Foi enterrado em Santa Justa defronte da Capela de S. Gregório. Vivia em Arcozelos, bispado de Lamego.

tavernas, estalagens e casas que davam camas. Uma das mais conhecidas era a Estalagem do Beco das Comédias, procurada como as da Betesga e a Nova, onde se albergavam os forasteiros que entre muitos casos vinham a Santa Justa negociar, como dois homens de negócio, de Bragança, que em 1692 assistiam na Estalagem das Comédias.<sup>280</sup>

Pouco alterado o número de fogos, mas com um acréscimo populacional de 22%, sobretudo unidades familiares, aumentaram os fogos vagos e houve um ligeiro aumento de fogos com mais de cinco elementos.

Sobre os moradores e dinâmicas residenciais encontramos exemplos dispersos que coadjuvam os róis e registos paroquiais dando conta das alterações verificadas. Desde 1697 que o agregado da viúva Violante Nunes, filha do conhecido médico cristão novo Simão Lopes Samuda ocupava o fogo nº8, com o seu filho, Simão Lopes, também médico e que saiu em auto de fé a 9 de Setembro de 1703, tendo como sentença a confiscação de bens, proibição de advogar e degredo para Miranda por 6 anos.<sup>281</sup>

O fogo nº 13 era ocupado pelo agregado do mestre barbeiro Manuel da Costa. Este vendeu em 1694 umas terras de pão nas Fontainhas, em Sintra,<sup>282</sup> pertencentes à mulher Úrsula de Andrade e à cunhada Maria de Andrade, passando esta a habitar com o casal em 1695, mas já não figura no rol de 1702.

A presença fugaz e ausência dos róis de alguns resultam da grande mobilidade em meio urbano e da diversidade de situações, como sucedeu com Catarina da Silva, uma padeira que esteve envolvida numa acusação de amancebamento, foi referenciada como moradora no beco da Comédia em 1702, mas não constava do rol. Reportando ao início do século, a igreja confrontava-se com outro tipo de situações como a relatada por um morador do beco da Cutilaria que acusou Maria de Oliveira de ter em sua casa mulheres a que chamavam as andorinhas “*o outro ano todas estas se foram e vieram outras serão todas mulheres solteiras suspeitosas.*”<sup>283</sup>

O barbeiro Baltasar Álvares Moreira (fogo 24) denunciou João dos Montes de que era público na vizinhança e havia murmuração de má conduta, amancebamento e de nos camarotes do teatro *dar casa para as ofensas*, sem saber se era verdade, indicando outros cinco vizinhos *que nada disseram*, à excepção do cirurgião Clemente de Oliveira (fogo 9). Este indivíduo foi ainda visado na denúncia do padre Lourenço da Silva, bacharel na Sé, que conhecendo-o de criação acusou-o de ser

---

<sup>279</sup> ALPM, *Beco da Comédia* s.d. Mas também com revelação de actos de violência como a 04/08/1670, tendo falecido na mesma estalagem, o tratante Manuel Pinheiro, de Trancoso, de umas feridas e que “por morrer de morte apressada foi enterrado” na igreja de Santa Justa.

<sup>280</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 402, s.d. 18-11-1692. Enquanto tratavam do aluguer de duas comendas a um cavaleiro professo da ordem de Cristo de Santa Justa, Francisco Gomes Ribeiro.

<sup>281</sup> <http://digitarq.dgarq.gov.pt>. PT/TT/TSO-IP/002/0003/00007.

<sup>282</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 409, fl. 91 v. 01-10-1694. Venda e quitação.

<sup>283</sup> AHPL, *Visitação de 1607*, ms. 102.

casado e andar em hábitos de tonsura e coroa. A prima era Teresa Maria, “*de quem dizem que tem um filho.*” De facto, encontramos este João do Monte como hortelão do Hospital Real em 1695, estando em 1702 a habitar no Beco de D. Carlos, contíguo ao das comédias, fazendo parte do seu agregado Teresa Maria.

Passando ao **Beco de D. Carlos**, houve uma grande redução de fogos e habitantes entre uma observação e outra, passando de 20 para 16 fogos e de 65 para 49 habitantes. O tipo de ocupação também sofreu alterações. Em 1693 habitavam aqui 17 “homens de ganhar”, provavelmente devido à acessibilidade de custo das rendas, não restando nenhum em 1702. O predomínio de fogos familiares, alguns isolados e a ausência de actividade laboral foi alterado em 1702 com a fixação do costureiro Manuel de Menzas.

O **Beco do Pato** teve um aumento intermédio de 34 para 44 habitantes em mais 2 fogos, retomando valores próximos dos iniciais em 1702. Soldados, padres, dois caixeiros e um vendedor de pano de linho, com predomínio de agregados familiares, alguns isolados, subsistindo apenas os caixeiros em 1702.

Este beco protagonizou em 1683 um caso de amancebamento denunciado por vários vizinhos e que envolveu Úrsula Ribeiro, filha da parteira Maria Ferreira e o doutor Bartolomeu de Sousa Mexia.<sup>284</sup> Um testemunho crucial foi o de Custódio do Amaral, jovem de 12 anos, morador na rua das Arcas, ao Beco das Comédias que falou na existência de uma filha, Catarina de Sousa Mexia, “*a qual às vezes chama pai ao sobredito e outras vezes tio e outras padrinho e que o sobredito as mais das noites vai a casa e sai fora de horas*”. O cavaleiro professo da ordem de Cristo Bartolomeu de Sousa Mexia era em 9 de Novembro de 1714 Secretario das Mercês e tornar-se-ia desembargador do Conselho da Fazenda real e Secretário de assinatura do Rei.

Úrsula Ribeiro continuava a ocupar o fogo nº 4 em 1695 e estava casada com Manuel da Fonseca, sem profissão, não havendo filhos no agregado.

A **Travessa Rui de Matos** teve um ligeiro acréscimo populacional e do parque habitacional, embora tenha tido uma depressão intermédia em 1695. Composta de uma taverna e dois agregados numerosos, o primeiro, de nove elementos que era ocupado pelo capitão Luís Gomes, incluindo três escravos,<sup>285</sup> reduzindo o pessoal doméstico para uma escrava e uma ama em 1695. A 17 de Fevereiro de 1696 faleceu a esposa, que foi sepultada no Carmo, data em que já moravam nas Portas da

---

<sup>284</sup> AHPL, Visitação de 1683, ms. 14. Ouvira isto a um rapaz enteado de Manuel Monteiro morador na esquina do beco das Comédias, que trabalhava em casa de Manuel Cardoso. Foi confirmado por Francisco Ferreira, de 26 anos, oficial de carpinteiro de Manuel Rodrigues, morador na Rua das Arcas, que ouvira publicamente e em particular a Manuel Monteiro, oficial de carpinteiro da rua das arcas.

<sup>285</sup> O registo de casamento de uma das filhas indica que viveram na vizinha freguesia da Conceição.



Mouraria. A filha, Clara Soares, casou a 23 de Julho de 1696. Em 1702 o capitão vivia na Porta Nova (fogo 20) com o genro também já viúvo e quatro criados.

O fogo nº 7 era liderado por Francisco de Menzas, incluindo uma filha casada, com o marido ausente e serviçais. Francisco de Menzas faleceu a 1 de Maio de 1695, foi sepultado no carneiro dos Irmão do Senhor da Igreja de Santa Justa, passando o fogo a ser liderado pela viúva Joana de Lemos. Em 1702 o agregado duplicou, passando para 16 pessoas, incluindo a família da filha, dois filhos solteiros, duas amas e uma criada.

A população da **Rua da Cutelaria** cresceu 18% com um acréscimo de apenas três fogos. Aqui existiam três taverneiros, havia um forno num beco assim designado, muito pessoal doméstico e de cozinha de ambos os sexos, alguns militares, presença das actividades artesanais de sapateiros, oficial de meias e marceneiro, na área comercial alguns contratadores e relacionado com o arruamento, o numeroso grupo profissional de cutileiros, um bainheiro, que era o oficial que fazia as bainhas das espadas, coadjuvados por numerosos oficiais e aprendizes. Cenário que sofreu algumas alterações em 1695, sobretudo a fixação de numerosos “homens de ganhar” (fogo 15), diminuição de cutileiros e aumento considerável do pessoal doméstico, de oficiais e aprendizes. Novo fôlego profissional em 1702, com a duplicação de cutileiros, continuando a crescer o pessoal de serviço e a criadagem.

Em 1693 o agregado do fidalgo da casa real Pedro Rangel de Castelo Branco vivia no 2º fogo, na esquina com o Beco de Duarte Casco, aí permanecendo em todo o período de observação. Surgiu em 1693 num negócio de venda de casas e terrenos no Paço do Lumiar,<sup>286</sup> cuja aquisição fizera no início do ano a Francisco Moreira de Carneiro, assistente ao serviço do conde de Atalaia.<sup>287</sup>

João de Sousa da Silva (fogo 5) que vivia de sua fazenda, habitava aqui com a mulher e o filho. Esteve envolvido num processo de dívida com os herdeiros de António Pereira, medidor das obras do rei, devido a arrematação sem pagamento de umas vinhas em Carnide.<sup>288</sup> Em 1695 já não constava a esposa e surgiu outro filho, restando em 1702 apenas o titular, um criado e um indivíduo não identificado.

Em 1702 ocupava o fogo 47 o Doutor Francisco Aires Veloso, que já aí vivia em 1699, data em que foi procurador do Conde de Castelo Melhor numa causa com o irmão devido a uma dívida de 20 mil cruzados relativo a herança da mãe de ambos, a condessa de Castelo Melhor.<sup>289</sup>

---

<sup>286</sup> IANTT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 10, fl. 95. Venda quitação e obrigação de 26-11-1693, com um tabelião e provedor dos contos da casa da rainha.

<sup>287</sup> IANTT, *ibidem*, ms. 9, fl. 96 v. Venda de 01-01-1693.

<sup>288</sup> IANTT, *ibidem*, ms.402, fl. 29v. 29-10-1692.

<sup>289</sup> IANTT, *ibidem*, ms. 424; fl. 79 v. 25-02-1699; Distrate e quitação.

Em questões de âmbito pessoal e comportamental, foram presos em 1683 o conteiro viúvo Pedro Neto Monteiro e a prima Maria de Faria, com filhos, moradores na entrada da Rua da Cutelaria.<sup>290</sup> O caso fora revelado por um seu aprendiz que contara publicamente esta relação, acabando por lhe fugir “*por medo de o ter descoberto.*” Denúncia reforçada pelo cutileiro Manuel da Gama (fogo 12) e pelo conteiro Domingos Soares (fogo 10), de que estava há “*anos amancebado com Maria de Faria, solteira e sua prima de portas adentro de quem pariu duas vezes e agora se foi a sobredita para S. Paulo quando veio a visita.*”<sup>291</sup>

Volvidos 12 anos, Maria de Faria ainda integrava o agregado com o seu filho em 1695, como sobrinhos, do qual fazia parte o filho do conteiro, Matias Neto, que aí permanecia em 1702.

No **Beco do Casco**, com pouco mais de uma dezena de fogos e quatro dezenas de habitantes e apenas um agregado de maior dimensão, verificou-se um crescimento populacional de 35%, em consonância com o parque habitacional. Os agregados familiares predominavam e a única actividade profissional além do serviço doméstico, relacionava-se com a laboração do forno. Em 1702 surge o extenso agregado do doutor Tomás Ferreira, que incluía além da sua mulher, o sogro e três cunhadas solteiras; um cirurgião, oficinas de torneiro, marceneiro e cutileiro.

Seguia-se o **Beco de Duarte Fernandes**, designado no rol de 1702 por **Beco do Ferro**, que sofreu um decréscimo acentuado de população e fogos ao longo do período, passando de 10 para 3 fogos, devido à derrocada de 8 de Janeiro de 1697 como atesta o óbito de Margarida Ferreira, moradora “*nas casas que caíram*”. No mesmo dia faleceram ainda “*nas casas que caíram*” dois filhos do casal, todos sepultados no Cemitério de Santa Ana.<sup>292</sup> Não apresentava nenhuma actividade profissional, sendo todos os fogos residenciais e com menção a ausentes e deslocados para o Brasil.

O **Beco do Alemo** registou a tendência inversa, um crescimento consonante com o parque habitacional, de 12 para 25 fogos e de 18 para 68 moradores. Da sua morfologia faziam parte umas escadas que se tornaram referência toponímica. Inicialmente só com fogos habitacionais, em 1702 adquiriu importância a presença elevada de militares, pessoal doméstico, alguns ausentes e mulheres visitadas.

Seguia-se depois para a **Rua do Arco João Correia** que entre 1693 e 1702 não aparentou disparidade quanto ao número de fogos e de moradores havendo, no entanto, uma grande depressão com posterior recuperação no período intermédio de 1695, regularizando-se o número de efectivos.<sup>293</sup>

---

<sup>290</sup> Em 1693 era morador no fogo 20, em 1695 no 21 e em 1702 no 24.

<sup>291</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, Ms. 14.

<sup>292</sup> ALPM, *Beco de Duarte Fernandes*, s.d.

<sup>293</sup> Existiam 120 moradores em 1693, 105 em 1695 e 131 em 1702.

Em 1693 predominavam os agregados familiares, havia algumas unidades laborais e o perfil social era muito heterogéneo, famílias abastadas, com destaque de doutores como o desembargador Domingos Nogueira de Araújo e um beneficiado, gente de ofícios, como alfaiates, também famílias de negros, mulheres visitadas eram oito em 1693, incluindo entrevados, mentecaptos e cegos. Este grupo era por vezes assistido em segredo, em casa, pela Misericórdia, com apoio alimentar, tratamento médico e de botica. Por vezes ficavam à guarda da família, surgindo como tias ou irmãs do cabeça de fogo. Foi o caso de Ana Maria, uma mulher cega que encabeçava o fogo 32 e que tinha na sua dependência uma filha, também visitada e outras quatro mulheres. Quando faleceu, em 1693, extinguiu-se o agregado.

Fariam parte do grupo de pessoas, entre 600 a 800 casas que os irmãos da Misericórdia assistiam e visitavam regularmente no final do século XVII.<sup>294</sup>

Em 1695 houve um aumento significativo de criados, contrastando com a diminuição de escravos. Em 1702 foi grande a viragem no perfil social, com aumento do número de letrados e pessoal doméstico e diminuição dos ofícios, incluindo o desaparecimento dos alfaiates.

O Arco de João Correia é um bom exemplo para constataremos as mudanças dos agregados, normalmente por alturas do São João, pois entre a elaboração do rol de 1702 (Março e Abril) e a Visitação (Setembro), alguns que constavam no segundo documento, não constavam no primeiro e vice-versa. Segundo o depoimento de 5 de Setembro, Sebastiana da Conceição, de 40 anos, casada com o sapateiro João da Costa, moradores no Arco João Correia (fogo 28), acusaram o vizinho Domingos João (fogo 26), trabalhador do estanque, de manter uma relação ilícita com “*certa pessoa que mora ao Socorro*”. Procurava-se preservar a mulher casada, não se referenciado o nome para evitar mais transtornos na instituição família.

Estava segura do facto “*porque é vizinha por ver entrar na casa e estar nela só com o denunciado todos os domingos e dias santos.*” Indicou os vizinhos que podiam depor, o barbeiro Nicolau Velho (fogo 8) e o pedreiro Luís de Sousa. Outros moradores mencionados não existiam em nenhuma das fontes como estando no fogo do barbeiro “*uma moça que chamam Luísa que vende pela rua e sua mãe e Nicolau Velho, todos moradores juntos.*” Segundo o rol, o barbeiro apenas partilhava o fogo com André Rodrigues. Pode ser um caso de integração posterior, ou tentativa de ocultação da relação ilegítima, situação que com frequência se verificou.

O depoimento do pedreiro Luís de Sousa, acrescentou que vinha “*conduzida por uma velha,*” conforme comportamento habitual das mulheres não trabalhadoras nas deslocações pela cidade; e o sapateiro João da Costa, revelou que a velha era Gracia Maria e morava na casa da denunciada. “*Fica lá horas e ele como vizinho sabe e que a Gracia Maria fica numa casa de fora e os denunciados*

---

<sup>294</sup> SÁ, 2010:297.

*entram para outra onde os ouviu muitas vezes de sorte que se saiu de casa porque são os sobrados baixos.”*

Morador no Rossio em 1695, surgiu nesta rua em 1702 o agregado do advogado cristão novo Jorge Mendes Nobre (fogo 16), onde vivia com a mulher, dois filhos, um criado e outros dois indivíduos indeterminados. No processo de judaísmo que a inquisição lhe moveu, tendo sido preso a 23 de Agosto de 1703, com 35 anos, toma-se contacto com alguns pormenores que compunham o seu quotidiano e mesmo características pessoais, como o vício do jogo. De facto, declarou-se sem bens de raiz, não tendo dinheiro em casa, porque tudo perdera ou empenhara devido ao jogo, sendo devedor a vários indivíduos em 3000 cruzados “[...] *que terão escritos em seu poder .“ Seriam de seu uso e da sua família algumas peças de ouro e prata, como brincos de orelha, broches e cordões de ouro, e entre os móveis de maior consideração tinha almofadas de seda, uma dúzia de cadeiras e alguns tamboretos, bofetes e roupa de seu uso, mencionando ainda os livros com que costumava despachar e que constava de um rol que se achava dos mesmos em sua casa.*”<sup>295</sup>

Seguia-se o **Beco do Regedor** situado atrás da igreja de Santa Justa, devendo-se a sua designação ao primeiro magistrado da Casa da Suplicação. O movimento demográfico denota regularidade em toda a observação, um pouco abaixo da meia centena. Não tinha nenhum tipo de actividade laboral, à excepção de um criado no fogo de um padre e de um soldado. Algumas mulheres da rua foram referenciadas pela prática de prostituição na Visitação de 1683.

Na **Travessa de São Cristóvão** o crescimento demográfico foi ligeiro com alguma implantação laboral, como o mestre de seda Francisco Martins, que ocupava um fogo isolado.

O agregado do beneficiado Francisco Antunes Pereira (fogo 1), compunha-se de um sobrinho e uma família nuclear de pais e dois filhos, que aí permaneceu até 1695. Em 1702, além do beneficiado e do sobrinho, havia uma ama, uma afilhada e dois criados. Este eclesiástico tinha sido alvo de denúncia por parte do barbeiro Baltasar Nunes, do Beco das Comédias, que o acusou de comportamento impróprio e amancebamento “*com uma mulher na Parreirinha,*”<sup>296</sup> facto que não ficou provado.

A **Rua do Bonete e Beco que vai para o adro na mesma rua** a que se acedia por uma escada, foi mencionada em 1551 como a Rua do Monturo do Bonete<sup>297</sup> e situava-se entre o Poço do Borratém e a Travessa da Parreirinha.

A evolução demográfica registou uma depressão acentuada em 1695, com retoma em 1702.<sup>298</sup> Apresenta um perfil social baixo, com pouca presença de serviçais, escassa actividade laboral e predomínio de agregados familiares pouco numerosos.

<sup>295</sup> IAN/TT, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, processo de Branca Lopes Henriques, fl. 8.

<sup>296</sup> AHPL, Visitação de 1702, ms. 321. 1702-09-30.

<sup>297</sup> OLIVEIRA, 1755.

Em 1693 era elevado o índice de fogos liderados por viúvos e forte presença de mulheres solteiras, outras com os maridos ausentes e algumas visitadas, como vimos um grupo vulnerável e muito dependente de redes de solidariedade, familiar ou institucional, cenário transversal a toda a observação. De facto, por toda a freguesia e nos vários estratos sociais se constatou o consórcio de mulheres, visitadas ou não, mulheres sem ligação aparente ou aparentadas, que partilhavam alojamento. Foi exemplo disso o fogo liderado por D. Paula de Sousa e que tinha na sua dependência uma irmã e duas sobrinhas, servidas por duas escravas. Em 1695 as escravas já não figuravam no agregado e em 1702, restava apenas uma com a indicação de doente.

Em 1695 a rua denota ligeira melhoria no perfil social, havendo fogos liderados por padres, um licenciado, oficinas de torneiros, o ofício mais representativo da rua e um torcedor de seda, João Rodrigues, com a mulher e um aprendiz. Ainda a presença de um ferro velho. Em 1702 houve maior especialização profissional, além das oficinas de torneiro, também esparteiro, sapateiros, soldados e mais pessoal doméstico.

No âmbito social, tomando como referência as Visitações, esteve muito associada a irregularidades comportamentais em 1683, evoluindo para nenhuma menção na de 1702, como resultado, mais do que da vigilância dos vizinhos, do tipo de agregados aí fixados, economicamente mais estáveis.

Algumas mulheres exerciam profissões, sem referência nos róis, compondo agregados solitários e sobrevivendo pelos seus meios. Foi o caso da lavadeira solteira Brites Correia, que em 1683 tinha 28 anos e que foi denunciada por estar amancebada com “*um soldado que veio da frota*”, assistindo como casados. Esta mulher nunca casou e viveu no Beco do Bonete até falecer, a 22 de Setembro de 1691, tinha 36 anos.

O alcoice e a alcovitice foram também meios de sobrevivência para algumas mulheres sós. A presença de uma liteira junto à casa da viúva Maria Madalena levantou suspeitas entre os vizinhos que a denunciaram.<sup>299</sup> Segundo uns, a liteira transportava uma mulher gorda, outros não conseguiam ver quem vinha na liteira porque “*se chega muito à porta da sobredita de maneira que ele não vê quem sobe para riba e disto poderão dizer os seus oficiais*,” segundo o sapateiro Valério João, que acrescentou que sabia que estava amancebada com o caixeiro António Antunes, sabendo disso por lhe fazer de calçar. O torneiro Francisco Rodrigues afirmou que dava casa de alcoice “*e ve entrar em casa dela o conde de vilar maior o velho numa liteira e também o desembargador Manuel Lopes de Oliveira e outras pessoas que não conhece*.”<sup>300</sup>

---

<sup>298</sup> Em 1693 100 indivíduos em 39 fogos, em 1695 89 indivíduos em 41 fogos e em 1702 115 indivíduos em 43 fogos.

<sup>299</sup> Dona de casa onde se praticava a prostituição

<sup>300</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14.

No **Beco Rosendo** o crescimento demográfico foi ligeiro, inicialmente com alguma elevação social, pelo elevado número de servidores domésticos, um licenciado, agregados numerosos e presença residual de ofícios, com apenas um sapateiro e em 1695 acréscimo de uma oficina de marceneiro. Este cenário passou em 1702 para um registo de diminuição de criados e escravos e saída de licenciados.

No **Adro de Santa Justa** a evolução populacional foi estável, mantendo-se pouco acima dos cem indivíduos e com um perfil social elevado, sendo muito marcante a presença eclesiástica, contando-se o agregado do prior Manuel Álvares da Costa, com a família próxima, o pai, irmão e tia, mais oito pessoas, incluindo quatro criados; aí viviam também alguns letrados e homens de negócio, coadjuvados por numeroso pessoal doméstico, em maioria no grupo dos assalariados e alguma relevância de ofícios e comerciantes.

A estrutura eclesiástica da paróquia de Santa Justa está bem documentada na Visitação de 1702, que foi dirigida pelo arcebispo de Cangranor.<sup>301</sup> Era vigário geral no arcebispado e prior da igreja desde 1684, o Dr. Manuel Álvares da Costa.<sup>302</sup> Dos oito beneficiados, um era residente, seis eram designados pela sé apostólica e dois eram de apresentação real. A sua principal função consistia em conferir esplendor e solenidade ao acto litúrgico, rezar no coro, tendo ainda obrigações de sacristia e administração de sacramentos actos que, segundo o prior, todos satisfaziam, embora nem todos os paroquianos partilhassem da mesma opinião.

O mecanismo da Visitação apenas permitia avaliar as irregularidades, através da qual a igreja perscrutava as relações, da esfera do privado ao público e institucional, da família, ao indivíduo, admitindo a *vox publica*, a suspeita e o ouvir dizer. No combate do desvio e do pecado também o comportamento de eclesiásticos foi escrutinado, com maior veemência em 1683. As queixas mais frequentes foram contra o prior Tadeu Carlos de Carvalho, algumas por confidência dos beneficiados<sup>303</sup> a vizinhos e pessoas de suas relações. Prendiam-se sobretudo com a aplicação de sacramentos e assuntos de cobrança de direitos, como a recusa no enterramento de paroquianos,<sup>304</sup> e de sacramentos na ocorrência de óbitos, a exigência de somas “*em demasia*” na oferta de baptismos e casamentos, como declarou o pintor Manuel Pereira, da rua dos Vinagreiros, que tendo ido “*baptizar*

---

<sup>301</sup> AHPL, *Visitação de 1702*, ms. 321, fls. 106 e sgts. Entre 31-08 a 26-09-1702.

<sup>302</sup> Era de concurso ordinário, com reserva dos meses, de rendimento incerto, composto de benesses e pé de altar.

<sup>303</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14. O meirinho António Gomes de Alvelos ouvira aos beneficiados António Dias e Manuel da Silva, que morrera uma mulher sem sacramentos sem o prior lhos querer dar. O padre Vicente da Silva acusou o padre prior de na “*oferta dos baptizados e recebimentos pedir em demasia mais do que lhe dão e quando os pais das crianças querem que se baptize com capa o não quer consentir sem lhe darem um tostão no que há queixa o que sabem todos os beneficiados da casa.*”

<sup>304</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms.14. Segundo o testemunho do alfaiate André Leal, que fora testamenteiro de Gracia Francisca, deixando esta em seu testamento seis mil réis aos padres da igreja de oferta, eles não quiseram aceitar nem enterrá-la por menos de 8 mil réis, como com efeito lhe deu ele que lhe deram quitação.

*uma criança a esta igreja e dando 250 reis de oferta ao padre prior e ele lhe disse que era pouca a oferta para tantos ramalhetes e demais lhe levou um tostão pela capa.”*

Mas as acusações ultrapassam esta vertente, focando persistentemente a falta de abstinência e comportamentos impróprios nos templos, como no relato de Manuel Pinheiro, do Pocinho de Entre as Hortas, que denunciou a má conduta dos beneficiados no interior do templo, que “*nas tribunas desta igreja por ocasião da quaresma e mais festas vem mulheres a elas passando pelo coro por intervenção do beneficiado Antonio Dias estando as ditas mulheres com alguma indecência principalmente nos domingos de tarde de quaresma em que ouve passos nesta igreja.*”<sup>305</sup> Acusou os beneficiados de nem sempre comparecerem às obrigações no coro por “*jornadas suas particulares,*” não sendo por isso penalizados. O cura de estar amancebado e que tal ouvira aos padres António Ferreira, tesoureiro da igreja e António Fernandes Freire, coadjutor em São José. Houve ainda referências a beneficiados que mantinham mulheres por conta, mulheres casadas a título de parentesco ou de “*portas adentro*” como amas, sendo “*público e notório na vizinhança*” o amancebamento.<sup>306</sup>

O padre António Ferreira acusou a hierarquia de monopolizar os sacramentos, afirmando saber que nos enterros e mais benesses da igreja “*que se chamam sempre alguns clérigos para tudo havendo muitos na freguesia que se podem chamar e se deve repartir por todos por turno.*”

O prior Tadeu Carlos de Carvalho fez os últimos registos em Junho de 1683, vindo a falecer em Novembro do mesmo ano. Foi substituído pelo cura Luís Dias, que passou a prior encomendado, assim se mantendo até ingresso do novo prior em 1684, o doutor Manuel Álvares da Costa. Além da direcção espiritual da hierarquia e povo de Santa Justa tinha como incumbência a boa gestão dos bens da igreja, participando no decurso do período com outros membros do corpo eclesiástico em actos de beneficiação e investimento de bens emprazados.

Em 1694, reunidos em cabido, o prior e os beneficiados Manuel da Silva, António do Vale Sotomaior e Francisco Antunes Pereira renovaram um prazo das casas localizadas atrás da capela mor da igreja, com um foro anual de 1500 réis.<sup>307</sup>

A renovação do corpo eclesiástico foi frequente no período. Em 1699 deu-se a colação de dois beneficiados, António de Melo de Ataíde, clérigo *in minoribus*<sup>308</sup> por óbito do padre Manuel da

<sup>305</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms.14.

<sup>306</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14. O cutileiro Manuel da Gama, da Cutilaria, acusou o beneficiado António Dias de entrar em casa de certa mulher casada como parente, murmurando-se que não tem parentesco e que entra a mau título. O beneficiado Salvador Luís da Costa, [...] lhe tem visto fazer algumas [acções] pouco honestas.

<sup>307</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 410, fl. 80 v. Renovação de prazo e obrigação de 13-12-1694.com Francisco de Lucena de Vasconcelos era assistente na banda dalém nos fornos del rei. Era um prazo foreiro em vidas que pagava de foro anual 1500 réis, tendo sido a ultima vida de Manuel de Lucena de Vasconcelos, pai de Francisco, que lhe sucedeu como filho mais velho tendo-lhe sido adjudicado nas partilhas que se fizeram no juízo dos órfãos. Constavam de altos e baixos com seu oirado [terraço] e outras pertenças que como sucessor estava obrigado a benfeitorias nas casas, o que fez, estando bem consertadas e aumentadas.

Silva, e D. Diogo de Noronha, nomeado como perpétuo beneficiado pelo óbito do inquisidor Sebastião Diniz Velho, “*fiando dele que servia bem acudindo as obrigações*”, cometendo a ambos “*a serventia no espiritual somente, devendo acudir a si caseiros e foreiros com todos os réditos, frutos, proveitos.*”<sup>309</sup>

A igreja paroquial de Santa Justa já existiria ao tempo da trasladação dos ossos de S. Vicente para Lisboa, em 1173 “[...] *entrando pelo braço de mar, terra adentro, desembarcaram à Mouraria, e nesta igreja de Santa Justa se hospedou o pároco, até se transferirem para a nobre Sé Catedral.*”

310

O tombo da cidade feito após o terramoto indica que a igreja tinha de comprimento incluindo a capela-mor 182 p. (55,47m) e de largura pela parte da porta principal 101 p. (30,78 m) e pela parte da capela-mor 94 p. (28,65m). Tinha sacristia e uma casa mística, sobrepostas por dois andares, da Irmandade do Santíssimo Sacramento, onde se localizava a casa do despacho e tinha um quintal onde havia uma casa de forma triangular, que era separado da igreja por um corredor que tinha de comprimento 107 p. (32,61m) e de largura 16½. (5 m).<sup>311</sup>

Era uma igreja sumptuosa de uma só nave, sem arcos ou colunas,<sup>312</sup> com duas portas, a principal virada a poente e a outra para o norte, numa das quais expunha a imagem de S. Vicente.

Tinha várias capelas, com capelões perpétuos, obrigados a missa quotidiana. Na maior, expunha-se o Santíssimo, com uma irmandade muito rica cujo juiz perpétuo era o Duque de Cadaval.<sup>313</sup> A capela de Santa Justa e Santa Rufina, dos oleiros; a capela de N. Sra. da Conceição, cujo capelão era em 1698, o clérigo in minoribus Cipriano Pereira Leitão.<sup>314</sup> Ainda as capelas de Santa Cecília com a irmandade dos músicos, S. Simão, S. Valentim, de Santa Catarina, a de Santo André com a Irmandade das Almas, de S. Marçal com a confraria dos Pasteleiros, a de S. Gregório e a do Bom Jesus.<sup>315</sup> Tinha nove altares, o mor, o do Rosário reservado ao Evangelho, S. Gregório, S. Marçal, Almas no de S. André, o da Epístola onde estava a imagem também de grande devoção do

---

<sup>308</sup> AHPL, *Livro de benefícios e ofícios do arcebispado de Lisboa onde estão registados as pensões de benefícios, ofícios, dotes de igrejas e capelas*, ms. 305, fl. 289v. Janeiro de 1699. Falecera em Junho.

<sup>309</sup> AHPL, *Idem*, ms. 305, fl. 266v. O inquisidor faleceu a 30 de Dezembro de 1699.

<sup>310</sup> CASTILHO, 1936, IV:166/217.

<sup>311</sup> ALPM, *Igreja de Santa Justa*, s.d.

<sup>312</sup> CARDOSO, 1767-1768.

<sup>313</sup> CASTRO, 1870, III: 183.

<sup>314</sup> AHPL, *Livro de benefícios e ofícios do arcebispado de Lisboa*, ms. 305, fl. 219v. Era administrada em 7 de Agosto de 1698 por António de Melo Lobo Rodrigues e Castanheda que lhe fez carta de colação passada por D. Luís de Sousa arcebispo de Lisboa capelão mor del rei e do seu conselho de estado

<sup>315</sup> COSTA, 1869, III:276.



Senhor Preso à Coluna.<sup>316</sup> O da Conceição e Santa Cecília no de S. Sebastião, S. Simão e S. Judas, e o último o de Santa Catarina com Santa Luzia.

Os fregueses de Santa Justa dispunham ainda de cinco irmandades e quatro confrarias como espaço de veneração, consoante as devoções particulares, os interesses profissionais e a busca de protecção, tratando-se sempre de um espaço de fé aliado a necessidades terrenas, enquadrando parte das redes de sociabilidade.<sup>317</sup> Os seus carneiros receberam cerca de 50 enterramentos entre 1690 e 1702, sobretudo no da irmandade do Senhor.

A maioria das irmandades tinha compromisso e eram votivas a São Marçal, Senhor Jesus, Santa Cecília, Almas e São Valentim e as quatro Confrarias, de São Gregório, São Sebastião, São Simão e de Santa Luzia. À excepção da confraria de São Gregório, que tinha o foro de dois mil réis numas casas detrás da Igreja, e que na apresentação das contas relativas a 1671 e 1702, entregou um crédito de 45.895 réis ao tesoureiro Manuel Delgado, as restantes ainda que com inventário, eram devedoras e não tinham bens próprios, como a do Senhor declarada em 1702 como uma confraria, sem compromisso, com inventário de 1692, mas devedora de 5.870 réis.<sup>318</sup>

As questões financeiras com que por vezes se debatiam surgem-nos na documentação de diversas formas, revelando problemas de liquidez e/ou capacidade de investimento e meios de resgate, sobretudo a irmandade do Senhor. Em 1694 passou procuração<sup>319</sup> a três moradores de Goa, para obtenção de bens e fazendas legadas em testamento por uma viúva de um capitão falecido no Estado da Índia.<sup>320</sup> No mesmo mês, Patrício Nunes<sup>321</sup>, por entrega de areias a 4% de juro, lavra uma obrigação assumida com a mesa do Senhor, ficando devedores e obrigados na quantia de 200 mil réis,<sup>322</sup> cujo distrate e quitação surge cerca de um ano depois, a 11 de Março de 1695, através do escrivão da irmandade, sendo pagos os 500 mil réis de que era devedora.<sup>323</sup> Ainda em Março de 1694 novo instrumento de distrate com um homem de negócio, João Gomes de Moura a quem a irmandade devia um conto e cem mil réis.<sup>324</sup>

---

<sup>316</sup> Era tradição atribuir-se como escultor um perito castelhano, que a fez somente pela hospedagem, que lhe facilitou a caridade do Reverendo pároco então existente e que teria sido o mesmo que fizera a segunda imagem de N. S. dos Passos da Graça.

<sup>317</sup> ABREU, 1992.

<sup>318</sup> AHPL, *Visitação de 1702*, ms. 321, fls. 106 e sgts.

<sup>319</sup> IAN/TT, *15º Cartório notarial de Lisboa*, ms. 407, 29 v. A 2 de Março de 1694. Representada pelo juiz, o Duque D. Luís Ambrósio de Melo, o escrivão Luís Gomes Coelho, o tesoureiro, João Rodrigues e o procurador Manuel Delgado Figueira. Procuração aos irmãos João Machado e Paulo Machado e Vidal Bravo da Fonseca.

<sup>320</sup> IAN/TT, *15º Cartório notarial de Lisboa*, ms. 407, fl. 29 v. Tratava-se de Isabel Maria, viúva do capitão mor João Serrano.

<sup>321</sup> Morador na Praça da Palha, fogo 67.

<sup>322</sup> IAN/TT, *15º Cartório notarial de Lisboa*, ms. 407, fl. 36v.

<sup>323</sup> IAN/TT, *Ibidem*, ms. 411, 96 v.

<sup>324</sup> IAN/TT, *Ibidem*, ms. 407, fl. 43 v, dia 18. pagos a juros de 5%, desde Agosto de 1667

Desta igreja só resta a memória “*ardeu [...] toda, havendo escapado da grande comoção que arruinou a outras no dia no dia 1 de Novembro de 1755. Depois fizemos uma acomodação dentro que agora se tira para correr direita uma das espaçosas ruas que cortam a cidade queimada.*”<sup>325</sup> Após o terramoto, a paróquia esteve num barracão no Rossio e depois foi transferida para a Ermida de S. Camilo, ao Borratém, mais tarde para o templo incendiado de Santa Justa e, finalmente, em 1835, para a igreja do convento de São Domingos. Em Dezembro de 1834, foi projectada a demolição do adro de Santa Justa porque saía fora do alinhamento, solicitando a necessária permissão da autoridade eclesiástica, “*pelo muito que deturpava a beleza da rua em que era situado*”, só concedida no ano seguinte.<sup>326</sup>

Exemplo da centralidade da freguesia de Santa Justa, em 1701 o provincial da Província de Santo António enviou alguns religiosos para irem na monção desse ano para as missões que a província tinha no Estado do Maranhão e do Pará entre os quais, seis não tinham ainda ordens e como “*o dito estado se acha sem bispo, nem o ha em parte circunvezinha a ele, aonde os ditos religiosos as possam ir tomar lhes é necessário levalas de cá do Reyno, e como os navios estão a pique p<sup>a</sup> fazerem jornada,*”<sup>327</sup> foi mandado, por despacho de 25 de Janeiro de 1701 que “*o prior de Santa Justa examine estes seis religiosos*” em exame privado. O que de facto fez a 31 de Janeiro de 1701, colocando o despacho “*Examinei aos seis religiosos na forma que V. Em<sup>a</sup> me ordena e os aprovei na sciencia como declaro nos despachos que puz nas suas patentes.*”

Da Rua da igreja, descia-se por uns degraus de pedra para a travessa do Alemo, onde a rua fazia uma garganta e teria cerca de 11 palmos (2,2m).<sup>328</sup>

Nas **Escadas de Santa Justa** o crescimento foi quase imperceptível, com um número de efectivos próximo das duas centenas, tornando-a por isso uma das vias mais populosas. Distingua-se também pela mescla de condições sociais, comungando no mesmo espaço tabernas, palácios e casas de habitação de todas as condições, muitas com oficina. Aqui vivia também o padre tesoureiro e os cerieiros Urbano de Araújo e António Cardoso.

O cenário profissional era dominado pelas actividades artesanais de manufactura de madeira e têxtil e comerciais sobretudo contratadores, mas também militares e muito pessoal doméstico e aprendizes.

O número de escravos era elevado, havendo um fogo de nove, encabeçado por outro, Diogo Estuperate. Os Registos Paroquiais estão repletos de escravos negros, mulatos, índios do Brasil, indianos, mouros, turcos, mas a maioria destes escravos eram negros e mulatos nascidos em Lisboa,

---

<sup>325</sup> CARDOSO, 1767-1768, XX: 795/8. Informação do Prior Alex. Fer<sup>a</sup> Fr<sup>e</sup> em 23/07/1759.

<sup>326</sup> ALPM, *Santa Justa*, s.d.

<sup>327</sup> AHPL, *Expediente* 1700-1702, ms. s/n. Requerimento.

<sup>328</sup> OLIVEIRA, 1896, vol. X:262.

cerca de 17,5%, seguido pelos do Congo e de Benguela, cerca de 16%, cujo comércio tinha sido revitalizado devido ao trato entre Angola e o Brasil. Também tinham algum peso, com cerca de 13%, os escravos provenientes da Costa da Mina, outro porto abastecedor do mercado de escravos para Lisboa.<sup>329</sup> Embora sujeitos a proibições e restrições, o seu quotidiano laboral não diferiria muito dos restantes, no serviço doméstico, nos ofícios e especializando-se em actividades urbanas, os homens como marítimos, estivadores da Ribeira, artesãos, as mulheres mais envolvidas nas tarefas domésticas, havendo um ou mais na maioria de casas de todas as condições.

No **Pocinho de Entre as Hortas** o contingente populacional situou-se nos duzentos indivíduos e o parque habitacional tinha 55 fogos. O ligeiro decréscimo de estatuto social associou-se a uma maior presença de mulheres em situação de visitadas ou a liderar agregados por ausência dos maridos. O elevado número de agregados e a presença de actividade laboral, com núcleos de maior especialização e diversificação profissional<sup>330</sup> foi outra característica. Em 1702 as maiores alterações derivaram da presença acentuada de militares, eclesiásticos e domésticos que se tornaram a força laboral predominante, embora muito disperso pelas habitações.

Entre os episódios que ilustram factos, procedimentos e notícias característicos da sociedade portuguesa dos séculos XVII e XVIII foi representativo o percurso do homem de negócio João Gomes de Moura (fogo 37) que em 1693 liderava um agregado de 12 elementos, com irmãos, um filho e outros não identificados. Os irmãos João Gomes de Moura, o beneficiado Gabriel de Moura e Gonçalo de Moura, o coxo, foram denunciados na Visitação de 1683, por manterem relações ilícitas. O beneficiado mantinha uma mulher na rua da Oliveira, à guarda de Francisco de Moraes, onde assistia a acusada, a quem pagava uma quantia.<sup>331</sup> Entre os investimentos e transacções de avultadas somas em que João Gomes de Moura esteve envolvido contaram-se cobrança de dívidas<sup>332</sup> e trespasses de empréstimos como o da Irmandade do Santíssimo que fizera em 1667, de um conto e cem mil réis, cujo distrato ocorreu em 1694.<sup>333</sup> Também investiu em aquisições como em 1698, de uma propriedade em Alenquer para o seu filho, o abade Diogo Rodrigues de Moura.<sup>334</sup>

Em 1699 pediu dois mil cruzados emprestados ao inquisidor Estêvão de Brito Fojos, *por lhe serem muito necessários*<sup>335</sup> e no mês seguinte emprestou quatro mil cruzados a Tomás de Sousa da Costa, cavaleiro da ordem de Cristo, com o penhor do seu ofício de alcaide da Ribeira, ficando em

---

<sup>329</sup> RIJO, 2011.

<sup>330</sup> Oficina de jurrador, um arrieiro, em 1702 um salteiro.

<sup>331</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14. Do desfecho destas acusações nada se sabe por não existir livro de termos.

<sup>332</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 405, fl. 79. Trespasse obrigação e acção D. Antónia da Cunha e Ataíde, viúva de Genes Timão de Barahonas, morgado de Barahonas, a 09-10-1693.

<sup>333</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 407, fl. 43 v. Foi procurador da irmandade Manuel Delgado Figueira, boticário do Poço do Borratém.

<sup>334</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 419, 68 v. Venda, quitação e obrigação, 13-03-1698 de um casal na cabeça dos Alinos em Alenquer, por 3000 cruzados forros de sisa.

<sup>335</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 426, fl. 29. Obrigação por 6 ¼% de juro em 02-06-1699.

poder do negociante a carta como penhor e caução.<sup>336</sup> Após esta data a família deixou de surgir na freguesia.

Como já vimos, a protecção e sobrevivência dos indivíduos na velhice ou em situações de doença era provida pela família quando existia, pela Misericórdia, que tinha um determinado número anual, ou ainda colocando-se sob a protecção de alguém. A expressão desse tipo de rede de solidariedade que acobertava proveito foi protagonizada pelo cirieiro da rainha, Manuel Ferreira de Azevedo, morador ao Pocinho de entre as Hortas, quando em 1695 aceitou Joana de Morais sob a sua protecção. Esta mulher “*com muitos anos*” era viúva de Baltasar Fernandes, que vivera na Rua Nova de Almada e era proprietária de casas na Rua dos Alemos. A idade, a confiança e agradecimento que tinha a Manuel Ferreira foram os argumentos para a doação das casas “*com tudo a ela tocantes.*” Em contrapartida ficava em sua companhia, com sustento e necessidades que tivesse “*enquanto viva,*” ficando o cirieiro obrigado por sua morte, a despendar 40 mil réis em disposições testamentárias, enterro, missas e esmolas.<sup>337</sup> Em Junho do mesmo ano assinaram outra obrigação para que o cirieiro pudesse cobrar e chegasse a acordo com os religiosos do Carmo devido a “*uma cadeia de ouro que pusera em mão e poder do padre frei Manuel da Apresentação, sacristão mor que foi do convento e mais umas cordas de oiro que os religiosos dizem não se achou*”, devendo cobrar o valor da cadeia e dos cordões “*na quantia que lhe parecer*”, bem como “*cobrar e arrecadar todas as suas dívidas de dinheiro, bens móveis e de raiz, rendimentos, alugueres de casas.*”<sup>338</sup>

O cirieiro Manuel Ferreira fora testemunha na Visitação de 1683, tinha então 22 anos e vivia no Pocinho de Entre as Hortas, sendo já cirieiro da princesa.<sup>339</sup> Em 1693 vivia no fogo 53 com a mulher, quatro filhos e a escrava Luzia, que permanecerá com a família em todo o período estudado. Contaram-se seis filhos ao longo da observação. Em 1695, saiu do agregado o filho Domingos Gomes e no rol de 1702 o filho Agostinho Gomes. O agregado teve ainda como alteração o acréscimo de um criado mas em nenhum dos róis figurou Joana de Morais, que apenas surgiu no registo de óbito de 1 de Fevereiro de 1698, sendo sepultada no Carmo.<sup>340</sup>

A parte norte da **Rua da Bestesga**, aqui analisada conjuntamente com o **Beco da Estalagem e Fora do Beco** pertencia à frontaria lateral do Hospital Real, registando um ligeiro decréscimo populacional, de 200 para 195 indivíduos, alojados em 91 fogos.

---

<sup>336</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 427, fl. 21 v. Instrumento de obrigação. 27-07-1699.

<sup>337</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 412, fl. 31. Doação e obrigação, incluindo cláusula de período experimental, “se não quiser estar com ele reserva os rendimentos das ditas casas para ela os cobrar e nesse caso não é obrigado a dar o seu sustento.

<sup>338</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 413, fl. 54.

<sup>339</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, Ms. 14, fl. 247. Foi referido por um vizinho num caso de “amancebado de portas adentro.”

<sup>340</sup> ADL, RPL, Santa Justa, *Óbitos*, 240 O.

Junto ao Hospital Real localizou-se o primeiro recolhimento das órfãs, em casas contíguas à roda, ou beco dos enjeitados, sendo daí transferidas por D. Sebastião, após um contágio que houve na corte, para umas casas junto do Castelo.<sup>341</sup>

Existia uma forte presença de cirurgiões e barbeiros entre os seus moradores, mas também taverneiros, estalajadeiro, tendeiros e serviçais. Em 1702 há decréscimo acentuado de cirurgiões e o estalajadeiro desaparece do rol, surgindo então duas oficinas de alfaiates, mais tendeiros e “homens de ganhar”.

Em 1702 uma das alterações mais significativas da rua foi a presença de “homens de ganhar” cujo grupo duplicou, assistindo em duas tavernas. O estabelecimento de um agregado de artistas castelhanos no Beco e o acréscimo de fogos liderados por mulheres, cerca de 25%, na maioria viúvas, com agregados a seu cargo, mas também pela ausência dos maridos, com uma pequena percentagem a desempenhar profissão de tendeira e taverneira. No entanto, embora não mencionadas no rol de confessados, muitas das mulheres que integravam agregados familiares, na dependência dos maridos, ou sozinhas, exerciam profissões. Foi o caso de Jerónima da Conceição, de 40 anos, que vendia no Rossio, era moradora fora do Beco (fogo 30), estava casada com Vicente Ribeiro e era mãe de Antónia da Conceição.

Josefa Quaresma, natural dos Anjos, pertencia ao agregado do doutor Manuel da Silva Pereira, no Beco da Estalagem (fogo 1). Incorreu no crime de amancebamento com o ajudante José Nunes, morador ao Pasteleiro da Inquisição, sendo presente a 22 de Setembro de 1702 na igreja de Santa Justa, *declarando-se pela devassa com o argumento de que ele lhe prometera casamento e de a haver desonrado e querendo obrigá-lo, denunciou-o*. De facto no auto de queixa de 20 de Setembro, que declarou não ter calúnia, afirmou a desonra e o facto de ter dois filhos, tendo-o *consentido por o denunciado lhe dar palavra de casamento*.<sup>342</sup> Esta foi uma estratégia utilizada por algumas mulheres para forçar os parceiros que se furtavam ao casamento, que neste caso veio a acontecer a 26 de Dezembro de 1705 na igreja de Santa Justa.

No **Beco das Farinhas** verificou-se um aumento do parque habitacional que não foi acompanhado pelo crescimento populacional. A serventia acolhia grupos sociais mais desfavorecidos onde predominavam os agregados familiares simples, algumas mulheres visitadas e quase ausência de actividade laboral, com excepção do fogo 14 onde existia uma atafona dirigida pela viúva Maria Ribeiro. Este agregado de quatro filhos e um criado, já não figurou no rol seguinte. Em 1695 surgiu uma taverna e em 1702 instalou-se um grupo de soldados nos fogos 3 e 5. Como se tem vindo a verificar, este acréscimo foi generalizado a toda a freguesia, provavelmente devido à preparação da

---

<sup>341</sup> CASTRO, 1870, III: 152.

<sup>342</sup> AHPL, *Visitação 1702*, ms. 351.

defesa contra Castela, pois a presença da soldadesca duplicou entre 1693 e 1702, o que acabou por ter consequências no âmbito interpessoal, gerando na Visitação de 1702 numerosas denúncias que os envolveram. Foi o caso do soldado Manuel da Silva, morador no beco vizinho. Foi denunciado pelo salteiro Manuel de Magalhães (fogo 7) de estar amancebado com Maria, que vendia pela rua, vivendo de portas adentro. Referiu como testemunha Mariana Duarte e a sua mãe, moradoras no mesmo beco, que no dia 2 de Outubro de 1702<sup>343</sup> declararam que “*era público em toda a rua que Manuel da Silva, soldado morador no beco que saía da Rua das Farinhas para a Bitesga, chamado o Beco das Cristaleiras andar amancebado com Maria Francisca, que vendia pela rua e sabia por ouvir dizer*”.

Na praça do **Terreiro do Mendanha** alojavam-se 76 indivíduos em 21 fogos no ano de 1693, passando em 1702 para menos dois moradores e mais três fogos. Aqui predominavam agregados familiares de artesãos, eclesiásticos e famílias de estatuto social um pouco mais elevado, como o de Simão Lobato Quinteiro (fogo 20) que em 1697 tentou adquirir as casas que habitava, em praça pública, a Pedro da Silva Rodarte, tendo sido impedido de finalizar o negócio pelo doutor João da Silva Rodarte, filho do primeiro, por alegação de a propriedade lhe pertencer.<sup>344</sup>

Como equipamentos de apoio colectivo havia um forno, uma atafona, uma taverna e duas oficinas, uma de sapateiro, outra de torcedor de seda.

Em 1702 mantêm-se as principais características sociais, económicas e profissionais da rua, passando a existir duas tavernas e um marceneiro. Foi este, Francisco João (fogo 22), que denunciou a presença de uma mulher dama na rua, Maria de Azevedo, a única ocupante do fogo. O mesmo Francisco João denunciou ainda um caso de amancebamento de uma vizinha que vendia tintas, com um militar ajudante, não sabendo os nomes de ambos, mas via-os como marido e mulher. Deu como testemunhas o torcedor de seda, Manuel Martins (fogo 18) e o atafoneiro Domingos Francisco (fogo 9).

A **Travessa das Cristaleiras** registou uma diminuição de 22 para 20 fogos, mantendo-se os 54 habitantes.

Existiam aqui agregados mais numerosos em núcleos familiares simples, apenas um atafoneiro, três criados, mas também fogos ocupados por entrevados, visitadas e negros denotando maior precariedade ao nível social, cenário que melhorou ligeiramente em 1702, visível na diminuição do número de pessoas visitadas.

---

<sup>343</sup> AHPL, idem, ms. 351, Fl. 142 v.

<sup>344</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 418, fl. 12 v. Desistência de 03-12-1697.

A **Rua da Porta Nova** ligava à rua do Adro de Santa Justa e corria no sentido norte/sul, tendo de comprimento até ao Adro da Igreja 115 p. (35,5 m) e de largura 11 e 13½ p. (3,35 a 4 m).<sup>345</sup> Verificou-se um decréscimo populacional acentuado em 1695, com reposição dos efectivos em 1702, passando de 174 para 182 habitantes com uma depressão intermédia a situar-se nos 156, mas com ocorrência inversa no parque habitacional, passando de 52 para 48 fogos.

A actividade artesanal foi muito importante e inicialmente com alguma associação a produção artística, como um escultor, um pintor, um violeiro, estudantes e na área alimentar um taverneiro, pasteleiro e confeitores. Grande presença ainda de sapateiros, alfaiates, barbeiros e cirurgiões, um boticário e cerieiros. Em 1702 desapareceram os artesãos ligados à produção artística e cresceu o número de tendeiros, tavernas, sapateiros, marceneiros, os militares, aumentando consideravelmente o número de moradores com ocupação profissional, que passaram de 66 para 84.

O **Beco do Ligeiro** não apresentou alterações significativas no período de observação. Era uma pequena rua, sem actividade laboral, com seis fogos, cinco dos quais familiares e cerca de 19 moradores e onde existia elevado número de mulheres viúvas, algumas consorciadas e visitadas, situação que se alterou em 1702, diminuindo esta presença em prol de famílias nucleares com filhos.

O **Poço do Borratém** já aparecia mencionado na Estatística de 1552 “*o do Borratém, a São Mateus, que há de grandíssima água e boa*”.<sup>346</sup> Francisco da Fonseca Henriques no *Aquilégio Medicinal*, de 1726, situa-o chegando às casas do Couto dos Marqueses de Cascais, *o grande poço de Borratem, muy abundante de agoa, de que bebe a maior parte da sua vizinhança; a qual é commumente reputada por boa para os padecem achaques de calor, assim bebendo-a como tomando banhos nela*.<sup>347</sup>

Também na *Polyanthea Medicinal*, de João Curvo Semedo, de 1695, é descrito como “*admirável para curar as comichões, impingens, postelas, gretaduras e achaques do fígado*”.<sup>348</sup> Trabalhavam no Poço tiradores de água que eram em 1702 Domingos Pereira e Diogo de Moura e numerosos aguadeiros.

Os condes de Monsanto e marqueses de Cascais possuíam ao Borratém a Casa do Couto que tinha como cabeça do coutado a ermida de S. Mateus. Esta situava-se no extremo nordeste do palácio dos Marqueses de Cascais, em frente à calçadinha de S. Pedro Mártir. Instalaram-se numa dependência do palácio junto à ermida, pouco antes do terramoto, para prestar assistência aos agonizantes do Hospital Real a ordem dos clérigos regulares, ministros de enfermos de S. Camilo de Lellis, que passou a designar-se de convento dos Camilos.

---

<sup>345</sup> ALPM, *Rua da Porta Nova*, s.d. Tombo 1755, X – 106v/107.

<sup>346</sup> BRANDÃO, 1923, 90.

<sup>347</sup> HENRIQUES, 1726, p. 265.

<sup>348</sup> FREIRE, 1933, p. 20.

No decurso da década estudada verificou-se uma evolução demográfica muito acentuada, não acompanhada pelo parque habitacional, passando de 77 para 110 moradores, com acréscimo de apenas dois fogos. Muito marcada pelos agregados numerosos, a rua do Poço do Borratém, captou agregados de condição social elevada, talvez pela proximidade ao couto de Mateus e outros palácios.

No cenário profissional predominou o pessoal doméstico e houve implantação de ofícios de sapateiro, sombreireiro, torneiro, barbeiro e dois taverneiros. Em 1702 o fogo nº 19 era ocupado por um agregado de 26 indivíduos, de origem francesa, dirigido por Monsieur de Pina.

Relativamente a 1702, as principais alterações foram o aumento do número de criados e a presença de “homens de ganhar”, reduzindo o número de oficinas para três, subsistindo um alfaiate, um marceneiro e um ferrador.

Em 1693 vivia no fogo nº 1 o Contador da Fazenda Real, mais tarde Corregedor Mor Miguel Rebelo, liderando um agregado extenso de estrutura indeterminada. Um mercador da Rua Nova, António Ferreira Cardoso, era-lhe devedor e a seu irmão António Rebelo, da avultada quantia de 15.400 contos.<sup>349</sup> Esta dívida ficou após a sua morte a cargo do filho mais velho, José Cardoso, enquanto tutor dos irmãos.

O seu agregado era contíguo à casa do capitão Diogo Lobato Leitão, que fez carreira militar no Brasil e teve vários cargos no funcionalismo régio na corte. Faziam parte do seu agregado a esposa, a mãe e filha, seis criados e um escravo. Diogo Lobato Leitão que em 1694 era escrivão da Correição do Cível, tinha entre os seus bens e propriedades de raiz um forno em Camarate que vendeu nesse ano, com o seu direito e senhorio, incluindo vinte almudes de vinho e três galinhas, pagos de foro em fatiota.<sup>350</sup> Viveu no Poço do Borratém pelo menos até 1695, vindo a falecer a 11 de Maio de 1699, na sua moradia no Rossio e foi sepultado no convento de S. Francisco da Cidade.

Em 1698 já ocupava o fogo nº 2 do Poço do Borratém o Doutor Brás de Oliveira Pais e o seu filho José de Oliveira Pais, emancipado pelo pai para poder fazer uma escritura com João de Mesquita Pimenta, de uma dívida de ambos no valor de 134.035 réis.<sup>351</sup>

Os rendimentos provenientes de mercês foram frequentemente, como já foi visto, alvo de negócios, constituindo apenas mais um exemplo o contrato entre o homem de negócio Pedro Furtado, do Poço do Borratém e Manuel da Silva de Ataíde, de Valverde, ambos rendeiros da comenda de S. Pedro de Aguiar, propriedade de Gonçalo José Carneiro Patalim, de cuja exploração por um período de cinco anos, resultaram três mil cruzados.<sup>352</sup>

---

<sup>349</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 404, fl. 79. Declaração de 20-07-1693.

<sup>350</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 410, fl. 87 v. Quitação e obrigação.

<sup>351</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 418, 88 v. 27-01-1698. Obrigação.

<sup>352</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 420, fl. 132. 22-06-1698. Quitação.



O empréstimo de dinheiro a juros, era outro acto muito comum nesta sociedade que ultrapassava a condição social e visava apenas o interesse mútuo. A variação da taxa de juro estava entre os 5% normalmente aplicada entre indivíduos com alguma proximidade, sendo a mais usual 6 ¼%. Era uma forma de acrescentamento de rendas, e era certamente o caso do boticário do Poço do Borratém, Manuel Delgado que emprestou 200 mil réis por um ano, em 1699, a João Nunes, oficial de tanoeiro e sua mulher, moradores na rua direita da Mouraria.<sup>353</sup>

No âmbito da irregularidade moral o episódio de maior destaque foi um caso de amancebamento agravado pelo consentimento do marido e que envolveu o taverneiro António Pires, denunciado por outro taverneiro, André Gonçalves que afirmou “*todos dormem na mesma loja e sabe por ver*”. Referiu como testemunha outra vizinha, a tendeira Bernarda de Oliveira, conhecida como a Ruiva. Ao ser chamada pela Visitação, confirmou que comiam os dois juntos e o que diziam ser seu marido, *vira-o estar com o seu criado atrás da porta*. Levada pela curiosidade, a testemunha terá perguntado à denunciada *quem lhe era aquele homem homiziado detrás da porta e que ela respondeu que era seu primo*.<sup>354</sup>

A **Rua das Fontainhas** registou na década uma evolução populacional de c. de 26%, com ligeiro aumento do parque habitacional. Em 1693, a estrutura social compunha-se sobretudo de agregados familiares, alguns liderados por mulheres viúvas e com maridos ausentes, outros solitários, encabeçados sobretudo por mulheres. Aparenta alguma precariedade social e pouca implantação laboral, à excepção de três oficinas de alfaiate.

Em 1702 as maiores alterações registaram-se ao nível da ocupação dos moradores, com maior presença de soldados, criados, escravos e homens de trabalho, só restando um alfaiate.

Há alguns episódios que envolveram moradores das Fontainhas na Visitação de 1683. O cutileiro Francisco da Costa, que “*tratava com uma mulher*”,<sup>355</sup> ou Antónia Nunes que “*terá entregue a sua filha Mariana Franca a um herege, monsieur Vergel. Mandava-lhe recados para que ele a viesse buscar, sendo também levada pela mãe*”. Esta mantinha também um amante estrangeiro, João Pugete, visto por algumas vezes a entrar na sua casa.

A **Rua de S. Pedro Mártir** teve uma evolução global da população de cerca de 27%, mantendo-se o número de fogos. A composição estrutural desta rua é muito semelhante às limítrofes, com predomínio de fogos familiares ou solitários, com indicação de fogos de visitados e poucas unidades laborais. O cenário profissional além de escasso era heterogéneo, pois à excepção dos serviçais, tinha seis profissionais, sapateiro, torneiro, marceneiro, padre, que tira água e atafoneiro.

---

<sup>353</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 428, fl. 20. 21-09-1699; obrigação.

<sup>354</sup> AHPL, *Livro de Termos*, ms. 404.

<sup>355</sup> AHPL, *Livro de Termos*, ms. 404, fl. 199 v.

Em 1702 houve um acréscimo considerável de serviçais e surgiram os homens de ganhar, num total de 18 indivíduos, reforçando carácter de precariedade que o sítio teria.

Esta caracterização foi contínua ao longo da observação, sucedendo-se os casos de ligações ilegítimas e identificação de casas de alcoice. A viúva Joana Galvoa (52) liderava em 1702 um agregado composto pelos dois filhos e Manuel de Morais, soldado de cavalo da companhia do duque. Foi denunciada e presa no aljube pelo crime de alcouceira, amancebada e alcoviteira.<sup>356</sup> Fez termo em forma a 5 de Maio de 1703, na igreja da Conceição, confessando a culpa de alcoviteira e amancebada, mas negando a de alcouceira fazendo, no entanto, os autos judiciais que estavam pela devassa e pediu misericórdia, sendo admoestada na forma do sagrado concílio tridentino para que fizesse cessar todo o escândalo e pecado sobretudo os de que fora denunciada e se “*apartasse do amancebamento e nem mais tratasse com ele em publico ou em secreto sob a pena de ser castigada com todo o rigor do direito.*” Pelo facto de ser muito pobre e ter dois filhos, foi relevada da condenação. A semelhante sessão foi sujeito o soldado Manuel de Morais.

No **Poço de Nuno Álvares** a tendência demográfica inverteu-se, situando-se o decréscimo populacional nos 27%. Destacaram-se dois dos 12 agregados da rua, o nº 8 dos irmãos Manuel, Jorge e Francisco Pimentel, que partilhavam um fogo com seis escravos, uma ama e um remendão, possíveis correctores de escravos que aí permanecem em 1702, incluindo no fogo dois sobrinhos e dois criados. O fogo nº 12 pertencia ao jurista António Mendes Arouca, falecido em 1694, permanecendo a família em 1695, mas já não figurou no rol de 1702. As unidades laborais eram sobretudo sapateiros, cirurgião e barbeiros e o grupo de aprendizes, que conjuntamente com os criados eram o grupo predominante em 1702.

A rua das **Portas da Mouraria** fazia a comunicação entre a cidade e o arrabalde que fora mouro. Entre 1693 e 1702 perdeu cerca de 30% da população.

Aqui localizava-se o palácio dos condes de Vilar Maior, construído junto à muralha, perto da Torre de S. Vicente, esta demolida em 1674 para o alargamento da porta, aí permanecendo o depois marquês de Alegrete, também o conde de Tarouca, coadjuvados por considerável número de servidores.

Segundo as disposições dos arruamentos dos ofícios mecânicos, pertenciam-lhe os oficiais de esparteiro, devendo ser acomodados nas lojas e sobrados da rua da Mouraria.<sup>357</sup> Mas o cenário profissional era muito diversificado, com oficiais de esparteiro, marceneiro, torneiro, torcedor,

---

<sup>356</sup> AHPL, *Visitação de 1702*, ms. 321, Termo em forma.

<sup>357</sup> OLIVEIRA, 1896, Tomo VII:156. Consulta de Câmara a el –rei em 30 de Janeiro de 1698. Conforme petição do oficial de esparteiro António Antunes que para usar do seu ofício precisava de uma loja do seu arruamento da Mouraria ocupado pela parteira Maria Pedrosa. Era proibido morar fora da rua por isso pedia para que ela fosse despejada para ter aí a sua tenda.

cirurgiões e barbeiros, alfaiate, muitos escravos e criados, aprendizes e obreiros, apenas dois agregados de doutores, sem alterações de nota em 1702.

O procurador do cível João Pereira do Vale (fogo 20), representou em várias causas D. Bárbara Barbosa, viúva do capitão João Carvalho Moutinho, assistente no recolhimento do conde de são Lourenço,<sup>358</sup> com destaque da que envolveu o armador João Rodrigues devido ao pagamento de empréstimo de dinheiro.

Em Setembro de 1698, o filho do procurador, Félix Pereira do Lago, que também vivia de sua fazenda e era morador na casa de seu pai, pediu 300 mil réis ao capitão Bernardo Ramires Esquível, morador na rua de Santana, um individuo a que muitos recorreram neste período em situações semelhantes, por seis meses a juro de 6 ¼% *por lhe serem muito necessários*.<sup>359</sup> Em Outubro do mesmo ano<sup>360</sup> pediu um reforço de empréstimo ao mesmo capitão no valor de 200 mil réis, por seis meses, nos habituais 6 ¼% de juro .

O agregado de João Pereira do Lago era constituído em 1693 por nove indivíduos, com a mulher Isabel Rodrigues Bravo, dois filhos, dois escravos, um caixeiro e dois indeterminados. Em 1695 passaram a existir além dos escravos, dois criados. Em 1702 a esposa já era falecida,<sup>361</sup> o filho casara e vivia no lar paterno com a mulher, havia ainda três criados e outros dois indivíduos.

Em 1694, o contador dos contos António de Oliveira (fogo 3), foi procurador de João de Saldanha de Albuquerque do conselho do Rei, governador e capitão geral da Praça de Mazagão.<sup>362</sup> António de Oliveira, que à data era tesoureiro dos armazéns já figurara nesse ano num documento de distrate<sup>363</sup> com o deputado da Junta do Comércio João da Costa de Brito, morador a Santo António dos Capuchos. A mãe deste, D. Brites da Costa vendera uma quinta em Campolide, um prazo foreiro em vidas à cadeira do cônego Pedro de Ataíde, ao licenciado Manuel Álvares de Carvalho, de quem António de Oliveira e a sua esposa eram herdeiros.

O seu agregado evoluiu ao longo da observação de cinco elementos, com os cônjuges, uma criada e um escravo; em 1695, a criada foi substituída por outro e em 1702 o casal passou a contar com quatro criados e uma escrava, num total de sete pessoas. Não há registo de filhos e a esposa, Luísa Josefa de Carvalho, faleceu em Maio de 1702, tendo sido sepultada no convento do Carmo.

---

<sup>358</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 421, fl. 29. 05-07-1698. distrate e quitação. 28-11-1698.

<sup>359</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms.422, fl. 71. 30-09-1698. Obrigação.

<sup>360</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms.422, fl. 86. 06-10-1698. Obrigação.

<sup>361</sup> ADL, *Registos Paroquiais de Lisboa, Santa Justa*, O137. Faleceu a 09-04-1701 e foi sepultada no convento do Salvador.

<sup>362</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 413, fl. 62 v.. 15-09-1694.

<sup>363</sup> IDEM, *ibidem*, ms. 407, fl. 95 v. 13-05-1694.

O Conde de Tarouca<sup>364</sup> João Gomes da Silva, do conselho de sua magestade e comendador da ordem de Cristo recorreu também ao trespasse de mercês e donatarias como sucedeu em 1699 com o Doutor Manuel Lopes de Avelar, como procurador de sua sogra Guiomar Freire, devido ao arrendamento do seu reguengo de Tojosa de que era donatário.

Na **Rua da Póvoa** teriam vivido os vinagreiros que deram nome à rua próxima. Este beco situava-se entre a Rua da Mouraria e a dos Canos, também denominado no século XVI ou XVII de Póvoa dos Vinagreiros.<sup>365</sup> Há documentação que remete a existência desta via para o séc. XIV, segundo carta de 16 de Junho de 1347<sup>366</sup> que diz: “*lagares de vinho e de azeite os quais eu ei na Cidade de Lisboa a par da Póvoa antes as casas de João Afonso a par do Hospital dos Meninos,*” o hospital dos meninos expostos que seria a ermida de N. S. da Guia.<sup>367</sup> O contingente demográfico desta rua não variou muito ao longo da observação, situando-se nos 85 indivíduos em 35 fogos em 1693 e nos 82 indivíduos em 37 fogos em 1702. Dominavam os agregados familiares nucleares e solitários, nos modelos já analisados, liderados por mulheres viúvas, que também encabeçam agregados com filhos, irmãos ou sobrinhos. Há ainda o registo de um agregado numeroso, de características indeterminadas, o fogo do viúvo Luís do Souto, com mais 6 indivíduos do sexo masculino. O cenário laboral quase inexistente tinha um barbeiro com dois oficiais e uma taverneira. Em 1702 verificou-se o crescimento de agregados conjugais simples, sem filhos, algumas ausências de mulheres e no cenário profissional, duas mulheres passaram a dirigir tavernas, surgindo ainda uma oficina de sapateiro.

A **Rua dos Vinagreiros** tinha uma densidade populacional elevada, que decresceu 17% em 1702, mas com manutenção do número de fogos. Ao nível social, eram sobretudo estratos sociais com menores condições, com algumas pessoas visitadas, fogos com maridos ausentes e actividade laboral reduzida, além de um pintor, dois alfaiates e alguns criados.

Em 1702 parece haver uma revitalização dos ofícios, marcando presença uma oficina de escultor e seus aprendizes, pintores, alfaiates, conteiros e um esparteiro. Surgiram também mais fogos solitários ocupados por mulheres.

A **Rua dos Alemos**, surgiu pela primeira vez num inventário de 1299, no qual o rei teria umas casas em Alami,<sup>368</sup> o sítio do Álamo, com quintal e poço, que escambara com o Cabido por um campo e vinha que este tinha na Pedreira, onde fora o estudo dos escolares.

---

<sup>364</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 428, fl. 5. 12-09-1699. Cessão e Transação.

<sup>365</sup> ALPM, *Rua da Póvoa*, s.d. nº 315 de S. Domingos, Remessa dos Próprios Nacionais.

<sup>366</sup> ALPM, *ibidem*, s.d. nº 1609 de Santos.

<sup>367</sup> ALPM, *Rua da Póvoa*, s.d.

<sup>368</sup> ALPM, *Rua dos Alemos*, s.d. cópia feita em 1459, pelo grande Fernão Lopes, de um inventário redigido em 1299. Livro dos Próprios dos Reis e Raynhas de Portugal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl.16 cit. O Carmo e a Trindade, M.Seqª – I- 29/30

Nos registos paroquiais de Santa Justa o beco da rua dos Álamos, surge pela primeira vez em 1637<sup>369</sup> e em 1639 há referência à Estalagem do Mouco na Rua dos Álamos,<sup>370</sup> que já não aparece no rol de confessados.

Era uma rua muito populosa, habitada em 1693 por 202 pessoas distribuídas por 67 fogos, com poucas alterações em 1702.

O tecido social era muito marcado por pessoas visitadas e de menores recursos económicos, como soldados, mas o cenário profissional era muito diversificado, pintores, barbeiros, um hortelão, um forneiro, um correiro, um caixeiro, um atafoneiro. Muitos oficiais e aprendizes, alguns escravos e criados, misturando-se agregados familiares e unidades laborais. Em 1702, houve um acréscimo de pessoal doméstico, sobretudo criados de ambos os sexos, oficinas de sapateiro e de alfaiates, mais padres e, contrariando a tendência na freguesia, menos soldados. Em 1693, o agregado do fogo 60 era composto por Miguel do Vale, a mulher Catarina Nunes Prego, a filha Marcelina Maria e o criado José. Miguel do Vale faleceu e foi sepultado a 22 de Outubro de 1693 na igreja de Santa Justa.

No ano seguinte, a 2 de Julho de 1694, Catarina Nunes Prego fez um instrumento de obrigação e tença relativamente a sua filha Marcelina Maria. Este documento ilustra algum do formalismo de ingresso num convento. A filha tinha sido aceite no mosteiro do Salvador para ser religiosa de coro e véu preto, com o dote do seu tio o capitão Álvaro Nunes Prego.

Em presença do advogado Dr. Gil de Leão Ribeiro, morador na Bitesga no Beco da Estalagem (fogo 7) Catarina Nunes Prego deu a sua filha uma tença anual de 16.000 réis, transmitindo-lhe o direito de cobrança de aluguer de umas casas que possuía, herdadas de seus pais, nas Portas de Santo Antão.<sup>371</sup>

Catarina Nunes Prego encabeçava em 1695 o fogo 57 da rua dos Alemos que partilhava com o sogro e a mulher deste, deixando de figurar no rol de 1702.

Em 1693 vivia no fogo 57 o agregado do correiro Manuel da Mota, sua mulher Maria de Oliveira e quatro filhos, Francisco da Mota, Bernarda do Sacramento, Antónia da Ascensão, e a filha que casou em Novembro de 1690 com o cirurgião António Tomé, Natália do Desterro e que nesta data se encontrava ausente.

O correiro faleceu em 23-03-1694 e foi sepultado no convento do Carmo. Ainda nesse ano, a filha Natália do Desterro e o marido moveram contra a viúva uma causa de satisfação de dote, uma vez que *para se casarem lhes prometeu umas quantias em dinheiro para lhes pagarem quando*

---

<sup>369</sup> ADL, RPL, Santa Justa, livro O, I, fl 80v.

<sup>370</sup> ADL, RPL, Santa Justa, O, I, fl. 122.

<sup>371</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial, ms. 408, fl. 64.

*fossem recebidos e como não foi satisfeito foram feitas demandas que ainda estavam pendentes, na importância de 39 mil e outra de 93 mil réis.*<sup>372</sup>

No rol de 1695 surgiu outro filho, Agostinho de Oliveira. O filho Francisco da Mota, com o ofício de barbeiro, fundara outro agregado, com a mulher Antónia da Silva. Esta morreu em finais de 1696.

A filha Antónia da Ascensão da Mota casou a 11-08-1697 e a filha Bernarda de Oliveira faleceu em 26-05-1698.

No rol de 1702 apenas restava desta família na rua o agregado de Francisco da Mota, o filho mais velho e a sua segunda mulher, Maria Luísa, e uma filha, bem como uma criada. Nenhum dos restantes elementos da família inicial estava na freguesia em 1702.

Sendo uma rua com uma densidade populacional elevada, propiciava como tem sido visto em episódios semelhantes, o estabelecimento de ligações ilegítimas, que nem sempre passaram despercebidas à vizinhança. O agregado 20 era composto por António Couceiro, soldado de cavalo e pela tendeira Maria Ferreira, que mantinham uma ligação ilegítima. Foram denunciados pela vizinha taverneira Sebastiana Maria (fogo 31), por *os ver viver como casados, dizendo a vizinhança o contrário*. Exemplo seguido por Francisco Martins (fogo 59) sapateiro de 25 anos que vivia com um tio, o sapateiro Manuel Martins, que disse *ela o tratar por seu marido na vizinhança*. Foram condenados por amancebados no termo da devassa. António Couceiro era natural de Tentúgal e a tendeira Maria Ferreira era viúva, não tendo por isso impedimento entre si nem promessa de casamento a outras pessoas<sup>373</sup> o qual, segundo a indicação do livro de termos, se veio a realizar no Sacramento. Este casal conseguiu ocultar no rol de confessados a sua verdadeira situação, possível numa freguesia da dimensão de Santa Justa. Os denunciantes anteriores não deixaram de denunciar também Clemente Pereira e uma mulher, que não sabiam o nome, e que eram moradores no último andar por cima de uma taverna da rua, vivendo como marido e mulher, havendo um filho de ambos.<sup>374</sup>

Sucederam-se outros casos que envolveram soldados. Manuel de Pina (fogo 28), que pertencia à companhia de Agostinho Cardoso do terço de D. João de Ataíde estava amancebado com Maria da Silva, sendo apresentados no rol como unidos legitimamente. Outro companheiro da mesma companhia, José de Oliveira e Francisca Teresa, amancebados na mesma rua, mas sem constar do rol de confessados, provavelmente por terem aí fixado residência em data posterior.<sup>375</sup> Ela

---

<sup>372</sup> IAN/TT, *ibidem*, ms. 408, fl. 64. 02-07-1694.

<sup>373</sup> AHPL, *Visitação de 1702*, ms. 321, Fl. 148 v, 10-09-1702.

<sup>374</sup> AHPL, *ibidem*, ms. 321, fl. 149.

<sup>375</sup> AHPL, *Livro de Termos*, ms. 404, fl. 100. Fizeram termo a 27-11-1702 na igreja do Sacramento.

vivia sobre a loja do presépio da rua dos Alemos, no primeiro sobrado, indo ele todas as noites pernoitar a sua casa.

Mas foram várias as condenações que resultaram da devassa de 1702 para moradores da rua dos Alemos. A galinheira mulata Maria da Fonseca (fogo 30) foi denunciada pelo sapateiro Manuel Martins (fogo 59) que propôs como testemunha outro sapateiro da rua, Manuel Rodrigues (fogo 52) que afirmou ser público em toda a vizinhança e por ver mulheres assistentes alguns dias na dita casa. O mesmo confirmou outro sapateiro, Marcos Dias (fogo 47), que afirmou ver entrar várias mulheres e homens em sua casa. Foi presa no Aljube por dar casa de alcouce, tendo sido condenada a 3 de Outubro na igreja de Santa Justa, que por ser muito pobre resultou na condenação de 200 réis.<sup>376</sup>

A Rua dos Alemos encerra o rol de confessados da paróquia de Santa Justa, do qual convergimos, deixando para trás a rua e introduzindo-nos no espaço mais restrito da casa, onde se desenvolviam outras dinâmicas, entre lar e trabalho, mas partindo sempre do rol de confessados para a determinação dos tipos de fogos e estruturas familiares predominantes, tema inicial do capítulo seguinte, a aproximação à população na sua vertente qualitativa e organização social da freguesia de Santa Justa.

---

<sup>376</sup> AHPL, Visitação de 1702, ms. 404 .

## **Capítulo V**

### **Aproximação à População e Organização Social de Santa Justa**

Convergimos do espaço público da rua para o mais recôndito da casa e agregado doméstico co-residente. Modernamente reservada ao indivíduo e à família, distanciava-se muito dessa realidade na maioria das casas de Santa Justa, permanecendo muito vinculada ao círculo laboral, posição social e modo de vida do titular, podendo acolher sob o mesmo tecto família nuclear e alargada, clientelas, protegidos e pensionados, oficiais, aprendizes e caixeiros das unidades oficiais e comerciais acopladas à residência, a criadagem que provia às necessidades básicas e conforto dos seus amos, ou somente a união de indivíduos como estratégia de subsistência, restando quase sempre pouco espaço para a reserva ou intimidade.

O estudo do rol de confessados dá-nos outro alcance para a compreensão desses agrupamentos e da própria freguesia, através da classificação dos fogos atendendo à sua composição interna, permitindo a identificação das estruturas residenciais e familiares dominantes, com as respectivas variações no recorte temporal de 1693-1702.

Por outro lado, as fontes históricas que temos vindo a utilizar, produzidas pelos poderes religioso e civil sobre a sua relação com os indivíduos, com enfoque nas irregularidades comportamentais da comunidade ou decorrente da acção legal entre pessoas e sobre a propriedade, também nos elucidam sobre os palcos onde decorriam as existências e sobre as práticas do quotidiano, muito cimentados nas relações de proximidade, da rua, da vizinhança, da oficina sempre sob o olhar atento do outro, tão capaz de transpor a ténue esfera do íntimo.

Além de facilitar a identificação de elementos agregando aos nomes acções, contribui para a fixação de representações do cenário doméstico e laboral dos vários segmentos sociais, com os seus objectos, utilitários e de adorno, linguagem e organização, formas de aquisição de propriedade e formulário jurídico e tradicional na sua tomada de posse; bem como a recriação possível dos espaços habitacionais pela “abertura de portas”, com diferenciação das tipologias mais comuns e os materiais de construção predominantes.

Propostas que no conjunto constituem mais um patamar na percepção do impacto conjuntural nas formas de organização familiar, social e espacial no período observado.

#### **V.1. Tipos de Fogos e Estruturas Familiares Predominantes**

A análise das estruturas residenciais incidiu no heterogéneo grupo doméstico co-residente constituído por indivíduos unidos por parentesco, com laços de sangue ou afinidade; por vínculos



funcionais, quando o fogo era simultaneamente residencial e unidade de trabalho ou meramente espaciais, sem relação aparente.<sup>377</sup>

Foram apurados quatro tipos de agregado com maior expressividade, sendo a estrutura predominante em toda a observação, com 38,1% das ocorrências, a de tipo Indeterminada, que foi transversal ao período, ascendendo em 1702 a um valor total relativo de 40,2%. Este indicador reforça a característica de estruturas habitacionais de variada dimensão, onde se acolhia uma multidão de servidores domésticos, entre criados e escravos, e nos espaços mistos laborais, a forte presença de oficialato e aprendizes que integravam a residência.

Também não é de menosprezar a extrema mobilidade residencial, onde se entrecruzavam múltiplos modos de vida e formas de ocupação do espaço muito radicados na necessidade, tão característicos nesta grande freguesia do centro urbano da capital. De facto, predominaram os agregados extensos, com elementos sobre os quais não foi expressa uma relação de parentesco, quer fosse por omissão da relação com o cabeça de fogo ou por existir uma mera dependência profissional.

Seguem-se em ordem de importância os fogos com agregados familiares simples, assumindo particular relevância os que não tinham filhos, resultando em 15,5% das ocorrências, em 1693 e em 1702, num total de 279 fogos, ou seja 17,9% das ocorrências. No entanto, esta categoria pode conter “filhos invisíveis” no agregado que por serem menores de 7 anos foram excluídos do cômputo e que alteraria a classificação do agregado, aumentando os valores da terceira categoria mais importante, a de agregado familiar simples com filhos, presentes em 180 fogos (11,6%) em 1693, reduzindo para 150 fogos (9,6%) em 1702.

Seguiram-se os fogos isolados, com solteiros ou em estado matrimonial desconhecido com valores absolutos de 146, no rol de 1693, com ligeiro decréscimo em 1702, com 142 agregados. As categorias menos representativas foram os fogos com agregados sem parentesco evidente, não conjugais, presente em apenas 10 fogos em 1693 e apenas residual em 1702 com duas situações identificadas. Fogos com este tipo de configuração podiam camuflar, entre outras situações, uniões ilegítimas.

## **V.2. Modelos de Habitação: espaços de representação, de acolhimento e laboral e produtivo**

Determinadas as estruturas familiares e co-residentes predominantes, destacamos a constituição de alguns destes espaços habitacionais e de actividade laboral e produtiva, com a selecção de modelos representativos dos segmentos sociais a que pertenciam.

---

<sup>377</sup> Trabalho ensaiado em RIJO; ARAGONEZ; MOREIRA. A tipificação dos fogos foi baseada na proposta de Peter Laslett, Tipologia de Cambridge, e adaptada à realidade em estudo.

Direccionamos a análise para a composição interna dos agregados e espaços de moradia de nobres de diversa qualidade, mercadores ricos e oficialato influente, do numeroso e heterogéneo grupo social, profissional e económico composto pelos trabalhadores e massa populacional urbanas, se existia uma distribuição espacial preferencial destes grandes grupos ou, se pelo contrário, se mesclavam no traçado da freguesia.

A partir de meados do século XVII, após o final da Guerra da Restauração, ocorreu uma mudança decisiva e marcante nos padrões de residência da principal nobreza do reino, passando os titulares, senhores de terras e demais nobreza a estabelecer as suas residências em Lisboa.<sup>378</sup>

No final do século estava perfeitamente consolidada a elite governativa do reino, participante activa nos círculos de decisão do centro político e em importantes missões diplomáticas, vivendo alguns dos titulares na freguesia de Santa Justa, como o Duque de Cadaval, o Marquês de Alegrete e Conde de Vilar Maior, cujo palácio estava em construção neste período na Rua da Mouraria, o conde de Tarouca, o Senhor de Pombalinho, com processo semelhante de reconstrução e ampliação dos seus aposentos na Rua de N. Sra. da Escada, ou o Conde de Redondo.

No âmbito das dinâmicas residenciais e dimensão de criadagem dos grupos mais privilegiados, a observação dos róis de confessados denota bem a sua abundância nas grandes casas, sobretudo do sexo masculino. O grupo de serviçais estava organizado em hierarquias por vezes complexas, mas que numericamente permaneciam muito aquém das centenas, mais comuns no século XVI e nas casas grandes dos nobres de Espanha.<sup>379</sup>

Feita a ressalva, todos os senhores, sobretudo a nobreza titulada, com algum grau de reprodução nos restantes segmentos com capacidade económica, fomentaram em seu torno grupos de servidores cujas funções iam da prestação de serviços domésticos, regimentos de soldados e inúmeros outros agentes que asseguravam todo o processo de tratamento da imagem, desde as práticas mais quotidianas de higiene, saúde e vestuário, às representações mais fulgurantes e aparato que a corte já justificava, com especial enfoque para a importância da representação social espelhada na criadagem.

Nos períodos em que D. Lourenço de Almada residiu no palácio do Rossio, nunca o fez com menos de 20 agregados além da família nuclear, contando em 1693 com um capitão, uma criada, três escravas e seis escravos, mas também um escudeiro, quatro pagens e um cozinheiro, incluindo ainda outros profissionais cuja função o pároco omitiu. Em 1698, habitava com o seu agregado de 37 pessoas num edifício do Beco das Damas, entre os quais se contavam oito escravos. Em 1702, novamente instalado no seu palácio, contava com 26 dependentes além da família nuclear, entre eles

---

<sup>378</sup> CUNHA, MONTEIRO, 2010, p. 207.

<sup>379</sup> MONTEIRO, CUNHA, 2010: 213.

três escravas e três escravos, um liteireiro, um moço de copa e dois moços de mulas. Já o conde de Redondo dispunha de uma criadagem, composta em 1695, por onze criadas, dois pagens, quatro criados, dois escravos e algumas pessoas pensionadas.

Havia muitos outros exemplos de agregados numerosos, alguns pertencentes a ramos secundários da nobreza titular, como o do alcaide-mor de Viseu D. Luís Baltasar da Silveira, casado com D. Luísa Bernarda de Menezes, filha do 1º Marquês de Minas que em 1698 vivia no primeiro fogo do Beco das Damas, com seis familiares e outras 26 pessoas. Outros fidalgos da Casa Real, como o Senhor de Baião, que tinha cerca de 15 serviçais em 1693 ou João de Andrade Leitão, com nove, alguns Cavaleiros Professos das diversas Ordens como Inácio Lopes de Moura, António Rodrigues de Elvas ou o comendador da Ordem de Cristo António de Miranda Henriques, este com nove criados e um escravo.

Na freguesia residiram, como largamente referenciado, nalgum momento deste período cronológico, outros indivíduos muito influentes no reino, na cidade ou que se distinguiram nas suas áreas de especialização de que são exemplo o Inquisidor Geral, D. José de Lencastre e demais hierarquia da inquisição de Lisboa, altos cargos do poder régio e municipal como o Corregedor Mor Miguel Rebelo ou D. Francisco de Sousa, presidente do Senado, bem como mercadores de grosso trato e detentores de grandes fortunas como Pedro Lopes Henriques ou Luís Maciel, mas também letrados como o jurista António Mendes Arouca, ou ainda médicos como o Doutor Hipólito Guido ou o Doutor Duarte Lopes Rosa, em cujos agregados abundava a criadagem urbana, embora menos especializada.

Os servidores domésticos compunham assim o grupo profissional mais numeroso, oscilando o seu número entre a meia centena no palácio Cadaval, a pouco mais de duas dezenas dos Almada ou do Conde de Redondo, situando-se sempre abaixo deste número os que prestavam serviço aos restantes grupos sociais com capacidade económica, comprovando que quanto mais elevado fosse o estatuto social e a importância política do titular da casa, maior era a dimensão da criadagem.<sup>380</sup>

Dos edifícios mais representativos pela função, dimensão e notabilidade, destacava-se o imponente palácio do Duque do Cadaval.

O desconhecimento do traço arquitectónico deste edifício, que como a maioria dos palácios desta zona da cidade foi destruído pelo incêndio subsequente ao terramoto de 1755, foi reconstruído posteriormente e finalmente demolido em 1881 para dar lugar à estação do Rossio, não impede a referência a algumas das acomodações e componentes identificadas nas fontes e pela arqueologia. Compunha-se de edifício central, situando-se nos andares superiores os aposentos principais, salas de

---

<sup>380</sup> MONTEIRO, CUNHA, 2010:211.

estar e provavelmente o oratório e outros edifícios periféricos.<sup>381</sup> O espaço utilitário do palácio era constituído por aposentos de criados, cozinha, e acomodações de armazenagem, pátios, cavalariças, estrebaria e um jardim que se estendia pela quinta em direcção a S. Roque. Noutros edifícios anexos funcionava a enfermaria do Duque e lojas que eram alugadas ou acolhiam famílias de criados. Um importante acesso do palácio e que era uma referência toponímica, era o pátio do Duque todo empedrado de seixos com excelente qualidade.<sup>382</sup>

A acomodação dos criados atendia à posição que ocupavam na hierarquia doméstica. Nas grandes casas, os espaços amplos onde dormiam os numerosos criados do sexo masculino<sup>383</sup> designavam-se de câmaras do tinél, dormindo as criadas noutro similar. Num dos pátios de cima habitou, a partir de 1696, o agregado do reposteiro, a mulher, uma filha e uma criada. Também privilegiada era a posição da ama da duquesa, D. Francisca Durger, moradora em 1693 no fogo 17, localizado no extremo da rua “*debaixo das casas do duque de Cadaval*”.<sup>384</sup> Era mãe de D. Madalena, que em 1702 já assistia na mesma condição junto da duquesa de Cadaval. Representavam os criados no topo da hierarquia doméstica das grandes casas, mais próximos dos senhores e que nalguns casos dispunham de recursos económicos capazes de assegurar a sua existência noutra condição social. Expressão disso foi a aquisição<sup>385</sup> por D. Madalena Durger, ama da duquesa, de uma quinta no Vale de Chelas ao almoxarife do Hospital de São Lázaro, João Gomes de Ornellas.<sup>386</sup>

Noutro nível de prestação de serviços, algumas das grandes casas possuíam pessoal especializado para actuar em áreas de preservação e bem-estar como companhias pessoais de soldados, com capitão, cabo de esquadra, soldados de cavalo. Outros dispunham de homens de pé, que eram criados e escravos que asseguravam a guarda pessoal numa cidade onde a violência urbana era quotidiana. Havia pessoal especializado em assuntos de administração financeira e judicial, homens de confiança eram instituídos como procuradores em actos legais; também mantinham eclesiásticos, como confessores e capelões,<sup>387</sup> e pessoal cuja origem dignificava a qualidade do serviço pessoal, assegurado por pagens, escudeiros e moços de câmara, talvez como reminiscência da

---

<sup>381</sup> BARBOSA e outros, *al-madam*, p. 8. As escavações realizadas em 1996 revelaram que um dos acessos do edifício central aos andares superiores dispunha de um corredor cujas paredes estavam revestidas a azulejo com motivos geométricos e vegetalista, com vários tipos de padrões em amarelo e azul correspondendo provavelmente ao edifício da 2ª metade do século XVIII. Outras infra-estruturas dos níveis inferiores, com chão argamassado e paredes sem revestimento, ou pavimentados com tijoleira e escadas em pedra lioz comprova a presença de acomodações utilitárias como a cozinha, despensas, aposentos dos criados.

<sup>382</sup> BARBOSA e outros, *al-madam*.

<sup>383</sup> OLIVAL, 2010:251.

<sup>384</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms.404, fl. 86.

<sup>385</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms.425, fl. 70 v.

<sup>386</sup> Situava-se por detrás do mosteiro no caminho que vai para a Fonte do Louro. Era constituída por casas, vinha e pomar, poço de água e dois olivais pela banda de fora, um à entrada da quinta e outro por cima e que era murada pela banda de estrada e pelos outros valada, pelo preço de 300 mil réis.

<sup>387</sup> CUNHA e MONTEIRO, 2010:215.

“dimensão cortesã do serviço doméstico,” como uma etapa na formação dos jovens oriundos das redes clientelares dos grandes senhores.<sup>388</sup>

Um agregado desta dimensão propiciava inevitavelmente ligações íntimas captadas na nupcialidade, onde parece ter sido frequente o consórcio entre indivíduos unidos na proximidade social e residencial, gerando-se casamentos estreitamente associados à casa e ofício, como sucedeu a 29 de Maio de 1702 a dois criados da casa Cadaval. Ana de Lorena, de Angola e Manuel da Silveira, de Cabo Verde, aparentando tratar-se de escravos alforriados, fundaram uma família e passaram a residir noutra habitação, mas permanecendo ligados ao serviço na casa fidalga.

Mas as uniões podem também ser captadas na irregularidade, em ligações ilegítimas entre o pessoal e com vizinhos, conforme relato do atafoneiro Bento de Araújo, baseado no ver e ser *publica vox*. O morador do Beco das Farinhas afirmou que por cima do seu palheiro morava Isabel Rodrigues, uma mulher que vendia pelas ruas e que estava “amancebada de portas adentro” com um soldado de cavalo da tropa do Duque tratando-se por casados.<sup>389</sup>

Nos grupos superiores, cujas casas possuíam estruturas de grandes dimensões, a divisão funcional dos espaços fazia-se usualmente com recurso a elementos decorativos móveis. Os panos de rás, guadamecis e painéis abundavam nestas casas, propiciando aquecimento e maior conforto.<sup>390</sup> Tornou-se mais frequente a utilização de peças móveis sofisticadas, confortáveis e de maiores dimensões, adequadas à cada vez maior permanência dos agregados num local.

As escrituras de dote, inventários, testamentos e outros são meios privilegiados para o conhecimento destes elementos estruturantes do lar, fossem decorativos ou de uso quotidiano, que compunham o interior das habitações, bem como os objectos de uso pessoal, orientados para o vestuário, higiene e adorno. Alguns contratos de dote matrimonial dos grupos mais privilegiados chegam a incluir a maioria dos bens necessários à fundação de um novo lar.

Serve de exemplo o dote ajustado entre um fidalgo de geração e uma filha de uma casa fidalga da casa real<sup>391</sup> que além de dinheiro, penhores, escritos de dívida e escrituras de dinheiro “à razão de juro,” incluía uma enorme variedade de jóias, imagens de santos, roupa de vestir e de casa, livros, loiças, utensílios e móveis, que proviam não só o conforto, como o luxo, abarcando praticamente todo o recheio necessário a uma casa nobre.

---

<sup>388</sup> IDEM, 2010: 219.

<sup>389</sup> AHPL, *Visitação de São Julião* 1707, Ms. 56, fl. 232. 08-10-1707. Era uma das ocupações profissionais desempenhadas por mulheres que lhes dava grande mobilidade e ocasião para estabelecer proximidade com outros indivíduos fora do protocolo social.

<sup>390</sup> CUNHA e MONTEIRO, 2010:225.

<sup>391</sup> IAN/TT, *15º cartório Notarial de Lisboa*, ms. 417, fl. 44-46 dote de casamento de D. Helena de Vasconvelos para casar com António Tavares da Cunha fidalgo de geração. O instrumento de quitação para casar foi de 29-12-1697. Entrega do dote de todos os bens após o ajustamento do casamento entre ambos, a 19 de Agosto de 1697.

Os móveis entre novos e velhos, muitos deles provenientes do Brasil, Índia ou Itália, eram manufacturados em madeiras e tecidos preciosos. Previão a arrumação, em caixas, grandes, pequenas, redondas, pintadas, ou de couro, mas também arcas, arquinhas, armários e baús, por vezes com tal pormenor como por exemplo um contador com pés forrado de couro, contendo nas gavetas papéis e vidros de Veneza; a decoração com painéis, pequenos e grandes, de tábuas, tecido ou pintados; a devoção com os oratórios, imagens e livrinhos de santos; o tratamento de imagem com os espelhos de toucar; o repouso com os cochins, cadeiras de moscovia e veludo, tamboretos, banquinhas, leitos; o lazer e labor com livros, em escritórios e escrivaninhas e, finalmente, relacionados com a mesa e alimentação as frascadeiras, bofetes e mesa de engonços.

As roupas de casa que além do conforto, imprimiam distinção, incluíam os utilitários travesseiros, fronhas, colchões, almofadas de vários tamanhos, cobertores e colchas, sobrecéus e pavilhões, panos de rás, de cobrir camas e vestidos, alcatifas, camas de seda e damasco, toalha de águas, de mãos e de mesa, retalhos de panos diversos, lençóis, guardanapos, tafetás, *folie* e rendas.

As roupas de vestir, sobretudo femininas, incluíam peças de vestuário e adorno, camisas e camisotes e lenços de cambrai e linho, capelo em veludo, guardapé, saia de gorgorão, casacas, capotinhos, justinhos, coletes, e entre os mais íntimos, as anáguas e penhor, para adorno os laços e para agasalho os mantos diversos. Um material muito na moda era a primavera, um tecido fino utilizado na confecção de guardapés e coletes, muito em voga também as rendas e entremeios, telas e tafetás. Provenientes de penhores faziam ainda parte da lista uma grande quantidade de jóias, brincos, anéis, arcadas, afogadores, jóias de peito, em ouro e diamantes.

A lista ficava completa com os utilitários, com muitas bacias, inclusive as de pé de leito, tachos, barril de cobre, fogareiros, candeieiros, lâmpadas, púcaros, jarros, castiçais, escumadeiras, colheres, pratos, tigelas, bandejas, seringas, gral, balança, feitos em variados materiais, do cobre, ao barro, arame, estanho, pinho e pedra. Os objectos decorativos e de utilização mais requintada como jarros, talheres, fruteiras, púcaros, bandejas, salvas em prata, simples e lavrada e outros materiais finos resultaram, na sua maioria, de penhores.

Noutro documento, constatamos que uma dama da corte, filha de uma açafata do Paço da Ribeira, ao casar podia dispor como bens de uso estritamente pessoal, certamente comuns a outras damas, além do vestuário, onde se incluíam vestidos e tecidos preciosos como um tafetá carmesim com renda de oiro, jóias, sobretudo brincos e anéis de diamante e outros objectos para conforto e ostentação, como um relógio, caldeirinha de prata de água benta, bolsa de lenço de prata ou um borrifador. Mas também do conforto da roupa de casa, branca, e requintada como cobertores de

damasco e colchas bordadas. Os móveis e adereços, também para uso mais pessoal, eram bofetes de madeira ou pedra, toucadores, cofres de moscovia e ainda “um escravo de valor”.<sup>392</sup>

Retomando o palácio Cadaval, incluía-se como a maioria das casas de grandes e outros grupos privilegiados, na tipologia dominante de estrutura indeterminada, caracterizados por agregados extensos compostos pelos titulares, os descendentes, colaterais e indivíduos sem laços de parentesco. Habitavam o palácio em 1693 além da família nuclear do duque D. Nuno Álvares, a sua terceira mulher, a duquesa D. Margarida Armande de Lorena e os filhos, D. Ana e D. Luís, outros 41 indivíduos maiores de sete anos, 14 mulheres e 27 homens, sobretudo serviçais, integrados numa rígida estrutura doméstica, composta por amas, criadas, escravas, moços de câmara, criados, escravos, comprador e general de despesa. Ao palácio associava-se a Enfermaria do Duque, liderado pela enfermeira Maria Jorge e outros nove indivíduos, incluindo uma família de cinco pessoas. No extremo da rua vivia, como vimos, uma ama da casa, D. Francisca Dorger, com a filha e uma criada. No entanto, dispersavam-se pela freguesia, à cabeça dos seus agregados outros indivíduos da Casa do Duque, como o barbeiro, criados de fora, escravos, homens da sua segurança, soldados e o cabo de esquadra da companhia do duque.

Em 1694 há manutenção numérica do agregado, mas com algumas alterações internas passando a incluir os filhos o duque D. Luís, D. Ana de Lorena, D. Eugénia Rosa Maria de Lorena, D. Álvaro José de Melo e D. Jaime de Melo.

Completavam nesse ano o agregado outros 35 indivíduos, entre pessoal doméstico e outros, com designação de apenas uma ama, duas escravas, um carreiro, um jardineiro, um frade e a enfermeira, tendo um dos membros do seu agregado a indicação de ausência na Baía, Brasil. Em 1695, o agregado tinha 35 indivíduos, ostentando uma estrutura doméstica mais organizada, com o rol de onze criadas, duas escravas, dois escravos, um cocheiro, um carreiro e o moço das vacas.

Como era costume, o filho que sucedia na casa passava a residir com o seu agregado sob o mesmo tecto do antecessor, como ocorreu a partir de 14 de Maio de 1695, após o casamento do duque D. Luís Ambrósio de Melo com D. Luísa, filha ilegítima do rei D. Pedro II, onde residiram até ao falecimento de D. Luís, em 1700.

Este facto explica o acréscimo considerável do agregado em 1696, que passou a contar com 56 elementos e uma estrutura doméstica mais pormenorizada com um reposteiro, 16 criadas, uma ama e duas escravas, cinco moços de câmara do tinél, havia ainda moços de tinela, de copa, de

---

<sup>392</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 413, fl. 6 v. Contrato feito a 04-06-1694, dote e obrigação entre Francisco da Silveira Velez, fidalgo da casa de Sua Majestade e cavaleiro professo da ordem de Cristo, morador em Tomar e assistente em casa de António Coelho de Sande, moço de guarda roupa de S. M., à entrada da Rua das Arcas com a dama Agostinha Mariana da Silva, filha da dama Maria Antónia da Câmara assistente no palácio por dama de câmara da açafata.

compras, dois escravos, dois cocheiros, um homem de estrebaria, dois moxilas, um que auxiliava na cozinha, um cozinheiro, sete moços de estrebaria, um moço dos machos, um escravo de estribeira.

Em 1698 o agregado apresentava um total de 62 pessoas, em seis núcleos distintos, incluindo nove elementos da família do duque, quatro mulheres com a designação de dona, o número de criadas diminui, passando para seis, uma escrava e três criadas pretas. Havia ainda uma família com dois criados, moços de copa, de cozinha, um moxila, um jardineiro, um escudeiro e treze moços de estrebaria.

O primeiro núcleo era composto pelo Duque D. Nuno, a mulher e os filhos D. Jaime, D. Rodrigo de Melo e D. Filipa, dez criadas, duas escravas e seis moços de câmara. Nos dois fogos seguintes, agregados familiares simples sem filhos com criados. No fogo 4 estavam 28 homens, 20 eram criados, três eram escravos, o general da cozinha e os restantes sem função.

Após o falecimento de D. Luís, a 13 de Novembro de 1700, a infanta Dona Luísa saiu do palácio, regressando após o dia 13 de Setembro de 1702 por ocasião do casamento com outro filho do duque de Cadaval, D. Jaime de Melo.

A presença das filhas nestas casas era muito passageira, pois enquanto os filhos homens permaneciam nos núcleos residenciais dos progenitores, as filhas saíam para casar ou ingressar num convento. Em 1693 surge no rol, D. Ana de Lorena, saindo em 1696 por casamento com o 5º conde de S. João da Pesqueira, D. Luís Bernardo de Távora. D. Eugénia Rosa Maria de Lorena, que surge no rol de 1694 casa a 7 de Setembro de 1698 no oratório do palácio, com o 3º Marquês de Alegrete, Manuel Teles da Silva. Também D. Joana que surgiu em 1695 casou a 20 de Setembro de 1699, no oratório do palácio dos seus pais, com o 2º Conde de Alvor, D. Bernardo António de Távora. Em 1702 apenas restava no agregado do duque, além dos filhos D. Jaime e D. Rodrigo de Melo, a filha D. Filipa que entretanto atingira a idade da confissão.

A fixação geográfica das grandes casas ocorreu, sobretudo, em torno do Largo do Rossio, no eixo Rua de Mestre Gonçalo, Rua da Inquisição, Rua do Rossio, Rua de N. Sra. da Escada, Hospital Real. Seguia-se o espaço que contornava a Igreja de Santa Justa, o Adro e as Escadas de Santa Justa e já na franja da freguesia e do limite urbano, o Poço do Borratém, onde se localizava o couto de Mateus e na Rua da Porta da Mouraria o palácio mais antigo do Conde de Vilar Maior e outro em construção, pertencente ao Marquês de Alegrete.

Os grupos intermédios da estrutura social como os homens de negócio e os que viviam de sua fazenda fixaram-se especialmente na proximidade da aristocracia, com quem partilhavam e



frequentemente ultrapassavam o nível de riqueza,<sup>393</sup> mas também nas Ruas dos Albardeiros, das Arcas ou das Portas de Santo Antão. Os letrados, doutores e homens da administração, sempre em torno da grande praça do Rossio, nos Arcos, Betesga, Praça da Palha, Escadas de Santa Justa, mas também nas Portas da Mouraria e Poço do Borratém.

Residiriam em casas de dimensão variável, que por norma também acolhiam agregados numerosos. Existem nas fontes documentos que elucidam sobre algum deste edificado, como o exemplo de umas casas num prédio de rendimento na rua da Porta Nova<sup>394</sup> que por “estarem muito danificadas”, foi intervencionado pelo mestre pedreiro Manuel Gonçalves e o mestre carpinteiro Domingos Afonso.

As obras de restauro revelam alguns elementos interessantes sobre a configuração arquitectónica das habitações, construídas sobretudo de madeira e argamassa. Com dois pisos, águas furtadas e sobrados, na frontaria caiada, sobressaíam ripas de pinho. Os canos de escoamento de águas da chuva eram em folha de flandres. A frontaria era ainda adornada de varandas e o telhado era mourisco e tinha guarda pó, o forro que revestia o vigamento superior das casas, por baixo das telhas. A cachorrada<sup>395</sup> do telhado era em pinho, sobressaindo a sacada de madeira que afluía na frontaria.

No interior tinha uma escada com degraus em madeira, iluminada por uma janelinha com portal e ferragens. As divisões separavam-se por portas com portais de madeira e o forro das divisões era feito de tábuas grossas e delgadas. As paredes velhas do interior foram também restauradas pelo pedreiro, que abriu e tapou buracos de vigas. A cozinha tinha chaminés e um poial e era tudo revestido a ladrilho tosco. Uma das câmaras do andar intermédio possuía janela, adornada com portal guarnecido e ferragem e existia no mesmo andar, uma porta velha que foi substituída e colocadas novas dobradiças.

Mas as trajectórias de vida de boa parte dos moradores de Santa Justa, dos segmentos artesanais e outros menos favorecidos, não decorreriam nestes espaços amplos e com especialização do espaço utilitário.

Os homens dos ofícios fixaram-se um pouco por toda a freguesia, permanecendo ora isolados ou em focos de várias dimensões, sobretudo nas franjas da freguesia, junto às Portas, nas ruas e becos do coração da cidade baixa, com continuidade noutras freguesias e em estruturas mais ou menos

---

<sup>393</sup> OLIVAL, 2010: 245.

<sup>394</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 426, fl. 52 v. 16-06-1699. Consignação e obrigação de uma casa muito danificada que pertenciam a uma religiosa do mosteiro de Odivelas, a madre Maria de Varona. O mestre pedreiro importou na quantia de 27.237 réis e o mestre carpinteiro em 29.462 tudo perfazendo 56699 réis.

<sup>395</sup> cachorros eram as peças salientes que sustinham a sacada, cimbalha, etc. formando a cachorrada do telhado.

organizadas, reminiscências da organização medieval, muito acentuado na Rua das Arcas, com os caixeiros e na Rua da Cutilaria, com os cutileiros, lanceiros e banheiro.

As casas deste segmento dividiam-se em sobrados, lojas, quintal, aparecendo ainda outro elemento arquitectónico mais raro na documentação, mas comum nos espaços de habitação de todos os grupos sociais, o “oirado”, que era uma espécie de terraço ou eira.

Uma dessas habitações, que também podia acolher grupos sociais intermédios, surge num documento notarial de empréstimo do contador dos contos António de Oliveira, do Poço do Borratém à taverneira da Rua da Betesga, Catarina João *“por lhe serem muito necessitados 200 mil réis para coisas precisas ao fim dos quais lhe pagaria com seus réditos” em que deu de garantia, como penhor e caução uma casa na Rua da Betesga.*” Possuía uma loja com poço de água, era sobreposta por dois sobrados, cada um com sala, câmara e cozinha, *“fazendo frente com casas do homem de negócio João Gomes de Moura e pelo poente com casas que foram do Dr. Gil de Leão Ribeiro.”*<sup>396</sup>

Este grau de especialização não fixaria certamente os grupos de menores rendimentos, que ainda que não se alojassem somente em pardieiros, casas arruinadas que por vezes acolhiam grupos de menores recursos,<sup>397</sup> procuravam os espaços mais baratos dos prédios de rendimento, nos andares mais baixos, por norma pouco arejados e escuros, com uma ou duas acomodações, feitos de muita madeira e pouca alvenaria, para alojamento e actividade profissional, onde por vezes as cozinhas não serviriam exclusivamente para a preparação dos alimentos, pois a polivalência seria a nota dominante.<sup>398</sup>

A escada era um elemento de referência nestas e outras tipologias, tendo um impacto dual entre os moradores, pois ao mesmo tempo que era uma barreira à privacidade do fogo, era também espaço de proximidade, convívio e identificação, sobretudo entre as mulheres, de onde não poucas vezes também nasciam as “razões” de discórdia e conhecimento da vida privada, tão explorado pelos mecanismos da igreja na sua acção coerciva e disciplinadora.

---

<sup>396</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 424, fl. 50 v.. Obrigação de 10-02-1699. por um ano a 6 ¼%. Era viúva de João Pinheiro e estava presente o seu genro Francisco de Oliveira, cozinheiro do inquisidor geral morador dentro na inquisição, que ficou como fiador e principal pagador da dívida da sogra. Rendiam anualmente 48 mil réis, estando obrigadas a um seu filho menor, com 214 mil réis de tornas, que era uma compensação em dinheiro que o herdeiro melhorado em partilha dá aos co-herdeiros para ficarem todos com igual quinhão. Em contrapartida deu como garantia todos os seus bens móveis e imóveis, como penhor e caução da dívida.

<sup>397</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 423, fl. 33 v. Num instrumento de venda quitação e obrigação de 19-11-1698, lavrado entre o mestre albardeiro José Jorge e sua mulher Maria dos Reis, moradores no Rossio junto ao Hospital Real e o marceneiro Luís Coelho, morador na Rua da Mouraria, como procurador do conde de São Vicente, D. Miguel Carlos, encontramos mais uma descrição do que seria uma casa do núcleo urbano, pois entre os bens de raiz do casal figurava umas casas de dois sobrados com seu oirado, lojas e quintal, e ainda uns pardieiros situados na rua do Quebra Costas, na freguesia de S. Nicolau, os últimos foreiros ao convento do Salvador em 650 réis e 2 galinhas.

<sup>398</sup> OLIVAL, 2010: 252.

Ilustrativo disso foi a denúncia do taverneiro António de Sousa, morador no Lagar do Sebo relativamente ao escrivão do eclesiástico José de Barros, que era morador no Aljube. Acusou de estar amancebado com uma moça solteira, sua vizinha. No entanto, adiantou que *“haverá seis meses que não ve ir à dita casa porém a ela vai um seu rapaz todos os dias buscar de jantar para ele.”* De modo a esclarecer a veracidade do testemunho e em conformidade à regra imposta, afirmou que *“tivera umas razões com a sobredita por cuja causa se não falava com ela.”*<sup>399</sup>

De facto, um passo importante do procedimento era quando o visitador questionava a testemunha de como tomou conhecimento da situação, variando as respostas entre o ser fama publica ouviu dizer ou viu. A recolha de prova terminava normalmente com a expressão *“e mais não disse, nem do costume”*. Normalmente, quando a testemunha respondia a este quesito era por ser familiar ou ter algum conflito, servindo todos estes aspectos para avaliar o grau de credibilidade dos testemunhos.<sup>400</sup>

Outro exemplo teve início na visitação de S. Julião,<sup>401</sup> em Outubro de 1707. O sapateiro Mamede Martins, morador nas Escadas de Santa Justa, denunciou o padre Luís Henriques, Ecónomo em Santa Justa, que vivia na companhia de seu pai de que *“andava portas adentro”* com uma moça solteira, Joana, com a qual tinha uma menina *“o que sabe por ser seu vizinho da mesma escada e ser publico na vizinhança e a dita Joana ser muito má língua e faz gala do seu pecado”*. Foi confirmado pelo barbeiro Francisco Rebelo, morador nas mesmas Escadas de Santa Justa<sup>402</sup>, sabendo de tudo *“por lhe fazer a barba e ver a dita mulher em casa e a menina e era público na vizinhança.”*

Outras testemunhas foram chamadas de que se concluiu que o padre Luís Henriques filho de Manuel Dias e com ele morador *“está amancebado porta adentro com Joana da Cruz e dela se diz que tem filhas o que sabe pela ver em sua casa e umas meninas.* Eram conhecedores além de Mamede Martins e a sua mulher, e os irmãos Jerónimo e Francisco Rebelo, *“e outras mais pessoas que não têm vindo jurar a esta visita por o dito padre assistir nesta igreja e estar vendo quem vem jurar a visita.”*

Os mais pobres e os que mais procuravam o anonimato, como os casais ilegítimos, ou os promotores de práticas ilegais como o incitamento e a prostituição residiram com mais frequência nos becos mais acanhados do centro da freguesia como as Cristaleiras, do Pato, Ferro ou Bonete, e nas ruas mais orientais de S. Pedro Mártir, da Póvoa, Vinagreiros ou dos Alemos e um pouco antes do período estudado, em becos e ruas próximos ao Rossio, nas Ruas dos Carreiros, Crasta ou Valverde.

---

<sup>399</sup> AHPL, Visitação de 1683, ms. 14, fl. 153.

<sup>400</sup> LUÍS, 2009.

<sup>401</sup> AHPL, *Livro de Termos da Visitação de S. Julião de 1707*, ms. 56, p. 233 e sgts.

<sup>402</sup> IDEM, *ibidem*, fl. 232 v.

Como exemplo de habitação desta população é bem ilustrativo o emprazamento de um edifício da rua dos Vinagreiros, na esquina do Beco da Póvoa com canto para a rua dos Canos, que elucida sobre as estruturas habitacionais, a disposição espacial e as rendas aí praticadas. Compunha-se de três sobrados, com lojas e um quintal, situando-se as habitações mais caras nos andares superiores, a 15 mil réis, decrescendo nos de baixo para 6 e 3 mil réis.<sup>403</sup>

Estas casas foreiras ao convento de São Domingos, foram vistoriadas pelo frei João da Purificação, a fim de se passar novo emprazamento que “*vendo-os com alguma danificação contudo foi de parecer que lhe podiam levantar a quarta parte de foro.*”

Este documento sintetiza os procedimentos regulamentares a que os novos proprietários estavam sujeitos quando ocorria a aquisição de uma propriedade, fosse por transacção monetária, ou transição de um indivíduo para outro, por dote, herança ou doação. Implicava sempre um cerimonial de posse, com entrada em todas as propriedades “*abrindo e fechando as portas das ditas casas pondo as mãos pelas paredes delas e passeando por elas dizendo tomava na forma da dita sentença posse [...] que tomou mansa e pacificamente sem contradição de pessoa alguma.*”

Na existência de quintal, deveria dirigir-se ao mesmo, arrancar ramos das árvores e deitar terra para o ar. Só após este ritual se fazia a notificação dos caseiros pelo escrivão para que reconhecessem o novo proprietário “*por senhor das ditas casas e lhe corressem com os alugueres.*” No caso da aquisição de património provir de compra, o procedimento não diferia do anterior, como decorreu numa propriedade da Rua de S. Pedro Mártir tendo o comprador sido acompanhado pelo tabelião até à propriedade, na qual “*entrou nellas altos e baixos e as paseou pondo as mãos pelas paredes abrindo e fechando portas e genellas e fazendo os mais actos e sirimonias em direito.*”<sup>404</sup>

Sobre os seus interiores dispomos de menos informações, mas que seriam em tudo semelhantes à comunidade onde se inseriam. Como já referido, o usual seria a multifuncionalidade no interior das moradias e andares, dispondo possivelmente as classes mais humildes de uma ou duas divisões, diferenciando-se em espaços utilitários com recurso aos componentes móveis, para arrumação, em caixas, baús e arcas, e de repouso os mais vulgarizados seriam os tamboretos, que figuravam também em dotes, por exemplo num entre artesãos que incluía móveis no valor de 20 mil

---

<sup>403</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, cx. 81, ms. 424, fl. 85. A 12 de Março de 1698 relativo a emprazamento do Convento de São Domingos, celebrado nas casas do capítulo, com o prior, frei Manuel Leitão e mais padres do governo, em capítulo. Era interessado o homem de negócio Bernardo da Silveira Lizardo, da Rua Nova como beneficiário das casas por testamento nuncupativo do padre Carlos Carvalho. Nos “altos” vivia Francisco Ferreira Ramos que pagava 15 mil réis; no segundo sobrado vivia Joana Baptista que pagava 6 mil réis; nas lojas, o carpinteiro Simão da Silva, pagava 3 mil e num “sobrado mais abaixo” D. Maria pagava 6 mil réis.

<sup>404</sup> IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 424, fl. 94.

réis, correspondente a meia dúzia de tamboretos de coiro do Brasil.<sup>405</sup> Mas também bancos, esteiras e colchões, surgindo pontualmente referências a camas.<sup>406</sup>

Segundo testemunhos coetâneos, devido à ausência de camas, no mesmo quarto dormiam homens e mulheres, rapazes e raparigas. De noite estendiam no chão cobertores e lençóis “*tantos quantos forem precisos para a gente que houver*”<sup>407</sup> arrumando tudo pela manhã.

### **V.3. Dinâmicas Residenciais e Sociais e Modelos de Transmissão Patrimonial**

A análise da freguesia a partir do fogo, método inviável no âmbito deste trabalho se fosse utilizado sistematicamente, não deixa de contribuir, quando utilizado como exemplo, para a apreensão de mutações quase imperceptíveis, mas determinantes, nas trajectórias de pessoas e estruturas, onde se confrontam unidade familiar e laboral como uma realidade dinâmica, do ponto de vista orgânico, económico ou social, que constantemente se adapta às circunstâncias vivenciadas, muitas vezes replicando os movimentos demográficos globais da freguesia.

A exploração dos róis de confessados não se esgota, pois, na fixação de dados quantitativos e na caracterização dos agregados domésticos. Como temos vindo a observar, a substância qualitativa dos mesmos quando em combinação com outras fontes coetâneas, contribui para a identificação de famílias e indivíduos e introduz-nos nas manifestações e práticas do quotidiano, nas formas de organização, nas densidades do espaço público e privado, no ambiente doméstico e laboral, também contidos nas descrições de espaços e objectos, na linguagem empregue e no discurso das emoções. Âmbitos que perspectivam a integração do indivíduo e da família nas relações de proximidade, na rua, na vizinhança, na oficina, mas também no incerto espaço da intimidade, reservado à família.

São estes pressupostos conjugados com a análise de casos específicos que são o ponto de partida na abordagem às dinâmicas familiares ou interpessoais entre indivíduos não aparentados e aos modelos de transmissão de chefias de fogo, patrimonial ou transição funcional, sabendo que da multiplicidade de situações a mais comum, quando em presença de uma família, em associação ou não a uma unidade laboral, foi encontrar na chefia do fogo, o pai, a mãe por óbito ou na ausência do primeiro, o filho mais velho, por vezes o genro.

A Rua das Arcas no decurso de uma década foi habitada por mais de meio milhar de indivíduos,<sup>408</sup> distribuídos por c. de 70 unidades habitacionais familiares e ou laborais, com

---

<sup>405</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 413, fl. 73 v. Contrato de dote entre o mestre carpinteiro Manuel Dias, do Beco da Mouraria, com Manuel Rodrigues, mestre barbeiro, do Poço do Borratém, a 31-07-1694.

<sup>406</sup> AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14, fl. 87 v. Mariana de Sotomaior denunciada de “receber homens” em sua casa na rua das Arcas pela loja de um caixeiro foi denunciada pelo mestre Tomé da Fonseca que adiantou que “[...] viu-o algumas vezes de calça e gibão deitado na sua cama.”

<sup>407</sup> Quatro Testemunhos, 1699, p. 65.

<sup>408</sup> Nas listas de confessados entre 1693 e 1702, excluindo os menores de sete anos, estiveram aí referenciados 542 indivíduos.

permanência de apenas 15 famílias estáveis em toda a observação, outro forte indicador entre outros aspectos, da grande mobilidade urbana e da duração das famílias.

Uma dessas famílias, cuja presença remonta a 1683,<sup>409</sup> contava em 1693 com oito elementos e era encabeçada pelo mestre albardeiro Domingos Antunes, que aí vivia com a mulher, Catarina Jorge, os filhos Manuel Antunes, Maria Josefa e a menor Catarina, tendo falecido após 1690 até à data, dois filhos menores, habitando ainda com a família três aprendizes. A única alteração neste agregado até 1695 ocorreu ao nível da estrutura laboral, tendo sido substituídos os aprendizes em igual número. Mas em 1702 a estrutura do fogo alterara-se significativamente, ausentando-se o filho, a filha mais velha continuou solteira e a menor Catarina, que ao atingir a maioridade chamou-se Catarina de Sena, casou e permaneceu com o marido na casa paterna. O agregado teve ainda o acréscimo de um criado e dois indivíduos não identificados, talvez associados ao ofício.

A família surge como uma unidade orgânica cujos ritmos de crescimento se apreendem mais facilmente com o cruzamento de fontes, bem visível na captação dos menores existentes nos registos paroquiais. De facto, das variações observadas neste agregado, passíveis de alterar a estrutura familiar, retemos indícios de comportamentos representativos, como a saída de um filho da casa paterna, cujas motivações mais frequentes foram o casamento, com fundação de outra unidade familiar e laboral ou, particularmente neste período devido à descoberta de ouro, a ida para o Brasil ou para outros pontos do império. Outro elemento é a fundação de outra família, neste caso com o casamento da filha, cujo percurso se vinculou à casa paterna. Fora do círculo familiar restrito, o acréscimo de um serviçal o que pode indiciar uma maior capacidade económica e ou necessidades acrescidas no fogo. Na estrutura laboral, a permanência de três aprendizes, em contradição aos princípios regimentais dos ofícios, sem participação de obreiros ou oficiais, trabalho que talvez fosse assegurado pelo filho e mais tarde o genro, ou os indivíduos sem relação expressa.

Numa perspectiva afectiva e relacional, a trajectória deste grupo familiar encerrou tensões geradas em práticas e comportamentos sociais próprios do meio, com expressão na vizinhança. O mestre albardeiro, compelido pelos autos da Visitação de 1683, não só denunciou a vizinha Mariana de Sotomaior de Luna, como incluiu outros vizinhos, entre infractores, cúmplices e conhecedores da falta.

De facto, o espaço vivencial que se completava na rede de relacionamentos, deixou transparecer as proximidades e divergências latentes na vizinhança<sup>410</sup>, fixando as denúncias aspectos

---

<sup>409</sup> Surge na Visitação de 1683. O titular tinha nesta data 36 anos. Em 1693 eram moradores à entrada da Rua do lado do Rossio e ocupavam o fogo nº 18.

<sup>410</sup> AHPL, *Visitação do Arcebispado*, ms. 14, p. 87, Livro de Termos. Acusa Mariana de Sotomaior de Luna, de estar amancebada com Eugénio Monteiro. Outro vizinho, o caixeiro Pedro Lopes (fogo 72), foi acusado de ser “consentidor” dos infractores, sendo por isso preso no Aljube, “por dar entrada por sua casa a Eugénio Monteiro, para casa de uma mulher e a outras pessoas.

relevantes como os relacionamentos ilícitos com frequente envolvimento de clérigos, detectados na manutenção destes agregados domésticos. Foi o que ficou expresso na denúncia contra a vizinha Maria de Távora, de amancebamento com o capelão do inquisidor Pedro de Ataíde, e de criar razões com outros vizinhos, como com Tomé da Fonseca, morador no fogo 52 da Rua das Arcas “*o clérigo esperou-o no Rossio com uma faca na mão pedindo-lhe satisfação*”.<sup>411</sup>

Desta denúncia podem-se retirar ainda algumas notas sobre usos quotidianos associados ao vestuário ou à configuração de interiores, possível pela proximidade vivencial imposta pelo traçado urbanístico, conforme relato de outro vizinho homónimo do anterior, o mestre caixeiro Tomé da Fonseca quando no auto afirmou que “[...] *via-o [ao padre] a entrar com um casacão de burel e espada e carapuça e vi-o algumas vezes de calça e gibão deitado na sua cama.*”<sup>412</sup>

Prosseguindo com exemplos de trajectórias familiares muito alicerçadas no tipo de estrutura indeterminada, no fogo 48 da Rua das Arcas vivia outro mestre caixeiro, Domingos Diniz, com a mulher, o filho José Diniz, também caixeiro e a mulher deste, um obreiro e dois criados. No rol de 1695 desaparecendo o mestre caixeiro do rol, por falecimento em 30 de Outubro de 1694, foi substituído pelo filho na liderança do fogo, permanecendo a família, a criada, outro obreiro e um aprendiz. Em 1698 morreu a mulher do novo titular e no ano seguinte uma filha menor de 7 anos. Em 1702 continuavam o titular viúvo, a mãe, a criada, um oficial e dois aprendizes. É um caso de transição de titularidade no fogo e simultaneamente da unidade laboral ao filho, num agregado onde se registaram grandes alterações na estrutura familiar, mas que conservou quase inalterável, a estrutura laboral da manufactura de caixas e arcas.

Menção ainda para outros modelos, como a permanência da viúva na chefia do fogo, mas com a transição da liderança dos negócios para um filho previamente preparado para a assumir, como identificamos na trajectória de família de um poderoso homem de negócio morador num espaço nobre junto à igreja de Santa Justa, João Mendes Maciel, muito envolvido no comércio de grosso trato, nacional e ultramarino, sobretudo com o Brasil, que tendo falecido a 2 de Fevereiro de 1696, deixou ao seu filho Santos Mendes Maciel a administração dos negócios.<sup>413</sup>

Acompanhando com o detalhe da informação compulsada, seguimos a trajectória deste agregado. Em finais do ano de 1692<sup>414</sup> foi procurador de um mercador da Baía, Inácio de Matos, para tratar do dote de umas suas filhas que estavam no mosteiro da Anunciada. Em Dezembro, junto com

---

<sup>411</sup> AHPL, *Visitação do Arcebispado*, ms. 14, p. 87 v. Maria de Távora foi ainda denunciada pelo carpinteiro Domingos Gomes (fogo 15). Via entrar o clérigo, de noite e de dia, fora de horas “embrulhado num capote de burel com uma espada.” Confirmou que Mariana de Sotomaior, “recebe homens” em sua casa pela loja do caixeiro Pedro Lopes.

<sup>412</sup> AHPL, *Visitação do Arcebispado*, Ms 14, p. 87v.

<sup>413</sup> IAN/TT, *15º Cartório Notaria de Lisboa*, ms. 414, fl. 90 v.

<sup>414</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 402, fl. 15. 23-10-1692.

o seu filho Santos Mendes Maciel, passaram procuração para homens de negócio no Brasil.<sup>415</sup> Cerca de um mês depois, em Janeiro de 1693, instituiu dois irmãos, António Barbuda Lobo e Francisco Bárbara Pita para lhe cobrarem todas as dívidas na vila de Viana.<sup>416</sup>

No rol de confessados de 1693 constavam dez elementos na sua casa, além da família nuclear com a mulher, os filhos, o Doutor Julião Maciel e Santos Mendes, ainda uma irmã, Ana Mendes, um caixeiro, João Gomes Ribeiro, três escravos e um criado.

Em Abril de 1694 João Mendes Maciel passou uma procuração a Bento Lopes, de Lisboa, a quem concedeu poderes para poder cobrar e haver numa sentença que alcançou contra os seguradores da nau N. Sra. da Piedade e São João Evangelista, cuja cobrança poderia fazer do depósito do juízo da Alfândega. Nesse mesmo mês passou outra procuração ao seu filho Santos Mendes Maciel,<sup>417</sup> que em seu nome lavrou em meados de 1694<sup>418</sup> um instrumento de restabelecimento com Álvaro de Aguilár, morador em Amsterdão, em que lhe solicitava para requerer a sua justiça sobre o levantamento do sequestro que se fez no navio *Bom Jesus de Portugal*, de que era mestre o capitão Pedro Homem Vicente. O navio tinha sido sequestrado pelos corsários “*dunquerqueianos verdes do rei de França*”. Tivera entretanto notícia de que lhe tomaram os Ostendeses, belgas da cidade de Ostende. O pedido visava a sua recuperação, estivesse onde estivesse para que pudessem providenciar o levantamento do sequestro e represália, tanto do navio como das fazendas por ser tudo de Portugal e dele, João Maciel. Era, de facto, um homem cujos negócios e interesses se estendiam à escala global, movendo-se como mercador, financeiro, tratava de representação de interesses e tinha uma ligação privilegiada particularmente com o Brasil, mas cujos interesses se dispersavam pelo mundo.

Em 1695 a casa desta família figura no rol com onze ocupantes. O casal, a irmã de João Maciel, que viria a falecer nesse ano, os filhos, dois criados e três escravos, entrando um criado novo e a escrava Natália do Nascimento foi substituída por outra, Ana de Jesus.

João Maciel faleceu a 2 de Fevereiro de 1696 e foi sepultado no Convento de S. Francisco da Cidade.

Em 27 de Abril de 1697, Santos Mendes Maciel surgiu como homem de negócio e administrador de casa e fazenda de seu pai.<sup>419</sup> Fez nesta data uma consignação ao almofarixe das Obras e Paços da Ribeira, Leonardo da Costa Lobo, morador na Rua da Atalaia, em casa do conde de Soure, que lhe pedira emprestado, em nome de seu sogro António Delgado, 100 mil réis “*para*

---

<sup>415</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 402, fl. 74 v.

<sup>416</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 403, fl. 10.

<sup>417</sup> IAN/TT, *15º Cartório Notaria de Lisboa*, ms. 407, fl. 58.

<sup>418</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 408, fl. 32, a 26 de Junho.

<sup>419</sup> IAN/TT, *Idem*, ms. 414, fl. 90 v. Doação remuneratória entre vivos valedora ou em direito *manisfirme*.



*beneficiar e consertar umas casas que possuía na rua da Mouraria dentro das portas em que vivem vários moradores e que por agora lhe pertencerem.*<sup>420</sup>

Santos Mendes Maciel casou com uma prima, Josefa Maria Maciel, filha de outro homem de negócio, Domingos Maciel, em Novembro de 1699, passando o casal a viver na rua das Escadas de Santa Justa. O fogo ficara encabeçado pela sua mãe, Ângela Mendes, tal como surgiu no rol de 1702, então com 16 ocupantes. Nesse ano morreu o irmão, o cônego Julião Maciel, que fora ordenado para todas as ordens menores<sup>421</sup> em 10 de Agosto de 1687, mantendo-se no agregado o novo casal, uma ama, duas novas escravas, outro escravo, três criados e outras pessoas cuja relação não é perceptível

Mas outras eram as formas de transmissão, que não sendo comuns, ocorreram com alguma frequência. Assim, tomando a excepção como critério, relevante enquanto exemplo da diversidade de Santa Justa, António de Matos, solteiro com mais de 50 anos, que vivia de sua fazenda, habitava em 1693 na Rua das Portas de Santo Antão (fogo 21) e era proprietário de casas no Rossio e na freguesia dos Mártires. A pretexto do apoio prestado durante a doença, doou todos os seus bens ao cirurgião e mestre sangrador João Antunes, com o qual coabitava, conjuntamente com os jovens, José e Manuel e que desde há anos lhe prestaria cuidados “*de dia e de noite*”.<sup>422</sup> Noutro instrumento legal constituiu-o como seu procurador, na cobrança de todas as dívidas de dinheiro, bens móveis, rendimentos, juros, foros. De facto, no rol de confessados de 1695, o cirurgião era já o representante do fogo, figurando António de Matos como seu dependente, e que veio a falecer no ano seguinte.<sup>423</sup>

Em 1702, João Antunes apareceu noutro fogo da mesma rua mas já não como cabeça de fogo, liderança que foi assumida pelo barbeiro Manuel dos Santos, com quem já partilhava casa no rol de 1695.

Atípico também o agregado do fogo 11 da rua da Crespa, liderado pelo viúvo Pedro da Cunha, dono de uma loja de fitas debaixo dos Arcos do Rossio. Era pai de três filhos e tinha ao seu serviço duas criadas, permanecendo o fogo quase imutável no rol de 1695, mas surgiu profundamente alterado no rol de 1702, restando no fogo apenas a filha Micaela e uma criada. Encontramos nas fontes secundárias a explicação para semelhantes transformações, surgindo Pedro da Cunha a realizar dois empréstimos em 1699,<sup>424</sup> quatro meses após o seu segundo casamento e veio a falecer em Dezembro do mesmo ano. A transmissão do fogo ocorreu devido ao falecimento do progenitor e ausência de um irmão, para a liderança de uma filha.

---

<sup>420</sup> IAN/TT, *Idem*, ms 414, 90 v.

<sup>421</sup> AHPL, *Matrículas de 1687*, ms. 270.

<sup>422</sup> IAN/TT, *15º Cartório Notaria de Lisboa*, ms. 413, fl. 75 v.

<sup>423</sup> ADL, RP, *Livro de Óbitos de Santa Justa*.

<sup>424</sup> IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 426, fl. 97 v e 102 v.

Das ocorrências possíveis, ressalva ainda para o consórcio de mulheres em unidades residenciais como as colarejas, independentemente do estado, ou grupos de homens, como os de ganho, cuja união nasceu claramente da necessidade de assegurar uma habitação, de numerosas unidades familiares extensas, mas também da intensa actividade manufactureira, da presença de grandes casas senhoriais e de mercadores, dos grandes equipamentos institucionais, numa conjugação de espaços e situações que também fomentaram, amiúde, a integração num mesmo espaço, de família com indivíduos não aparentados, constituído não só pelo pessoal doméstico e laboral, como outros cuja relação permaneceu no anonimato, reafirmando-se uma vez mais a presença de uma área de implantação de agregados onde o modelo de estrutura residencial indeterminada foi predominante.

Sistematizando outras conclusões, constatamos que o modelo predominante de transmissão de fogo foi a transição do pai para a mulher ou filho mais velho; que as unidades familiares frequentemente coincidiam com as unidades laborais, coabitando família nuclear e outros elementos; que era comum, usufruindo da localização e de gente em trânsito “dar cama e mesa” a estranhos à família, como forma ou complemento de sustento; que havia envolvimento dos filhos no negócio familiar, dando-lhe continuidade; que parte considerável dos habitantes de Santa Justa, dedicavam-se ao comércio retalhista e grossista ou ambos, com estabelecimentos abertos ao público, e que destes um grupo restrito praticava o lucrativo comércio intercontinental, diversificando os negócios e expandindo-se em áreas de influência diversas.

#### **V.4. Organização Sócio - Profissional**

Santa Justa<sup>425</sup> era uma das áreas da cidade que detinha maior número de unidades comerciais e artesanais que davam resposta ao consumo de uma cidade em crescimento e na qual identificamos centenas de indivíduos que se especializaram numa abrangente gama de serviços, da prestação de serviços domésticos, saúde, ofícios artesanais, do têxtil, manufacturas variadas, oficialato, casas especializadas em dar cama e mesa, casas comerciais de grande trato, de comércio de bens alimentares, dispersos por cerca de 30 actividades económicas predominantes e 100 profissões, maioritariamente masculinas, uma vez que o trabalho feminino era, por norma, desvalorizado.

Em Santa Justa havia um grande grupo de mercadores de grosso trato que mantinha com os espaços ultramarinos e com a Europa relações comerciais muito gratificantes, com arrematação de contratos, negociando com tabaco, sal, escravos, álcool, diamantes, e que ainda intervinham a nível local através de empréstimos a juros, imobiliário e movimento de avultadas somas.

Interligando o seu percurso pessoal e as actividades comerciais desenvolvidas, depreende-se o enriquecimento nos espaços ultramarinos e o regresso com fortuna à metrópole, com instalação na

---

<sup>425</sup> juntamente com as freguesias da Madalena, S. Julião e S. Nicolau.

capital, a partir de onde prosseguiram os seus negócios, incluindo arrematação de contratos o que parece ter sido padrão nas camadas mercantis de então neste complexo atlântico que ligava a metrópole e o ultramar.<sup>426</sup>

A nobreza arredada dos negócios por imperativos de classe, contornou tal impedimento social confiando a profissionais a gerência activa das suas fortunas, incumbindo-lhes vender e comprar mercadorias, aceitar e passar letras, emprestar dinheiro a juros, aderindo assim a actividades mercantis e empréstimos, condenados pela jurisprudência e pelos conceitos sociais da época.<sup>427</sup> Exemplo desse envolvimento da aristocracia nos negócios ultramarinos foi, mais uma vez, o de D. Lourenço de Almada, neste caso no rendoso negócio do álcool para África, como fica demonstrado na procuração que passou nos seus aposentos do Rossio em Janeiro de 1693, aos Tenente General Rodrigo da Costa, Tenente José Correia de Castro e ao sargento mor Estêvão Pereira Bacelar, que sendo moradores em Luanda, Angola, concedia-lhes poderes *in solidum* para cobrar e recuperar o valor de uma carregação de 190 pipas de vinho,<sup>428</sup> que estando na posse do capitão Manuel Correia, falecido *abintestado*, ficara sob alçada e mantida em depósito pelo juiz dos defuntos e ausentes de Luanda.

Os ofícios eram controlados pelo Senado de Lisboa, detectando-se na toponímia reminiscências dessa organização por arruamentos, que visavam um melhor controle da concorrência e fiscalização – Rua dos Albardeiros, Rua das Arcas, Rua dos Vinagreiros, Rua da Cutelaria, Rua das Cristaleiras. Mas à excepção da Rua das Arcas, que congregava a quase totalidade de caixeiros existentes em Santa Justa, as numerosas unidades artesanais presentes na freguesia, apesar dos esforços do poder municipal, não se restringiram aos arruamentos profissionais. O que levou em 1702 o Senado a reafirmar a importância do arruamento dos ofícios mecânicos para o governo da cidade, com lojas *em que se fabriquem as suas obras e manufacturas, de modo a mais facilmente serem examinadas pelos juizes dos ofícios*.<sup>429</sup> Disponha igualmente a localização das lojas e *sobrados para neles viverem, não podendo estar nenhum outro oficial de diferente ofício*. Só a escassez de oficinas justificaria a ocupação do arruamento por outros ofícios, ou o excesso justificaria o desdobramento para outras ruas, mas sempre sujeito à licença do Senado.

No entanto, o estudo incide em período anterior às novas regras e o que se constatou, salvo raras excepções já referidas, foi a existência de “bolsas” laborais quer nas franjas da freguesia,

---

<sup>426</sup> RAU, p. 29.

<sup>427</sup> IDEM, p. 35.

<sup>428</sup> IAN/TT, 15<sup>o</sup> cartório notarial de Lisboa, ms. 403, fl. 63. Duas de tinto, 5 pipas e uma alquartela de aguardente carregadas na Ilha da Madeira em 1690 no navio de S. Nicolau e S. Pedro, cujo mestre, Salvador de Matos Pinto a entregou ao capitão Manuel Correia.

<sup>429</sup> OLIVEIRA, 1896, Tomo X: 133. Assento de vereação de 9 de Agosto de 1702.

sobretudo junto às Portas, quer nas ruas e becos do coração da cidade baixa, com continuidade noutras freguesias e dispersão mais ou menos aleatória pela freguesia.<sup>430</sup>

Os ofícios estavam devidamente hierarquizados e o percurso profissional obedecia aos patamares da carreira: aprendizes, obreiros, que eram os que trabalhavam por conta de outrem, mas sem ter ainda efectuado o exame e os oficiais, todos na dependência de um mestre, o cabeça de fogo, os únicos que se podiam estabelecer por conta própria e ter loja aberta. Já a norma de que os mestres examinados só podiam tomar um aprendiz de cada vez não encontra correspondência aqui, onde encontramos mestres com 3 aprendizes.

Em números globais, existiam na freguesia de Santa Justa em 1693, 529 indivíduos ligados aos ofícios distribuídos pelas categorias de mestres, obreiros, oficiais e aprendizes. Em 1702 eram 597. O numeroso grupo dos aprendizes era composto sobretudo por jovens deslocados, com um percurso muito semelhante aos criados e criadas, que se acolhiam muito jovens nas casas onde serviam.

Compunham o segundo grupo profissional mais representativo, constituindo com o pessoal doméstico parte considerável da população residente que mantinha uma relação económico-profissional com o agregado familiar que serviam, funcionando como factor modificador da estrutura do agregado doméstico e aumento de fogos de estrutura indeterminada.

Registou um crescimento acentuado relativamente a 1693, comportamento muito similar nos grupos de obreiros e oficiais e dos homens de ganhar. Neste incremento poderá estar subjacente alguma melhoria da capacidade económica dos empregadores ou maior actividade da administração embora a avaliação isolada possa ser insuficiente para validar como indicador de elevação de estatuto social.

No grupo dos mestres, aumentaram os ofícios de cordoeiro e com algum significado os albardeiros, carpinteiros e esparteiros. Mais modestamente, mas digno de nota, os taverneiros e o grupo de soldados, em consonância com a conjuntura político-militar de preparação da campanha de defesa da cidade e posterior movimentação para Castela. No sentido inverso, adquire significado o decréscimo de contratadores e de caixeiros de caixas, uma das actividades marcantes da freguesia muito vinculada ao arruamento, talvez associado ao aumento das importações de produtos similares.

---

<sup>430</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo V: 590, nota. Em 1673 o Senado determinou a Rua de Valverde como arruamento dos espingardeiros e arcabuzeiros o que fundamentou um litígio entre o espingardeiro António Álvares Correia, a quem o senado dera loja e sobrado de aposentadoria no seu arruamento, para isso despejando o oficial seleiro António Carvalho. Este recorreu e envolveu o aposentador-mor cuja decisão “[...] *fez lançar fora das casas o dito espingardeiro, pondo-se-lhe o fato na rua.*” Por ter perturbado o governo público da cidade, houve uma resolução régia a favor do senado. De facto, constatamos no rol de confessados de 1702 que o seleiro António Carvalho vivia com a sua mulher e quatro filhos no fogo 51 da Rua da Porta da Mouraria, onde também exercia a sua actividade profissional.

Em 1693, 25% das casas dispunha de pessoal doméstico, aumentando 3% em 1702, revelando acréscimo no número de criados e decréscimo de escravos, que em 1693 tinham uma representatividade de 8,4%, situando-se em 1702 nos 6,2%. A posse de escravos domésticos foi, de resto, uma constante estrutural da sociedade portuguesa ao longo de todo o período moderno.<sup>431</sup> A sua diminuição estará entre outros factores associada ao decréscimo do tráfico negreiro de Cabo Verde e Angola para Lisboa, saindo a maioria dos escravos oriundos dos portos de embarque de Cabo Verde e Costa da Guiné para a América espanhola e os de Angola para o Brasil.<sup>432</sup>

O segmento da criadagem que era em grande número nas casas de nobres e mercadores ricos, compondo grupos devidamente organizados e estruturados, dispersava-se por todo o tipo de agregados, familiares ou solitários, unidades oficinais e negócios, tendas, estalagens, tavernas, pequeno comércio, espaços que dispunham de um ou dois criados, sobretudo criadas nos últimos casos, para todo o serviço. O seu número e a estabilidade decresciam em consonância com a condição social do empregador.

Desdobravam-se numa multiplicidade de funções, sujeitando-se a vínculos precários, rápida substituição, a maus tratos, como deixa entrever a breve permanência ao serviço de um ano para outros, que também comprova a fase transitória de aprendizagem e passagem a outro nível profissional, as referências a fugitivos, mais intensa nos difíceis anos de 1694 e 1698.

Os homens de ganhar, que eram 58, em 1693, a “pousar” nos Arcos do Rossio, onde se concentravam num grupo de 26, e ainda no Beco de D. Carlos e Rua dos Albardeiros. Eram já 120 em 1702, concentrando-se em grandes grupos, nos mesmos locais e ainda nas ruas da Praça da Palha e Rua de S. Pedro Mártir. Acréscimo que poderá também estar associado à maior oferta num cenário economicamente mais atractivo.

O cenário profissional com ênfase no sector manufactureiro adquire outra legibilidade numa escala generalizada, mas como exemplo do predomínio laboral e respectivos índices de implantação espacial. A rua das Arcas, que era eminentemente de artesãos, era habitada no primeiro rol por 316 indivíduos, 126 dos quais com referência a ocupação profissional, predominando os mestres caixeiros (29), obreiros (12), criados (22), escravos (15) e aprendizes (30), segmentos muito associados às manufacturas de caixeiros, luveiros, torcedor de seda, tintureiro, alfaiates, albardeiro e sapateiro.

Em 1702, apesar do decréscimo da população em cerca de 15,8%, houve manutenção do segmento laboral, com 128 indivíduos, com maior peso de aprendizes (38), ligeira descida de caixeiros (25) e ligeiro acréscimo de criados (29) e uma assinalável diminuição de escravos (2), o que

---

<sup>431</sup> FONSECA, cit. CUNHA e MONTEIRO, 2010:214.

<sup>432</sup> TINHORÃO, 1988.

resultou na manutenção de oficinas ligadas ao têxtil, algum decréscimo na fabricação de arcas e caixas e o acentuado aumento do pessoal doméstico assalariado.

Predominavam na Praça da Palha as oficinas de artesãos ligados ao transporte de cordoeiros, seleiros, albardeiros e respectivos obreiros, aprendizes, criados e escravos. Em 1702, aumenta o número de aprendizes e diminui o de oficiais e as alterações ao nível das unidades manufactureiras ainda que com predomínio de artesãos ligados ao quotidiano: cordoeiros, latoeiros e ao transporte e arreo de bestas, regista o desaparecimento dos seleiros e a ascensão dos homens de ganhar, tão representativos nas formas de alojamento que partilhavam.

A Rua das Portas da Mouraria, com 270 pessoas em 72 fogos regista um maior número de pessoas de “qualidade” elevando o perfil social da rua, mas também militares, doutores e serviçais, que num claro exemplo da mescla social de Santa Justa, permaneciam paredes meias com numerosas oficinas onde laborava um elevado número de aprendizes e obreiros, com destaque para a especialização de manufactura de vestuário e calçado, com sapateiros e alfaiate, e na prestação de cuidados de saúde e do corpo, barbeiros e cirurgiões. Relativamente a 1702 verificou-se um decréscimo de c. 30% da população, bem como do número de fogos (59), embora com manutenção do perfil social elevado.

Para finalizar, a rua de N. Sra. da Escada tinha indivíduos de mais elevada condição social, visível nos títulos, na composição dos agregados e elevado número de domésticos ao seu serviço, condição que mantinha em 1702 e contrariamente às restantes ruas, com maior número de escravos.

## Conclusão

A inexistência ou escassez de outros meios eficazes para a auscultação da evolução populacional e caracterização socio-demográfica de Santa Justa entre 1693 e 1702, introduziu-nos no estudo comparativo das séries dos róis de confessados do mesmo período e cruzamento com outras fontes seriais e qualitativas coetâneas, permitindo uma aproximação ao estado da população, expresso num “retrato” a partir do qual podemos aferir algumas linhas definidoras e as principais alterações que ocorreram na observação.

Contrariando a estabilidade e crescimento demográfico que caracterizou o século XVII, assistiu-se, perfeitamente integrado na conjuntura vigente e na condição de população aberta, a um decréscimo populacional intermédio de 2,5% em 1695, muito associado às crises cerealíferas e epidémicas, tendo já entrado num ciclo de retoma em 1702. Houve elevação da relação de masculinidade de 51% para 53%, indicador que é validado pela base de dados da paróquia reconstituída.<sup>433</sup> Pegando na estrutura populacional aí projectada, ainda que referente a um período muito curto para análise demográfica e limitados pela ausência dos registos de baptismo, concluímos que 18% deste grupo possuía indicação da naturalidade, referenciada não sistematicamente em registos de óbito e nos de casamento; que esta maioria era natural de Lisboa e do seu concelho, sobretudo da freguesia e que os não naturais vieram de Braga e da região de Sintra, correspondendo a duas linhas distintas de migração. A primeira, de longa distância, era tipicamente masculina e a segunda, era composta sobretudo por mulheres que migravam para áreas territoriais limítrofes ao local de origem, funcionando como fornecedor de mão-de-obra feminina a Lisboa. Constatámos também que a morte penalizou mais as mulheres e os indivíduos solteiros, grupo exacerbado pela elevada mortalidade infantil e que no que toca à nupcialidade, não foi insignificante a taxa de segundos casamentos, a situar-se nos 36%.

A vitalidade demográfica e a agregação de uma população muito marcada pela heterogeneidade geográfica, profissional e social marcam os locais de passagem como a freguesia de Santa Justa, como vimos, um ponto fulcral da rota dos movimentos migratórios.

O parque habitacional distribuído por 56 serventias assinalou um crescimento de 5.5% e a densidade ocupacional decresceu ligeiramente, com uma ocupação média dos fogos por maiores de sete anos de 3,8% em 1693 e 3,7% em 1702. No entanto, não foi uma oscilação uniforme a todas as serventias tendo em conta que a diversidade nas formas de ocupação era a marca dominante, com primazia da estrutura e tipo de fogo indeterminado. Pegando em exemplos, o Hospital Real, só por si

---

<sup>433</sup> A paróquia reconstituída integra 9.390 indivíduos, com ligeira maioria de homens: 4.766 homens e 4.623 mulheres.

uma estrutura de fogo de tipo indeterminado, apresenta uma variação em baixa, passando de 4,7% para 3,7%, o mesmo sucedendo na Rua de Mestre Gonçalo, dominada pelo palácio Cadaval, que decresceu de 5,8% para 4,9%. Na populosa rua das Portas de Santo Antão dominavam as estruturas de tipo 3, agregado familiar simples e tipo indeterminado em 1693 com uma ocupação média dos fogos que passou de 3,9% para 3,6% em 1702, acompanhado de uma elevação do número de fogos de tipo 4, agregado familiar alargado. Outro exemplo, similar na predominância de tipologias de ocupação familiar simples e indeterminado, ocorreu no Poço do Borratém que em 1693 tinha um índice de ocupação de 4,5%, passando para 5,6% em 1702. O mesmo ocorreu no Beco da Comédia, ou no do Alemo, com crescimento das taxas de ocupação de cerca de 1%.

Uma das metas a alcançar noutra dimensão ensaística será a ponderação da real dimensão da população estável enquanto indicador para o estudo da mobilidade urbana e da família. De facto, limitámos a observação à Rua das Arcas, para onde apurámos apenas 15 famílias estáveis, com características orgânicas próprias, num universo de cerca de 70 alojamentos (unidades habitacionais familiares e ou laborais), que numa década acolheram 542 indivíduos.

A população flutuante que se movia na confluência da freguesia, assinalava uma presença contínua de homens de negócio e “de ganho”, rendeiros e agricultores, comerciantes, viajantes e marinheiros, portugueses e estrangeiros em trânsito do e para o interior, para a Europa, Brasil, África e Oriente. A esta condição não era alheia a posição estratégica, onde proliferavam actividades comerciais e institucionais, com implementação de equipamentos necessários à sua sustentabilidade, como tavernas, hospedarias, estalagens, situadas sobretudo nas portas da cidade, em Santo Antão e Poço do Borratém e na Betesga ou Pátio das Comédias, no coração da freguesia. Provido também pelo pequeno comércio alimentar, de mercearias, bebidas, águas frescas e doces, pasteleiros e confeitores, venda ambulante e no Rossio por colarejas, peixeiras, galinheiras. Nos espaços de lazer destacava-se o Pátio das Comédias, o famoso teatro que tanto mobilizou a população de Lisboa e, entrando no domínio da transgressão, atractivas seriam também as casas de tavolagem e alcoice, espalhadas pela freguesia, conjugando-se todos na animação quotidiana do quadro urbano.

A par das estruturas de acolhimento, a abundância das estruturas produtivas que definiam o perfil laboral da freguesia. O desempenho profissional cresceu cerca de 20% integrando como uma das áreas de maior crescimento, a militar, cuja presença esteve directamente associada à conjuntura político-militar da década. De facto, uma das alterações sociais mais notórias foi a presença em Lisboa, com grande impacto na freguesia, de contingentes militares de todo o país devido à guerra com Castela, embora já em desmobilização no último limite cronológico.<sup>434</sup>

---

<sup>434</sup> Ocorreu a duplicação de soldados, cujo número inicial era de 21 indivíduos e que passou para 59.



Mas este era um espaço por excelência de artesãos, mestres, oficiais, obreiros e aprendizes, na manufactura e venda de mobiliário, transportes, têxteis, dos utilitários aos de luxo, por fiteiros, luveiros e bainheiros, torcedores e mestres de seda, ourives, caixeiros, vendedores de panos de linho, cordoeiros, marceneiros, esparteiros e cutileiros, correeiros e cerieiros, entalhadores, poetas e violeiros enfim, todos os que transaccionavam quaisquer tipos de bens.

Nos ofícios, aumentaram sobretudo os oficiais e aprendizes, estando entre os que mais cresceram os albardeiros, carpinteiros, cordoeiros e esparteiros, e redução de atafoneiros, caixeiros, cerieiros, contratadores e sapateiros. Os aprendizes, conjuntamente com os criados e escravos, dominaram o cenário profissional. Na entrada do século XVIII foi notório o incremento de criados e a diminuição de escravos, revelador das dificuldades de aprovisionamento nos portos de origem, modificação nas preferências dos empregadores, ou integração temporária de migrantes que demandavam a cidade, almejando também as oportunidades de além-mar?

Uma característica da organização laboral, ainda que pontualmente aferida, mas transversal a toda a observação e salvo raras excepções, pouco vinculada à ancestral organização dos ofícios, foi a especialização por ruas, talvez por razões funcionais, que congregou maior número de correeiros no Valverde, mais próximos da entrada na cidade pelo Termo, mais colarejas e carregadores junto ao pátio da fruta, na Rua dos Carreiros e na do Valverde, já na franja do espaço urbano; licenciados nos Arcos do Rossio, também “pouso” dos “homens de ganhar”, por excelência local de passagem e de oportunidades.

Muito marcante a presença de eclesiásticos, os homens de negócio, portugueses e estrangeiros e ainda influentes membros da administração régia, local e ultramarina, alguns mercadores estrangeiros como João Figue ou Jacques Gul, moradores no Rossio. Do grupo dos homens de negócio e mercadores, alguns de grande trato, distinguiram-se ainda os que praticavam o lucrativo comércio intercontinental, como João Maciel e Santos Mendes Maciel nas Escadas de Santa Justa, ou o cristão novo Pedro Lopes Henriques, na Rua das Arcas, cuja família sofreu larga perseguição pelo Santo Ofício no início do século XVIII, justificando-se uma futura avaliação do impacto da actuação da Inquisição na freguesia sobre os numerosos homens de negócio, mercadores e artífices cristãos-novos moradores em Santa Justa.

Foi um espaço procurado por nobres de todos os extractos que ocuparam palácios e jardins espalhados pela malha urbana, com uma mais complexa composição dos agregados e grande número de domésticos ao seu serviço, fazendo de Santa Justa uma freguesia aristocrática.

As instituições de grande peso na dinâmica social e religiosa da cidade distinguiam-se pela arquitectura monumental, como o Mosteiro de S. Domingos, a Inquisição, o Hospital Real de Todos os Santos, verdadeiros polarizadores de população no Rossio. O amplo e simbólico Rossio, então

plenamente consolidado e que ao longo dos séculos fora palco dos mais variados eventos, de autos-de-fé, procissões, touradas, execuções e aclamações que marcaram a História de Lisboa. Estava na proximidade de importantes artérias comerciais com as quais se articulava ao resto da cidade, como a Rua das Arcas, a Rua Nova, as Ribeiras, a Praça do Pelourinho, a grande porta de entrada na cidade que era o rio e junto ao centro político do reino, o Paço da Ribeira.

Menção ainda para a importância das redes, de poder, familiar, laboral, detectadas em praticamente todos os segmentos sociais, por vezes transversais aos grupos, remetendo como nota final para a importância das Visitações do Arcebispado, repositório privilegiado das sociabilidades. Reafirmamos os benefícios do estudo integrado e direccionado deste extenso grupo documental, pleno de instantâneos pitorescos, com relatados pormenorizados sobre o comportamento dos grupos e que encerram, simultaneamente, informação privilegiada sobre a sociedade portuguesa do período moderno e que podem elucidar sobre a configuração de espaços actualmente inexistentes.

A descoberta de ouro e o comércio com o Brasil captou muita população portuguesa, impulsionou o crescimento, fortalecendo a coroa, as casas comerciais, o oficialato, todos se dedicando ao acrescentamento pessoal, competindo a nobreza com a burguesia e com o rei nas práticas do comércio,<sup>435</sup> envolvendo-se muitos no comércio externo e interno, com investimento em propriedades, em tenças, cargos, como foi tão notório na freguesia de Santa Justa. Mais uma vez os homens de ganhar, trabalhadores que sazonalmente se deslocavam para Lisboa, personificam o envolvimento de todos nesta empresa, renunciando o seu estilo de vida a transitoriedade da situação, unindo-se em grandes grupos, em ruas de menor nível económico, em tavernas, nos Arcos do Rossio, muitos certamente em passagem para as possessões ultramarinas, sobretudo o Brasil.

---

<sup>435</sup> OLIVEIRA, 1898, Tomo V: 590, nota.

## **Glossário**

**Afogador** – gargantilha justa ao pescoço

**Caranguejo ou caranjo** - cancro

**Carneiro** – subterrâneo sepulcral, cripta

**Casa de Alcoice** – casa de prostituição

**Casa de Tapolagem** – casa de jogo

**Filho famílias**- Indivíduo maior de comunhão que dependia da família

**Guardapés** – saias usadas por baixo de roupas abertas.

**Laudémios** – prémio ou pensão proporcional que os foreiros pagam aos senhorios directos da terra.

**Miunças** – imposto pago pelos rendeiros

**Primavera** – tecido

**Relação de Masculinidade** - É a proporção num grupo entre o número de indivíduos do sexo masculino e os do sexo feminino.

**Revel** - Indivíduo que não cumpriu o preceito quaresmal.

**Salteiro** – o que faz saltos de madeira para o calçado

**Secreta** – latrina

**vox publica** – fama, boato

## Fontes

### 1. Fontes Manuscritas

- **Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa**

*Rol de confessados da Paróquia de Santa Justa*, 1693, 1695, 1702, Ms. 978, 980, 983.

*Expediente*, 1698-1700.

*Visitações e Devassas do Arcebispado de Lisboa do século XVII*, 1683, 1702 e 1707.

- **Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo**

*15º cartório notarial de Lisboa*, 1690-1699, Cx. 78, 79, 80, Ms. 404 a 428.

*Registos Paroquiais de Santa Justa, casamentos e óbitos*, 1693 a 1702

- **Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses**

*Arquivo Luís Pastor de Macedo, Ficheiro Toponímico, Ruas da Freguesia de Santa Justa*

### 2. Fontes Impressas

BRANDÃO, João, *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, Edição dirigida por José Feliciano Alves, Lisboa, Ed. Horizonte, 1990.

*Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa, do sínodo diocesano que celebrou na sé metropolitana de Lisboa o ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Rodrigo da Cunha arcebispo de Lisboa, do concelho de estado de s. Magestade a 30-05-1640 concordadas com o sagrado concílio tridentino e com o direito canónico e com as constituições antigas e extravagantes primeiras e segundas deste arcebispado*, Lisboa, Officina de Paulo Craesbeeck, 1656.

COSTA, António Carvalho (Padre) - *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo Terceiro, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, MDCCXII.

CABRAL, António Machado de Faria de Pina, *Memórias Históricas de Lisboa 1680 a 1716 in Lisboa e o Seu Termo*, Estudos e Documentos, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. II, MCMXLVIII.

GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa* (tradução e notas de José da Felicidade Alves), Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

- HOLANDA, Francisco de, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, (introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves), Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551. Sumário*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

## **Bibliografia**

- AAVV, *O Livro de Lisboa*, Direcção de Irisalva Moita, Lisboa, Contexto Editora, 2000.
- AMORIM, Maria Norberta, “Comportamentos Demográficos do Norte de Portugal durante o Antigo Regime”, in *Boletín de la Asociacion de Demografia Histórica* (Julho), Madrid, 1984.
- AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987.
- AMORIM, Maria Norberta – *Uma Metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.
- AMORIM, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1979)*”, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992.
- AMORIM, Maria Norberta, “Instabilidade da Família Urbana de Antigo regime. Um ensaio sobre Guimarães”, in *Ler História*, 29, 1995.
- AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto – *Francisca Catarina (1846-1940) Vida e Raízes em S. João do Pico*, Guimarães, NEPS, 2001.
- ARAÚJO, Ana Cristina , *A Morte em Lisboa, atitudes e representações*, Lisboa.
- BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia e Modernidade, Família e Transição Demográfica*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo (1988) - *As crises de mortalidade em Lisboa no século XVIII* , Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Tese de Mestrado.
- BRAUDEL, Fernand - *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976.
- CAPELA, Viriato, *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, 1ª edição, Lisboa, 1935.
- CHAVES, Castelo Branco, *Portugal no Século XVII e XVIII : quatro Testemunhos*, Lisboa, Lisóptima, 1989.

- CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Os Espaços da Vida Privada As Grandes Casas” *in* *História da Vida Privada em Portugal, Idade Moderna*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2010.
- DIAS, João José Alves - *Gentes e Espaços*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, 1996.
- DIAS, João José Alves - “Para a História dos Impostos em Portugal. O papel Selado no Século XVII”, *in* *Nova História*, nº 3/4, Dezembro de 1985, Editorial Estampa, Lisboa, 1985.
- DIAS, João José Alves - “Terreiro do Paço - Praça do Comércio: uma praça de Lisboa: aspectos do quotidiano no século XVII”, *in* *Actas I Colóquio Temático o Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana : séculos XVI-XIX*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Cultura, Divisão de Arquivos, 1997.
- DURÃES, Margarida - “Uma aproximação aos testamentos : Venade e a prática de testar da sua população”, *in* FEIJÓ, G. et al. (coords) *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Querco, 1985.
- FERREIRA, Francisco Messias Trindade - *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha e sua população (1660-1900) – estudo demográfico*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2006.
- FERRO, João Pedro - *Para a história da administração pública na Lisboa seiscentista : o Senado da Câmara :1671-1716*, pref. e int. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Planeta, 1996.
- FERRO, João Pedro - *A população portuguesa no final do antigo regime : 1750-1815*, Lisboa, Presença, 1995.
- FREIRE, João Paulo – *Lisboa do Meu Tempo e do Passado, do Rossio à Rotunda*, Lisboa: tipografia da parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1931.
- GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES - *Novo Mapa Administrativo de Lisboa*, 2011.
- GASPAR, Jorge - *Aspectos da Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa*, Lisboa, 1976.
- GINZBURG, Carlo - *A Micro-história e outros Ensaio*s, Lisboa, Difel, Lda, 1991.
- HERCULANO, Alexandre - “Impressões da Viagem a Portugal de João Baptista Venturino, do Séquito do Cardeal Alexandrino, em 1571”, *in* *Opúsculos*, vol. VI, Lisboa, 1897.
- HERCULANO, Alexandre - “Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani em 1581”, *in* *Opúsculos*, tomo VI, 2ª ed., Lisboa, 1897.
- Catálogo da Exposição *Lisboa Quinhentista. A Imagem e a Vida da Cidade*, Lisboa, C.M.L, 1983.

- LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes – *Vivências religiosas e comportamentos sociais: Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII*, tese de mestrado em História Regional e Local, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.
- MACEDO, Luis Pastor de - *Lisboa de Lés-a-Lés*, 2ª ed., 5 volumes, Lisboa, C.M.L., 1955/1968.
- MADHAIL, António Gomes da Rocha – “*Viagem de Cosme de Médicis a Lisboa em 1669*” in Revista Municipal, A.3, nº 11/12, Lisboa, 1942.
- MARCÍLIO, Maria Luíza - *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, vol. I, 13ª edição, Lisboa, Presença, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - “Lisboa na Baixa Idade Média : para uma visão monumental-turística” in *Ler história*, nº 26, Lisboa, 1994.
- MATTOSO, José, dir. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. - *História da Vida Privada em Portugal, Idade Moderna*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2010.
- MOREDA, Vicente Pérez - *Las Crisis de Mortalidad en la España Interior (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Siglo Veinteuno, 1980.
- MURTEIRA, Helena - *Lisboa: da Restauração às Luzes*, Lisboa, Presença, 1999.
- NADAL, Jordi, Prólogo, in Vicente Peres Moreda - *Las Crisis de Mortalidad en la España Interior (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Siglo Veinteuno, 1980.
- NAZARETH, J. Manuel - *Introdução à Demografia*, Lisboa, Editorial Presença, 2000.
- NOGUEIRA, J. M. A. - “Archeologia do Teatro Português”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* Tomo X, nº 10, 1906.
- OLIVAL, Fernanda - “Os Lugares e Espaços do Privado nos Grupos Populares e Intermédios” in *História da Vida Privada, Idade Moderna*, Lisboa, Temas e Debates Círculo de Leitores, 2010.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1898.
- PEREIRA, Luís Gonzaga – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927.
- PEREIRA, Maria Olinda Alves - “*Recenseamento dos Arquivos Locais*”, Lisboa, Arquivos Municipais/Torre do Tombo, 1996.
- PRESSAT, Roland, - *Diccionario de Demografia*, Colección Ciencias Geográficas, Barcelona, Oikos-tau, s. a. ediciones, 1987.

- RAU, Virgínia - “Um mercador luso-brasileiro do século XVIII” *in Estudos Sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Presença, 1985.
- RIBEIRO, Ana Rita de Almeida Marado Coelho - *A importância dos róis de confessados na demografia histórica: os róis de confessados da freguesia de Nossa senhora da Encarnação da Ameixoeira entre 1750 e 1760*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 1989.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira - *Para o Estudo dos Róis de Confessados*, *in Nova História*, Lisboa, nº 3-4, Dezembro, 1985.
- RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa : séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ROWLAND, Robert - *População, Família, Sociedade, Portugal*, séculos XIX-XX, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- ROWLAND, Robert - *Antropologia, História e diferença: alguns aspectos*, Porto, Afrontamentos, 1987.
- ROWLAND, Robert - “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada”, *in Ler História*, 3, 1984.
- SÁ, Isabel dos Guimarães - *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, dissertação de Mestrado (policopiada), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.
- SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos - *Biodemografia do Concelho da Madalena. Estrutura Demográfica e genética de uma população açoreana da ilha do Pico*. Tese de Doutoramento, Braga, ICS, Universidade do Minho, 2004.
- SANTOS, Costa – *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*, Porto, 1918.
- SANTOS, Georgina Silva dos – *A Arte de Sangrar na Lisboa do Antigo Regime*, Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 43-60.
- SILVA, A. Vieira da – *As Freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi - *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Guimarães , NEPS/Universidade do Minho, 1999.
- SOLÉ, Maria Glória Parra Santos - *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.



- SOUSA, Cordeiro de – *Santa Justa, Registos Paroquiais Quinhentistas de Lisboa*, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1949.
- SOUSA, Manuel Andrade e - *Dona Catarina Infanta de Portugal, Rainha de Inglaterra*, Edições Inapa, Lisboa, 1994.
- VARGAS, José Manuel – “As Freguesias de Lisboa e do seu Termo na Idade Média” *in Olisipo*, II Série, nº 17, Julho/Dezembro, Lisboa, 2002.
- VITERBO, Sousa – *Notícia de dois documentos raros relativos ao Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa*, Porto, 1887.
- NOGUEIRA, J. M. A. - *Archeologia do Teatro Portuguez*, *in* Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes Tomo X, nº 10, 1906. P. 387

### **Bibliografia electrónica**

- CAVALHEIRO, António Rodrigues e MACEDO, Luiz Pastor de Macedo - *O Palácio Almada, subsídios para a sua história*, <http://www.ship.pt/palacio.php>, 03 de Agosto de 2011.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, *Portugal nos Séculos XVI e XVII. Vicissitudes da Dinâmica Demográfica*. *in* <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers>, 05-10-2010.
- AL-MADAM on-line - *Escavações no Largo Duque de Cadaval Lisboa*, [http://unl-t.academia.edu/T%C3%A2niaCasimiro/Papers/562650/Escavacoes\\_no\\_Largo\\_Duque\\_de\\_Cadaval\\_Lisboa](http://unl-t.academia.edu/T%C3%A2niaCasimiro/Papers/562650/Escavacoes_no_Largo_Duque_de_Cadaval_Lisboa), 05-03-2011.
- SANTOS, Marília Nogueira - *Serviços, Honra, Prestígio, e Fracasso*, <http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/03/v10-n1e2-a2.pdf> em 18-08-2011.